

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE: produção de identidades para  
São Luís (MA) no discurso midiático sobre as academias ao ar livre**

**Juliana Matos Lavra**

**Orientadora: Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz**

**São Luís – MA**

**Março - 2018**

**Juliana Matos Lavra**

**BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE: produção de identidades para São Luís (MA) no discurso midiático sobre as academias ao ar livre**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras como parte dos requisitos para obtenção de título de Mestre em Letras, sob orientação da Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz.

**Linha de Pesquisa:** Discurso, Literatura e Memória.

**São Luís – MA**

**Março - 2018**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Matos Lavra, Juliana M.

BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE: : BIOPOLÍTICA E  
GOVERNAMENTALIDADE: produção de identidades para São Luís  
MA no discurso midiático sobre as academias ao ar livre /  
Juliana M Matos Lavra. - 2018.

112 f.

Orientador(a): Mônica Silva Cruz.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,  
2018.

1. Academias ao Ar Livre. 2. Corpo. 3. Discurso. 4.  
Identidades para São Luís. I. Silva Cruz, Mônica. II.  
Título.

**JULIANA MATOS LAVRA**

**BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE: produção de identidades para São Luís (MA) no discurso midiático sobre as academias ao ar livre**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras como parte dos requisitos para obtenção de título de Mestre em Letras, sob orientação da Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz.

**Linha de Pesquisa:** Discurso, Literatura e Memória.

Aprovada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz (Orientadora)**

**Doutora em Linguística e Língua Portuguesa**

**Universidade Federal do Maranhão**

---

**Profa. Dra. Nilsa Brito Ribeiro**

**Doutora em Linguística**

**Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**

---

**Profa. Dra. Ilza do Socorro Galvão Cutrim**

**Doutora em Linguística e Língua Portuguesa**

**Universidade Federal do Maranhão**

Dedico meu esforço para concluir este trabalho a meu pai, Julio Cesar, que iniciou essa aventura comigo, mas partiu; e a Enrico, que acaba de chegar.

## AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento nobre e somente pertence a quem se dispõe a reconhecer a importância de todos aqueles que de alguma forma auxiliaram na corrida pela vitória. Assim, aproveito este espaço para agradecer:

- À minha família, nas pessoas de Silvana, minha mãe, e Karolina, minha irmã. Vocês são a base que sustentou a realização desse sonho. Ao meu esposo, Wander, por sua cumplicidade e compreensão de sempre, por ser um pai tão maravilhoso para nosso Enrico quando eu não pude me fazer presente.
- Ao Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discurso – GPELD – que me apresentou o mundo da pesquisa e o universo foucaultiano, no qual o mergulho é inevitável e sem volta. À Profa. Ilza, que com seu olhar sensível é capaz de nos guiar e confortar nos momentos de indecisão. Aos colegas Thayane Soares e Claudemir Sousa, que me acompanharam e me socorreram sempre que puderam.
- À minha orientadora, Profa. Mônica Cruz, que a mim confiou essa tarefa e me convenceu de que eu seria capaz nos muitos momentos em que eu duvidei. Serei eternamente grata por sua atenção e compreensão.
- À coordenação do PGLetras, à coordenadora Veraluce Lima, sempre dispostos a auxiliar os alunos cujos olhares refletem o desassossego que o Mestrado nos faz sentir.
- À Capes/Fapema por financiarem este trabalho.

## RESUMO

Desde o século XVIII, o biológico passou a ser uma questão política (FOUCAULT, 1988). Desde então muitos são os dispositivos de poder que se articulam para produção de corpos eficientes, saudáveis, produtivos e dóceis. Peça fundamental dos poderes públicos na modernidade, o discurso do corpo saudável se agrega a tantos outros discursos para produzir verdades sobre as distintas faces da administração de governos ou prefeituras, em São Luís. Nesse movimento de saber-poder, as mídias digitais e eletrônicas na capital maranhense reforçam constantemente a necessidade do cuidado com a saúde, mas, também, se associam a outros discursos que põem em relevo a atuação dos poderes públicos em relação à cidade. Esta dissertação busca analisar, em um movimento arqueogenealógico, identidades produzidas para a cidade de São Luís a partir de discursos sobre as academias ao ar livre (AAL) instaladas em espaços públicos da cidade. Neste sentido, mobilizamos a Análise de Discurso de linha francesa, a partir das contribuições de Michel Foucault, como pressuposto teórico-metodológico a fim de analisarmos os dizeres das mídias que se apresentam no *corpus*. Concluímos que tais discursos sobre as AAL funcionam, juntamente com práticas não-discursivas, como agenciador dos corpos no sentido de conduzi-los à prática de atividades físicas em espaços localizados próximos de suas residências, dentro de sua comunidade, de forma gratuita e ao ar livre como efeito do exercício biopolítico, a partir do qual se prega um corpo saudável e ativo. A partir dos dizeres sobre a saúde da população, o governo municipal promove suas ações e cria efeitos identitários para a cidade de São Luís em complexas redes discursivas, filiando-se a memórias já existentes e instaurando outras memórias.

**Palavras-chave:** Discurso. Academias ao Ar Livre. Corpo. Identidades para São Luís.

## **ABSTRACT**

Since the eighteenth century, the biological has become a political issue (FOUCAULT, 1988). Since then many power devices have been articulated to produce efficient, healthy, productive and docile bodies. A fundamental part of public powers in modernity, the discourse of the healthy body is added to so many other discourses to produce truths about the different faces of the administration of governments or prefectures, in São Luís. In this movement of knowledge-power, digital and electronic media in the capital of Maranhão constantly reinforce the need for health care, but also associate with other discourses that highlight the performance of public powers in relation to the city. This dissertation seeks to analyze, in an archaeogenealogical movement, identities produced for the city of São Luís from discourses about the open air academies installed in public spaces of the city. In this sense, we mobilized the French Line Discourse Analysis, based on the contributions of Michel Foucault, as a theoretical-methodological assumption in order to analyze the meanings that are presented in the corpus. We conclude that such discourses on Open Air Academies work, together with non-discursive practices, as agents of the bodies in the sense of leading them to practice physical activities in spaces located near their residences, within their community, free of charge and in the air free as the effect of biopolitical exercise, from which a healthy and active body is preached. Based on statements about the health of the population, the municipal government promotes its actions and creates identity effects for the city of São Luís in complex discursive networks, joining existing memories and establishing other memories.

**Keywords:** Speech. Outdoor Academies. Body. Identities for São Luís.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Percentual de indivíduos insuficientemente ativos, na população de estudo de 15 a 69 anos, por escolaridade, em 15 capitais brasileiras e DF, em anos recentes (2002 ou 2003).

Gráfico 2 – Demonstrativo de sedentarismo no Brasil (2013)

Gráfico 3 – Justificativa para prática de atividades esportivas e/ou físicas – Gênero e faixa etária

## **LISTA DE FIGURAS**

- Figura 1 – Sistema de Monitoramento Eletrônico no trânsito
- Figura 2 – Postagem em rede social sobre o novo sistema de monitoramento
- Figura 3 – Matéria sobre os usos do Parque do Bom Menino
- Figura 4 – Inauguração da Praça Irmã Gabriela Torselli, Habitacional Turu.
- Figura 5 – Inauguração da Praça Irmã Gabriella Torselli, Habitacional Turu.
- Figura 6 – Entrega das Praças pela Prefeitura, no bairro Camboa.
- Figura 7 – Moradores utilizando aparelhos da academia ao ar livre
- Figura 8 – Academia ao ar livre na praça

## SUMÁRIO

Primeiras palavras.....	10
<b>1. APONTAMENTOS SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO .....</b>	<b>17</b>
1.1 De Michel Pêcheux a Michel Foucault: alguns caminhos traçados .....	17
1.2 AD francesa e <i>A Arqueologia do Saber</i> .....	21
1.3 Foucault: mais reflexões sobre discurso e poder .....	30
<b>2. A SOCIEDADE CORPOCÊNTRICA.....</b>	<b>40</b>
2.1 Saber, biopoder e governamentalidade.....	40
2.2 A prática biopolítica e o espaço na contemporaneidade .....	46
2.3 Identidades (pós)modernas e a mídia.....	52
<b>3. ACADEMIAS AO AR LIVRE, BIOPOLÍTICA E IDENTIDADES PARA SÃO LUÍS .....</b>	<b>57</b>
3.1 AAL em São Luís: um olhar genealógico .....	57
3.2 AAL, São Luís e o discurso jornalístico .....	68
3.3 Prefeitura de São Luís e a produção de identidades .....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>100</b>

## Primeiras palavras

---

---

A atenção que o corpo tem recebido nas últimas décadas revela a preocupação da sociedade contemporânea com a sua qualidade de vida, o que não se apresenta de forma gratuita, pois está inserida em uma ordem do discurso ditada pelas relações de poder que agem sobre o corpo. No entanto, podemos voltar, com Foucault, ao século XVIII e perceber que, desde lá, o corpo já era tratado e trabalhado como objeto de poder. Segundo o autor francês (FOUCAULT, 1987; 1988; 2005), diferentes dispositivos<sup>1</sup>, mobilizados por meio de práticas discursivas e não discursivas, regulavam os corpos a partir de novas instituições, como os manicômios, para os loucos; os hospitais, para os doentes; as prisões, para os criminosos etc.

Voltando para os dias atuais, refletindo sobre pequenos acontecimentos e novas práticas, podemos notar como o nosso cotidiano está repleto de discursos que nos levam a cuidados com o corpo, de maneira que é necessário vislumbrar esse cuidado como uma prática inserida em uma conjuntura determinada por redes de dispositivos específicas.

Um dos dispositivos mais acionados em nosso momento histórico são as mídias, sejam digitais ou não. Sem muito esforço, nos deparamos com redes de televisão a todo instante disseminando a necessidade de cuidarmos da nossa própria saúde. Só a título de ilustração, podemos citar programações gerais da televisão brasileira aberta, que passou a incluir, na sua grade, opções que se direcionam nesse sentido, propondo uma educação do corpo. A Rede Globo, uma das emissoras mais populares do país, por exemplo, apresenta o programa *Bem Estar*, no ar desde 2011, sempre de segunda-feira a sexta-feira, das 10h às 11h, reprisado pela Globonews e pelo Canal Viva cujo conteúdo envolve saúde e estilo de vida saudável, contando com a participação de diversos especialistas nos temas abordados em cada episódio. Essa aposta no jornalismo direcionado para a saúde entra na casa de grande parcela da população brasileira diariamente.

---

<sup>1</sup> Baseamo-nos no conceito de dispositivo proposto por Foucault (1988, 2015b).

As redes sociais também atuam fortemente nesta empreitada em prol do cuidado com o corpo. O *Facebook*, atualmente umas das páginas com maior número de usuários na *internet*, conta com milhares de grupos e páginas internos relacionados à saúde. Encontramos páginas sobre alimentação *diet* e *light*, incluindo dietas malucas que prometem resultados imediatos, receitas culinárias saudáveis, sobre prática de esportes, grupos de eventos esportivos, dicas de cuidados com a saúde íntima e muitas outras opções. O estilo de vida saudável tornou-se um padrão e, às vezes, nos sentimos até excluídos de nossa comunidade mais próxima quando resistimos a essas verdades.

Encontramos ainda, na *PlayStore*, loja *on-line* do grupo Google de aplicativos, jogos, livros, músicas e filmes para *smartphones* e *tablets*, uma variedade significativa de aplicativos que atuam no sentido de melhorar a saúde dos usuários. Na maioria, gratuitos, muitos oferecem desafios intensos para alcançar alguma meta, como perda de peso ou resultados de musculação em determinada parte do corpo, além de muitos outros com teor educativo, como aplicativos que funcionam como alarmes para indicar a hora de ingerir água, que oferecem séries de atividades físicas, como alongamentos, pilates, zumba entre outros, assim como os de receitas e tabelas nutritivas. Tudo isso na palma de nossas mãos.

As campanhas de vacinação, de prevenção de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, também podem ser encaradas como práticas que incidem sobre o corpo. A educação em saúde tem sido relevante para o acesso a informações sobre doenças que acometem a população e ameaçam a produtividade do corpo.

Fora das telas, encontramos nas academias de ginásticas espalhadas por todos os bairros, que atendem às diferentes classes sociais, opções para manter o corpo saudável por meio de atividades físicas. Além delas, praças e outros espaços públicos, como calçadões, vêm sendo cada vez mais utilizados para este tipo de práticas, envolvendo, ainda, *aulões* coletivos de ritmos que propiciam o movimento do corpo.

Voltando nosso olhar para a realidade local, é possível observar um grande número de praças públicas sendo revitalizadas na cidade de São Luís, capital do Maranhão. Espaço antes direcionado para encontros entre amigos, casais enamorados ou simplesmente para passeios, hoje as praças ganham novas funcionalidades, abrindo lazer e desporto, com bancos e quadras poliesportivas,

para prática de atividade física, além de instalações das denominadas Academias ao Ar Livre (AAL). Paralelamente a essas instalações, a mídia local, incluindo telejornais, jornais impressos, canais institucionais e blogs, tem discursivizado regularmente estas AAL, reafirmando o discurso da importância do cuidado com o corpo.

Na dinâmica da cidade, o corpo passa a ser pensado como espaço de ações políticas, ele é politizado, é controlado de muitas formas, para produzir mais e melhor. Nesse âmbito, surgem intervenções do Estado para fazer o corpo produzir, como o cuidado com a saúde. Esse poder que se inscreve no corpo dos indivíduos, na visão de Foucault, está em toda parte, e na cidade ele se materializa de formas diversificadas, nos enunciados sobre o que é permitido ou não fazer, nos mobiliários, nos espaços vazios, na arquitetura citadina de modo geral.

Por meio de diferentes práticas a cidade é produzida e produz subjetividades, instaura regras do que pode ou não fazer os indivíduos, mas também insere os olhares em uma ordem que determina como ela deve ser olhada. A urbe, nesse âmbito, é espaço de significação; ela significa e faz significar (ORLANDI, 2004).

Esta pesquisa problematiza como o biopoder, instrumento de regulação das relações corpo-poder, se inscreve em discursos voltados para as academias ao ar livre de São Luís, produzindo paralelamente, sentidos para a cidade e seus habitantes.

Dessa problemática, o objetivo geral desta investigação é analisar como as relações do biopoder e seus efeitos têm gerido os corpos por meio dos discursos que abordam as AAL. Especificamente, pretende: a) investigar a genealogia das AAL, a fim de compreender como se deu esse processo de instalação e inauguração das praças e parques revitalizados; b) avaliar, no âmbito discursivo, de que maneira o biopoder se instala nas AAL de São Luís, entendendo que a produção e a circulação dos discursos são de alguma maneira controladas; c) analisar que identidades os discursos midiáticos têm produzido para a cidade a partir da divulgação da instalação e inauguração das AAL, uma vez que são produzidos sentidos para a cidade advindos dessas redes discursivas.

Pensando em todos esses fatores sob uma ótica foucaultiana, podemos vislumbrar a construção desse poder que dita o que é o corpo saudável por meio de

mecanismos e dispositivos biopolíticos (FOUCAULT, 1988). Sabendo-se que as relações de poder são permeadas pelo discurso, e vice-versa, numa relação contínua e simbiótica, este trabalho torna-se imperativo para compreender a relação discurso e poder.

As Academias ao Ar Livre, pensadas como mecanismo de disciplinamento do corpo, tornaram-se um dispositivo de controle e vigilância do governo sobre os corpos dos indivíduos. Portanto, é necessário que nós, especialmente enquanto habitantes desta cidade, reflitamos acerca destas práticas discursivas que, diariamente, atravessam nossas leituras, nosso cotidiano e nosso corpo, tentando nos inserir nas novas redes de biopoder que atuam por meio da mídia e que buscam nos convencer de que a prática de atividades físicas é requisito indispensável para um corpo saudável. Desse modo, esse estudo mostra-se importante para diversos campos de saber, como os estudos de linguagem, História, Políticas Públicas, áreas da saúde e muitos outros. Esta pesquisa apresenta sua relevância social ao analisar a produção e circulação de discursos na mídia, vislumbrando este espaço como um meio de difusão de práticas culturais, políticas e, antes de tudo, como um terreno para as relações de poder-saber.

As relações de poder figuraram preocupação central da obra foucaultiana, segundo as quais ele pôde classificar, pelo menos, dois diferentes tipos de poder. Os conceitos de poder disciplinar e, especialmente, de biopoder, darão ensejo à fundamentação teórica deste trabalho. Tomamos a analítica do poder de Michel Foucault, presente no conjunto de sua obra, como embasamento para fazermos a análise das relações de poder que agem sobre os corpos na conjectura por nós já apontadas, juntamente com reflexões de autores que fazem a leitura de sua obra, como, Deleuze (2013), Hardt e Negri (2001) e, no Brasil, Machado (2007), Gregolin (2004; 2006), Sargentini (2006) e Fernandes (2012). Além disso, para compreendermos o processo discursivo de produção de identidades, recorreremos a Hall (2005) e Bauman (2005), que refletem sobre as identidades dos sujeitos na modernidade. Para vislumbrarmos o corpo como objeto e produto do discurso, recorreremos a Courtine (1981) e a Milanez (2006; 2009). Estes dois autores que inseriram o corpo na visada discursiva e o compreendem enquanto objeto e desejo das relações de poder que atuam na sociedade contemporânea.

A Análise do Discurso de vertente francesa (AD) é adotada como aparato teórico-metodológico para compreender como as práticas discursivas são permeadas de poder. Assim, a partir do que foi discutido e estabelecido na chamada AD3, tomamos os principais conceitos oriundos d'A Arqueologia do saber (2015a) para pleitearmos uma descrição e análise arqueogenalógica dos enunciados propostos, considerando-os como produto e produtor da história que, materializado na linguagem, refletem as micro relações de poder presentes em determinadas sociedades.

A pesquisa, portanto, caracteriza-se pela interpretação qualitativa dos dados, que foram coletados e organizados segundo os conceitos de *arquivo* e de *dispersão*, propostos por Foucault (2015a), e arranjados de acordo com a formação discursiva na qual se enquadram. Dessa forma, entendemos que as práticas discursivas se movem ao longo da história e ocupam diferentes posições, caracterizando-se por sua dispersão e sua heterogeneidade. Buscamos, na dimensão histórica, um recorte do que foi dito sobre as Academias ao Ar Livre e formulamos nosso arquivo. Adotamos aqui a noção de *arquivo* pensada por Foucault (2015a), segundo a qual os enunciados, aqueles efetivamente ditos, não aparecem e desaparecem aleatoriamente em meio às redes discursivas, mas segundo uma regularidade, na dimensão dos acontecimentos.

Procuramos analisar os discursos de acordo com o método arqueogenalógico, segundo o qual não é possível fazer uma análise linear do objeto, uma vez que os sentidos não são dados *a priori*. Proposto por Foucault (ibid.), esse método analisa, de forma concomitante, a) as condições de possibilidade de emergência dos discursos em uma dada conjuntura histórica e b) como agem as relações de poder de maneira a controlar/ permitir a circulação de determinado discurso em detrimento de outros. Assim, dividimos os *corpora* em dois eixos:

#### I - Textos jornalísticos

Os textos jornalísticos compõem-se de duas matérias sobre praças e parques que foram recentemente revitalizadas e receberam as AAL. A matéria do Jornal o Estado do Maranhão (2015) foi originalmente publicada na versão impressa, mas foi adquirida na versão digital por meio da página do jornal. A segunda matéria foi,

publicada na página *on-line* do jornal O Imparcial e apresenta textos verbais e imagens.

## II – Texto da Prefeitura de São Luís

Chamaremos texto da Prefeitura de São Luís o escrito e publicado na página oficial da Prefeitura de São Luís, na *internet*. A matéria selecionada está sitiada na página da Agência de Notícias, onde também se encontram outras dezenas de notícias divulgando inaugurações de praças e espaços revitalizados, e constam texto verbal e imagens.

Expostos o objeto, as características da metodologia adotada para a execução da pesquisa e o *corpus*, é necessário mostrar, a partir daqui, como o trabalho está organizado: a pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro deles, com o título *Apontamentos sobre Análise do Discurso*, apresenta, inicialmente, o cruzamento das ideias pecheutianas pertencentes à chamada terceira fase da AD com os pressupostos foucaultianos, que resultou em revisões e problematizações que levaram a tão recente AD a um patamar epistemológico mais complexo, especialmente a partir da obra *A arqueologia do Saber* (2015a), livro em que Foucault organiza seus pensamentos acerca da prática da análise do discurso, merecendo, portanto, um lugar separado neste primeiro capítulo.

Posteriormente, são explanadas as primeiras conjecturas de Foucault no que tange à relação discurso e poder, a fim de compreender como, em suas obras, o autor traça uma trajetória do arrolamento destes dois elementos, especialmente no que tange ao poder disciplinar.

O segundo capítulo, *A sociedade corpopocêntrica*, por sua vez, enfoca o *como* do poder e sua atuação sobre os corpos. Elencando conceitos importantes para a compreensão do objeto, como o de biopoder, biopolítica e de identidade. Esta parte da dissertação aborda como as relações de biopoder se estabelecem nas mais diferentes esferas sociais e como podemos compreender este tipo de poder a partir do conjunto da obra de Michel Foucault. Ademais, compreender as identidades e como elas são construídas discursivamente é tarefa necessária para se chegar ao terceiro capítulo.

O capítulo analítico, chamado *Academias ao a livre, biopolítica e identidades para São Luís*, procura investigar, guiado pelos conceitos expostos nos capítulos

anteriores, como se dá o agenciamento do corpo pelos/nos discursos midiáticos que abordam as AAL, primeiro os encontrados em textos jornalísticos e, em seguida, o publicado em uma página da Prefeitura da cidade de São Luís. Para isso, propomos logo no início deste quarto capítulo, uma genealogia das AAL, com o intuito de conhecer seu percurso que vai de uma escala mais nacional até chegar ao contexto local.

Iniciemos, portanto, nosso percurso investigativo pelo primeiro capítulo, apresentando as ferramentas teórico-metodológicas ofertadas pela Análise do Discurso francesa e os principais conceitos elencados por Foucault em seu trabalho arqueogenealógico.

# Capítulo I

---

## APONTAMENTOS SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO

---

Haverá, sempre, muitos caminhos para apresentar a Análise do Discurso. Entre eles, *problematizar a maneira de ler* pode ser o mais curto para se pensar nos objetivos desta disciplina. O fato de o sujeito falante refletir sobre o que produz e o que lê nas mais variadas materializações da linguagem deve ser o primeiro passo no sentido de compreender que estamos sujeitos à linguagem, estabelecendo-se assim uma relação constitutiva entre língua e exterioridade.

Até chegar ao nível em que se encontra no Brasil, a Análise do Discurso passou por várias fases e passou por diferentes e múltiplos saberes. Assim, de suas primeiras fases até os mais recentes avanços, a AD francesa contou com apoio de diversos teóricos, cada um dando sua parcela de contribuição. Seleccionamos, desta maneira, dois destes que, para este trabalho, parecem ser os mais relevantes considerando os caminhos aos quais levaram a AD.

### 1.1 De Michel Pêcheux a Michel Foucault: alguns caminhos traçados

Desde suas primeiras fases ao longo de sua fundação e desenvolvimento, a Análise do Discurso (AD) tem buscado a compreensão do funcionamento da linguagem e das formas de circulação dos discursos em nossa sociedade. Seu nascimento naquela França dos anos 60 e 70 explica sua natureza múltipla e tensa, sendo resultado da falência do paradigma da linguística estruturalista e provendo uma perspectiva sociológica e psicanalista, para, mais tarde pensar o diálogo entre a linguística e a história sob uma nova perspectiva.

Não propomos recontar a história da constituição da AD enquanto disciplina, mas pensar a AD a partir de um momento de rupturas e reflexões. Neste trajeto por nós proposto, nos deparamos com uma linha de proposições que foram, aos poucos, constituindo a AD que hoje conhecemos como AD francesa. Para melhor compreendermos como se deram esses atravessamentos, observaremos a chamada AD3, a terceira época da AD.

A confluência das ideias inicialmente apresentadas por Pêcheux com as advindas de outros pensadores, somadas à desestabilização do Estruturalismo na França daquela época, resultou em uma profunda revisão teórico-metodológica, denominada “desconstrução dirigida” por Malidier (2003) ou, ainda, “desconstrução domesticada” por Baronas (2004), cujos efeitos refletiram em transformações em conceitos basilares da AD de outrora. Pêcheux, neste último momento, refletia e desconstruía parte de seus postulados antecedentes, apresentados na AD1 e AD2, a partir de uma aproximação não só a Foucault e Lacan, como a outros importantes personagens deste movimento. O que resultou de todas estas rupturas foi uma reformulação teórica da AD enquanto instrumento de análise e como campo de saber, que permitiu que ela se desdobrasse mesmo após a morte de Pêcheux, considerado seu fundador.

Segundo Gregolin (2006), dentre as mudanças vistas neste período, apresentadas na última conferência ministrada por Pêcheux e décadas depois publicadas em *Discurso Estrutura ou acontecimento* (2015), temos a incorporação da ideia de *heterogeneidade discursiva*, que afasta a concepção pecheutiana inicial de maquinaria fechada e homogênea nas condições de produção do discurso. Isso foi possível devido à introdução dos conceitos de *heterogeneidade mostrada* e *constitutiva*, elencados por J. Authier-Revuz (1990), que vinha posicionando-se a favor da enunciação e do sentido, ampliando os horizontes ao vislumbrar *o discurso outro* presente no discurso mesmo.

Além disso, vemos também a noção de *memória discursiva* aflorar nesta revisão por meio do trabalho de J.J. Courtine (1981), a partir da qual Pêcheux inclinará seus estudos para uma certa *memória social*, evidenciando, assim, acontecimentos que são exteriores e anteriores ao discurso, já que seria na/pela história que são observadas as condições de produção e circulação do sentido. Courtine já se baseava em leituras das obras de Foucault, especialmente as que analisavam discursos sob a perspectiva da Nova História.

A reflexão de Michel Foucault acerca do discurso, então, apressa o deslocamento de maquinaria fechada e instaura a relação direta do discurso com o sujeito e do discurso com a história. De modo que o sujeito o constitui e a história determina/possibilita a sua existência (FERNANDES, 2012, p. 18). Além disso, a noção própria de história que Foucault apresentava em seus trabalhos com a reflexão sobre o poder sob uma nova ótica evidenciava as proposições da Nova

História e o afastava das discussões marxistas em torno da luta de classes e sua relação com as práticas discursivas.

A Nova História junto a Foucault e, especialmente, De Certeau (1982), foi responsável por uma visão ressignificada do que seria a história e do próprio fazer histórico na/pela prática discursiva, inclusive dentro da AD.

*O professor:* Como o senhor descreveria sua visão de história? Como a dimensão da história se integra ao discurso?

*M. Foucault:* O fato de eu considerar o discurso como uma *série* de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história. O problema é que, durante 50 anos, a maioria dos historiadores escolheu estudar e descrever não acontecimentos, mas estruturas. Assiste-se, hoje, a um retorno aos acontecimentos no campo da história. Quero dizer com isso que o que os historiadores chamavam de acontecimento, no século XIX, era uma batalha, uma vitória, a morte de um rei, ou qualquer coisa dessa ordem. Contra esse tipo de história, os historiadores das colônias, das sociedades mostraram que a história era feita de um grande número de estruturas permanentes. A tarefa do historiador era a de trazer à luz essas estruturas. É um objetivo que encontramos, na França, no trabalho de Lucien Febvre, de Marc Bloch e de outros. Hoje, os historiadores retornam aos acontecimentos e buscam ver de que maneira a evolução econômica ou evolução demográfica podem ser tratadas como acontecimentos. (FOUCAULT, 2012, 250).

Partindo dessa concepção de história, a valorização dos eventos cotidianos, considerados todos acontecimentos, desviava a atenção especial que se dava aos discursos políticos e partia rumo a reflexões acerca de outras discursividades visíveis a poucos na sociedade. Essa perspectiva da história é válida para este trabalho e necessária, pois ela quem “começou a se interessar por toda a atividade humana.” (BURKE, 2011, p. 11) De acordo com Nora (1997), a mudança no fazer histórico ocorreu paralelamente, e especialmente como uma consequência, à mudança na abordagem do acontecimento histórico. Ele também explica que:

[...] um acontecimento histórico só era acontecimento porque os historiadores assim o tinham decidido, em função do que esse acontecimento tinha provocado. Eram os historiadores que faziam ascender este ou aquele acontecimento à dignidade histórica e, de certo modo, toda a História consistia em decidir se isto era ou não acontecimento, a reavaliar sua importância. (NORA, 1977, p. 48).

Ao contrário do que acontecia nos sistemas de informação tradicionais, o acontecimento para a Nova História já não depende da avaliação do historiador, mas o historiador mesmo é que é feito pelo acontecimento, assim, este seria um ponto de vista privilegiado, que deve ser clarificado provisoriamente por ele de maneira que o

explique pautado no passado, sendo necessário auscultá-lo porque é ele que une todos os significados sociais de que é rodeado (idem, p. 48).

Pêcheux (2015) lança o olhar para esse novo paradigma e volta-se para o “registro ordinário do sentido” (p. 48) e esclarece que, já naquele período, era cada vez mais visível a prioridade que deveria se dar aos discursos cotidianos e ao regresso a o que se passava em baixo, nas massas.

Desde então, outros objetos eram construídos a partir de análises que não eram comuns àquele período epistemológico, que fugiam aos padrões linguísticos de se pensar as camadas da língua, aos padrões filosóficos de refletir sobre determinado tema disposto na época, ao que os padrões sociopolíticos determinavam, pois exigiam, antes, uma delimitação política para que a partir dela se fizesse ciência e, assim por diante. Griset (1977) também comenta as influências do Foucault historiador sobre outros, a partir de duas de suas obras, *História da Loucura: na idade clássica* (2005) e *O nascimento da clínica* (1977), no sentido de definir o objeto enquanto construção histórica. Essa visão já era comumente abordada neste período, mas só foi problematizada de fato a partir das análises foucaultianas.

Como expusemos anteriormente, Courtine (1981) também teve uma relação de influências com a AD. Ele apresentou uma perspectiva do discurso que até então não havia sido, declaradamente, pensada por outros autores. Para ele (1981), o discurso não se limitava ao texto verbal, como previam os pressupostos das primeiras fases da AD. Ele explica que:

Minha perspectiva é então muito próxima daquela de Foucault em *A arqueologia do saber* (2004), com a condição que compreendamos bem que o termo “discurso” que ele emprega não quer dizer, no melhor dos casos, “texto”. Ele concerne aos materiais da história em geral. Isso implica que, no trabalho histórico que eu pude fazer na longa duração, quer seja sobre as emoções e as expressões do rosto, o corpo deformado, ou ainda a virilidade, as preocupações textuais constituem apenas uma parte. É preciso decifrar os textos, compreender as imagens, interpretar as listas e tabelas, reconstruir e dar nova vida a gestos e práticas. Enfim, dar sentido a tudo o que constitui a diversidade dos materiais da história. (COURTINE 2015 *apud* KOGAWA, 2015, p. 409).

Sua contribuição para AD, naquele momento, foi estender o campo de atuação da disciplina, que se formava a partir das reflexões de diferentes teóricos, ao considerar que o discurso não está apenas na materialidade linguística verbal, mas em qualquer manifestação da linguagem. Isto muito se deveu à sua

aproximação aos trabalhos foucaultianos e ao modo como este concebia o trabalho do historiador.

Finalmente, o conjunto da obra de Foucault reúne, em diferentes textos, com análises e reflexões, muitas considerações acerca de como o sujeito é constituído, atravessado discursivamente, inserido na história, contrariando o que muitos estudiosos defendem em relação a seus feitos sob a égide de que ele teria formulado uma teoria analítica do poder. Para justificar essa visão sobre o trabalho foucaultiano, Silva (2004) explica que:

[...] buscar Foucault na AD nos obriga a pensar na sua visão sobre o poder e, como desdobramento, na relação saber-poder para, no âmbito dessa relação, enxergarmos as ações sobre/do sujeito. [...] é na relação saber-poder que podemos chegar aos efeitos de poder, como ele age sobre o sujeito, como esse responde a seus efeitos, como essa relação se apresenta no discurso. (p. 159-160).

O foco nas relações saber-poder e poder-discurso é essencial para a compreensão dos objetivos de Foucault ao longo de suas análises. Com fins didáticos, atualmente, há uma divisão da construção da obra foucaultiana em três momentos distintos: a fase arqueológica, a genealógica e das práticas de si. Procurando trilhar esses caminhos, o item a seguir mostra como, a partir da fase arqueológica, Foucault propôs uma investigação acerca da maneira como o saber era constituído, como os objetos eram constituídos discursivamente.

## **1.2AD francesa e *A Arqueologia do Saber***

*O novo arquivista anuncia que só vai se ocupar dos enunciados*  
(DELEUZE, 2013)

Michel Foucault, ao responder sobre o método arqueológico, recuou frente ao que muito se falou sobre *A Arqueologia do saber* (2015a) ser um livro metodológico. Para ele, seria impossível pensar em um método que pudesse ser aplicado a domínios diferentes sem que houvesse daí prejuízos (FOUCAULT, 2012, 223). Deleuze (2013) apresenta o novo arquivista e como sua obra pareceu perturbar as estruturas daquela época. Segundo ele, as críticas eram constantes e apontavam um filósofo que não citava os textos do cânone e os grandes filósofos,

que analisava a história sem apresentar exemplos. Foucault deixava de lado as proposições e frases anteriormente tratadas pelos *arquivistas* e passa a se debruçar somente nos enunciados.

Machado (2007) explica que *A Arqueologia* está mais relacionada às análises anteriormente empreendidas por Foucault do que com as posteriores à sua publicação, que buscarão reflexões sobre poder e subjetividade, na chamada *genealogia* (MACHADO, 2007, p.156). Portanto, esta obra seria uma revisão das pesquisas históricas frente às críticas que seu projeto arqueológico sofria. Segundo ele, *A Arqueologia* seria mais um ponto de chegada do que um ponto de partida, não seria

nem a explicitação conceitual de uma metodologia antes aplicada e ainda não definida, nem o estabelecimento de um novo método de análise dos saberes que irá guiar as pesquisas posteriores. É mais uma etapa – a última – de uma trajetória em que a arqueologia, para clarificar o seu exercício, define sua especificidade. (MACHADO, 2007, p. 12).

A introdução da obra demarca sua posição no que tange à sua visão de História, do trabalho do historiador, e de como as rupturas estariam balizando seus movimentos naquele período. Isso implica dizer, ainda, que Foucault se reposiciona frente ao *documento*. Desta forma, pensando a arqueologia foucaultiana como situada na história do pensamento ou das ciências, esse reposicionamento consiste em conceber os documentos, os discursos, como *monumentos*, de maneira que são “considerados em sua espessura própria, na materialidade que os caracteriza, ele (Foucault) procura determinar as condições de existência do discurso tomado como acontecimento em relação a outros acontecimentos, discursivos ou não.” (MACHADO, 2007, p. 154). A partir disso, indica um estudo sobre o discurso livre de temas puramente antropológicos, linguísticos ou sociais; livre das continuidades dos discursos.

A trajetória da arqueologia perpassa três obras foucaultianas: *História da Loucura* (2005), *Nascimento da clínica* (1977) e *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (2000). Em *História da Loucura*, Foucault busca explicitar questões voltadas para a psiquiatria, a fim de compreender como se estabeleceram as práticas de segregação e exclusão dos loucos na Europa ocidental. O discurso psiquiátrico, frente ao discurso científico, anunciava um conhecimento sobre a loucura, de modo que a dicotomia *razão x loucura* estimulava critérios sociais de exclusões institucionais. O que ocorre em *Nascimento da clínica* é uma expansão para o estudo da medicina moderna como um todo e das doenças,

não somente a loucura inserida numa história da psiquiatria enquanto medicina classificatória.

Já *As palavras e as coisas* desloca seu foco voltado às questões puramente histórico-discursivas e passa a problematizar o surgimento das ciências humanas e de seus respectivos saberes pensando em três epistemes, a renascentista, que representava um período em que a episteme da semelhança era levada em consideração de modo que o pensamento era analógico, repetitivo; a clássica – séculos XVII e XVIII - da episteme da similitude passa-se a episteme da diferença. Nesta época do surgimento do sujeito de Descartes, se buscava a representação, a categorização da ordem da linguagem. A grande diferença, seria, portanto, a relação da linguagem, a relação das palavras e as coisas: a linguagem aqui não era mais parte do mundo, mas traduzia o mundo por meio das palavras. A terceira episteme, a moderna – séculos XIX e XX -, preconizou a interpretação e, principalmente, o homem como objeto, não mais como representação. Agora, sujeito e objeto do pensamento, o homem se desnuda enquanto produtor do saber, dando origem às ciências humanas, e, ao mesmo tempo, se reconhece como objeto desta ciência. Esse processo se dá, basicamente, sob o uso da linguagem: enquanto ser que fala e se utiliza da linguagem, entende que a linguagem é anterior a ele. Ao passo que constitui a linguagem, é constituído previamente por ela (MACHADO, 2000).

Ele procura compreender como, em cada época, há um modo de se pensar a realidade e como aconteceu essa transição nos últimos cinco séculos. Aos modos de pensamento, Foucault denomina saber. Diante dos saberes produzidos, produziu-se o homem. A episteme moderna apresentou, pelo menos, três saberes novos: sobre a vida, por meio da biologia, sobre o trabalho, por meio da economia política, e sobre a linguagem, por meio da filologia; as ciências humanas constituem-se exatamente no espaço entre estes três saberes a cada vez que um é confrontado ou posto do lado de outro.

Nesta mesma obra, Foucault (2000), posteriormente, comenta o que seria a caracterização da morte do homem. Ele atribui esse fim próximo do homem a três ciências empíricas: a História, a Psicanálise e a Etnologia. Cada uma tem sua parcela de contribuição na destruição do tão centrado homem moderno. A partir desse momento, Foucault deixa a polêmica para seus contemporâneos e avança rumo a reflexões mais específicas sobre o discurso e como deve ser feita sua abordagem e análise.

Buscando mostrar que o mundo não se oferece a nós de forma legível (idem, 2014, p.50), a Arqueologia do saber (2015) se apresenta como o marco final de sua fase arqueológica, como um momento de organização de suas proposições precedentes, como uma explicação devida a seus leitores. Neste longo trecho das conclusões da obra, ele explica que:

É certo que jamais apresentei a arqueologia como uma ciência, nem mesmo os primeiros fundamentos de uma ciência futura. [...] A palavra arqueologia não tem valor de antecipação; designa somente uma das linhas de abordagem para a análise das *performances* verbais: [...]. Além disso, as descrições arqueológicas, em seu desenrolar e nos campos que percorrem, articulam-se com outras disciplinas: procurando definir, [...], as diferentes posições de sujeito que os enunciados podem implicar, [...]. [...] Trata-se de revelar as práticas discursivas em sua complexidade e em sua densidade, mostrar que falar é fazer alguma – algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também, de colocar em ação as estruturas de uma língua; mostrar que somar enunciados é fazer um gesto complicado e custoso que implica condições [...] e que comporta regras [...]. (FOUCAULT, 2015a, p. 248-252)

Buscando no final do livro essa explicação direta e muito prática, é possível compreender o posicionamento de Foucault quanto ao que denominou arqueologia. Na obra, ele traça um percurso para analisar os discursos sob um ponto de vista linguístico-histórico, com o objetivo final de saber quem somos nós hoje. Segundo ele (FOUCAULT, 2015a, p. 252), é necessário se pensar nisso hoje, daí seus estudos serem categoricamente atemporais, pelo fato de haver em nossa sociedade e especialmente naquilo que somos, uma profunda dimensão histórica e, mais ainda, por sermos essencialmente ligados aos acontecimentos discursivos. Desse modo, somos tudo aquilo que resultou de tudo o que já foi dito. Assim sendo, para compreendermos nossa existência, nosso papel em nosso meio e como as relações humanas e sociais se estabelecem, nada mais imprescindível que analisar os discursos que permeiam nossa vida.

Já na obra, destacando, inicialmente, a descrição dos discursos e de sua formação no campo dos acontecimentos discursivos, Foucault (2015a) caracteriza o enunciado, enquanto unidade do discurso, como singular, mesmo se apoiando em outro, *já-dito*, num feixe de relações em que este considerado *já-dito* não seria mera repetição de uma frase ou enunciado, mas um *jamais-dito*, fugindo de sua origem e se apoiando em cada irrupção, cada (ré-)aparecimento, cada acontecimento (p. 30-31), levando-nos a questionamentos clássicos considerados regentes dos estudos discursivos: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”

p. (33), “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (p. 34).

O aparecimento de determinado enunciado estaria, portanto, condicionado a uma formação discursiva, sob determinadas regras de formação. Para compreendermos a noção de *formação discursiva (FD)* é necessário e esclarecedor partirmos do que ele denomina *sistema de dispersão*. Pensando nas possibilidades estratégicas de aparecimento dos enunciados, ele problematiza as regularidades discursivas partindo do princípio de que o que unifica os enunciados em suas irrupções são exatamente os *sistemas de dispersão*:

[...] Daí a ideia de descrever essas dispersões; de pesquisar se entre esses elementos [...] não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas. [...] (FOUCAULT, 2015a, p. 46)

Assim, poderíamos denominar *formação discursiva* como um conjunto de regras que possibilitam encontrar nela semelhante sistema de dispersão, leis de séries e repartições dos enunciados. As condições de possibilidade do discurso remetem à exterioridade da linguagem na própria produção discursiva. Desta maneira, a dispersão implica, antes de tudo, unidade. Há, assim, uma regularidade que advém das constantes divergências, idas e vindas, das relações sociais.

[...] Os enunciados, assim como os discursos, são acontecimentos suscetíveis de serem analisados considerando a continuidade, a descontinuidade, a dispersão, a formação e a transformação. A unidade do enunciado obedece a princípios de regularidade, mas seus sentidos são incompletamente alcançados. Os enunciados inscrevem-se nas situações que os provocam e, por sua vez, provocam consequências, mas, vinculam-se, também, a enunciados que os precedem e os sucedem.[...] (FERNANDES, 2012, p.26)

O aspecto histórico, especialmente, possibilita a aparição de diferentes discursos, caracterizando a FD como heterogênea, aberta e instável, o que conduz à formação de determinados objetos em determinados períodos. A empreitada seria, então, descrever as *FDs* para se chegar aos enunciados que compõem o discurso de determinada conjuntura, o que, por sua vez, nos levaria à formação dos objetos deste discurso. O enunciado enquanto acontecimento discursivo predispõe objetos que não preexistem ao saber, em outras palavras, os objetos se formam a partir do que é permitido se dizer em determinado período, irrompendo de uma combinação

de condições discursivas e outros fatores não discursivos. Em relação a seus objetos, podemos definir *FD* como:

No caso em que se pode descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2015, p. 47)

O conceito de formação discursiva já foi amplamente discutido por diversos autores, inclusive os que constituíam ativamente o grupo de AD fundado por Michel Pêcheux. Denise Maldidier e Jean-Jaques Courtine estão entre os que se debruçaram na tentativa de compreender melhor esse tema e, principalmente, discutir sua paternidade partilhada entre Pêcheux e Foucault. BARONAS (2004) reflete desta maneira essa relação:

Para Foucault, a formação discursiva é vista como um conjunto de enunciados que não se reduz a objetos linguísticos, tal como a proposições, atos de fala ou frases, mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria etc. [...] Já em Pêcheux o conceito gestado no ventre do marxismo/althusserianismo, aparece como “aquilo que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada na conjuntura social”. (p. 55-56)

É notável a posição assumida por eles na construção do conceito de FD. O diferencial em Foucault, visto somente anos após tais discussões, seriam os exemplos usados por ele a partir de discursos da história das ciências (do homem, especialmente), enquanto Pêcheux seguia o caminho da luta de classes. É exatamente essa diferença de perspectivas que está em jogo em relação ao saber, pois a partir de Foucault ocorreu um deslocamento nos modos de se fazer e pensar as ciências humanas, libertando-se das análises notadamente estabelecidas pelas epistemologias vislumbradas até então.

Voltando às reflexões em torno do enunciado, precisamos compreendê-lo como o menor elemento do discurso e refletir, ainda, sobre a natureza do enunciado enquanto função, cujo autor ocupa uma posição, podendo, portanto, ser ocupada por um sujeito, um autor ou uma estância produtora. Assim ele explica:

Não é preciso, pois conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno [...]. É um lugar

determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes. [...] (FOUCAULT, 2015a, p. 115).

Por esse viés, tanto o discurso quanto o enunciado estariam sujeitos às amarras das relações de poder, da história, do social e de todas as condições que implicam o aparecimento de um enunciado ou discurso, uma vez que é preciso definir qual posição o indivíduo deve ocupar para ser o sujeito de tal enunciado. O sujeito para Foucault pode ser apreendido a partir de seu descentramento, de sua dispersão, por ser concebido como assujeitado às formas de poder.

Assim, os enunciados mantêm sempre relação com outros, supondo, reatualizando ou refutando outros. Não são livres, tampouco neutros. A historicidade é constituinte do enunciado e faz que ele seja plural, suas margens, povoadas por outros enunciados, possibilitam a produção de sentidos ao vincularem-se à memória. Isso decorre, principalmente, deste lugar vazio a ser ocupado de forma heterogênea pelos sujeitos inscritos na história (FOUCAULT, 2015a).

Pensando no trabalho do arqueólogo, no sentido de descrever o enunciado em seu campo discursivo considerando sua historicidade e as condições de possibilidade de emergência, Foucault propõe a definição melhor elaborada de discurso:

[...]Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e porque ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento ab-rupto em meio às cumplicidades do tempo. (FOUCAULT, 2015a, p. 143)

A partir deste conceito, o autor delinea o método arqueológico a fim de mostrar como os discursos não são ocultos e nem visíveis, por este motivo, as análises gramaticais, hermenêuticas ou lógicas não o analisam. A tarefa do método seria analisar o discurso a ponto de torna-lo visível e analisável. Esta análise representa uma descrição histórica, mas nem por isso questiona o sentido do que foi enunciado, mas interessa saber “de que modo existem, [...] o que é pra eles o fato de terem aparecido e não outro em seu lugar” (FOUCAULT, 2015a, p. 133). Seria

necessária, para isso, uma inclinação do olhar e da atitude para poder investiga-lo internamente.

O método propõe, ainda, analisar os discursos segundo os princípios da *raridade*, *exterioridade* e *acúmulo*. O efeito de raridade, segundo Foucault (ibid., p. 146), procura o princípio da rarefação, estudando os enunciados no limite de separação entre o que está enunciado do que não está, à medida que os faz surgirem condicionando a exclusão dos outros. Longe do sentido de repressão, essa exclusão possibilita ver cada enunciado em seu lugar próprio.

O autor explica, quanto ao princípio de exterioridade, que a análise dos enunciados pressupõe empreender a história do que foi dito, no sentido de “retomar enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço, em direção ao segredo interior que os precedeu, neles se depositou e aí se encontra [...] traído.” (ibid., p. 148), sem esquecer o caráter de dispersão e de descontinuidade do discurso, buscando sua exterioridade para encontrar o fio lacunar que o reparte dos outros acontecimentos enunciativos.

A este efeito, soma-se o de acúmulo, necessariamente elencando a problemática da temporalidade ao se pensar que “o tempo dos discursos não é a tradução, em uma cronologia visível, do tempo obscuro do pensamento.” (ibid., p. 149). Ele propõe três fenômenos por meio dos quais é possível analisar a relação entre enunciados e a temporalidade. O primeiro deles, *remanência*, equivale a vislumbrar os enunciados enquanto algo que se conservou devido aos suportes e técnicas materiais, como livros e instituições, e que de alguma maneira continuam sendo aplicados, mas não da mesma maneira e nem sob as mesmas relações. O segundo deles, *aditividade*, admite que os enunciados coexistam e se relacionam com outros de modos distintos, variando de acordo com sua natureza (GREGOLIN 2004, p. 39). O último trata do fenômeno da *recorrência*, que leva em consideração que todo enunciado tem relação a um campo de elementos que o antecedem ao qual se situa, “[...] mas que tem o poder de reorganizar e redistribuir segundo relações novas. [...]” (FOUCAULT, 2015a, p. 152).

Ao se analisar todo esse conjunto de fatores, Foucault afirma que como consequência encontraremos a *positividade* do discurso. Segundo Fernandes (2012, p. 36), “[...] positividade refere-se a algo que provoca, que produz, induz à produção.”, referindo-se à eficácia do poder tão defendida por Foucault. Assim, positividade estaria relacionada a um campo que permite o desenvolvimento de

discursos em um espaço relativamente restrito, desempenhando o papel do que Foucault (2015a) chama de *a priori histórico*.

Ele define o *a priori histórico* como um conjunto de regras que caracterizam uma prática discursiva. Em suas palavras, é sua função “ [...] isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser [...]” (ibid., p.155). Essa noção arrolada por Foucault neste momento se diferencia da anterior que mostrava a superfície do discurso. Agora, ele propõe tratar das regiões heterogêneas e de suas regras específicas de acontecimento, buscar “na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos” (ibid., p.157), a esses sistemas ele deu o nome de *arquivo*.

Foucault passa, então, a atribuir à noção de arquivo uma relação direta ao sistema de enunciabilidade, à especificidade de cada regularidade presente nos textos. Em suma, seria a lei do que pode ser dito em determinada conjuntura, regendo o aparecimento dos enunciados enquanto acontecimentos singulares. (FOUCAULT, 2015a).

Esse conceito foi muito profícuo especialmente para compreender a construção do *corpus* na pesquisa em AD e em outras áreas de saber das ciências humanas a partir das contribuições deste autor, uma vez que a partir do conceito de arquivo foi possível remodelar os trabalhos guiando-se pelas reflexões pertinentes à terceira fase da AD, rompendo-se principalmente com a forma linear, cronológica e homogênea de lidar com os discursos. A noção de acontecimento discursivo também dá ensejo para a seleção e organização do *corpus* a partir do arquivo.

Para Foucault, ao tratarmos do objeto/problema, não devemos nos preocupar em isolar e analisar os acontecimentos discursivos de determinado período, mas, diferente disso, necessitamos de, apenas, nos ater ao objeto/problema e na sua resolução, pois “para o filósofo, a exaustividade e a repartição do período são regras para quem quer tratar um período, mas não são regras para se tratar um problema (surgido em um dado período)” (SARGENTINI 2006, p. 42). Ele alerta que, apesar de sua funcionalidade, o arquivo não é dono de um princípio de exaustividade, portanto, não pretende alcançar tudo o que se diz sobre determinado objeto (FOUCAULT, 2015a).

Desta maneira, este trabalho, ao utilizar a noção foucaultiana de arquivo, não pretende reunir tudo o que foi materializado sobre as AAL em determinado

momento da história, mas, por meio de um recorte, vamos focalizar os elementos relevantes para a resolução da problemática já anteriormente delineada. Pensando nos métodos utilizados por Foucault nesta fase de seu trabalho, propomos o método arqueológico para analisar os discursos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Além dele, utilizaremos também o método genealógico, a ser explanado a seguir.

### **1.3 Foucault: mais reflexões sobre discurso e poder**

Ao debruçarmo-nos na obra de Foucault em busca de suas reflexões sobre discurso e poder, precisamos nos desprender de muitas concepções discutidas em outros campos e por outros autores e focalizar as que ele propõe. Isto se faz necessário neste momento da pesquisa pelo fato de pretendermos mostrar como ele, a partir do que considerou genealogia, fez um trabalho analítico acerca das relações de poder partindo de uma metodologia que mostra, na prática, a aplicação de muitos conceitos elencados por ele em obras anteriores, especialmente n'A Arqueologia do saber.

Dito isso, iniciamos este percurso mais aprofundado discutindo o que seria poder para Foucault, tema que muito circulou em seus cursos e publicações. Sua fase genealógica amplia os objetivos da fase arqueológica de compreender a produção do saber e as condições de possibilidade de seu surgimento. A partir de seus trabalhos publicados em meados de 1970, com *Vigiar e Punir* e *História da sexualidade I* (MUCHAIL, 2004), ele demonstra sua preocupação com a mecânica do poder e como este se vê numa relação constitutiva com o saber. Pretende, ainda, compreender como o poder emerge no fio do discurso, no sentido de vislumbrar como este próprio foi responsável por controlar a produção e difusão de saberes e de que maneira este processo se reflete na constituição dos sujeitos.

A fase denominada genealógica, muito bem descrita por ele mesmo na *Aula de 07 de Janeiro de 1976*, publicada no livro *Em defesa da sociedade* (1999), representa um “empreendimento para desassujeitar os saberes históricos e torná-los livres” (FOUCAULT, 1999, p. 15), além disso, propunha uma análise do poder que lançasse mão de diferentes instrumentos, que não a economia, especialmente à relacionada à política marxista; e que escapasse do enquadramento do poder à repressão:

Acho, e não digo isso para me gabar, que já faz bastante tempo que desconfio dessa noção de “repressão”, e tentei mostrar a vocês, justamente a propósito das genealogias de que eu falava agora há pouco, a propósito da história do direito penal, do poder psiquiátrico, do controle da sexualidade infantil etc., que os mecanismos empregados nessas formações de poder eram algo muito diferente da repressão; em todo caso, eram bem mais que ela. (FOUCAULT, 1999, p. 25).

Assim, propõe reformulações teóricas e corrige limitações anteriores. A obra *A ordem do Discurso*, publicada a partir da aula inaugural no *Collège de France*, é considerada uma obra de transição entre as duas fases e, segundo Silva (2004, p. 169), “ela parte da hipótese de que a sociedade dispõe de meios para controlar a produção dos discursos”, ou seja, não se pode falar sobre tudo, uma vez que há procedimentos de controle sobre o que se diz ou o que se quer dizer. Ela também concluirá o pensamento de Foucault sobre o poder não ser essencialmente repressivo.

Segundo Foucault (2014), certo número de procedimentos atuam no controle dos discursos. De forma externa, funcionando consoante a um sistema de exclusão, estão a a) interdição, que limita o dizer e revela a ligação do desejo com o poder, uma vez que “o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que é objeto de desejo;”(FOUCAULT, 2014, p. 10); b) separação e rejeição, que são exemplificadas pela condição do louco na Europa, cujas palavras serviam como parâmetros para identificar e separar os loucos, assim como eram consideradas nulas, não eram ouvidas ou, em todo caso, quando ouvidas, eram ignoradas pelos médicos e psiquiatras; e c) vontade de verdade, que, apoiada sobre um suporte institucional, tende a atuar sobre os discursos como uma pressão e tão logo como uma coerção no intuito de procurar justificativa para sua validade.

A partir dessa obra, Foucault inicia seu trajeto genealógico. Pensando o nascimento da instituição carcerária, *Vigiar e Punir* (1987) inaugura essa fase visando à investida do poder sobre o saber. A ideia nietzschiana de genealogia tomada de empréstimo por Foucault é primordial neste momento, já que ela é considerada capaz de observar por trás da produção dos saberes a luta pelo poder. Assim, ao descrever a prisão, Foucault propõe que ela não está limitada ao castigo, mas também age em prol de uma *transformação social* dos indivíduos. Vemos delinearem-se as primeiras considerações sobre a *disciplina*, tema que ele discute de modo mais detalhado no primeiro volume da *História da Sexualidade* sem ainda defini-lo rigorosamente como tal.

O filósofo inicia suas análises e descrições mais específicas sobre o poder na *História da Sexualidade I – A vontade de saber (1988)*, cujo objetivo seria comentar a proliferação dos discursos sobre a sexualidade entre os séculos XVII e XX, argumentando contra a falsa ideia de que a sexualidade teria sido reprimida neste período. Com isso, busca

[...] muito menos mostrar que essa hipótese é falsa do que recoloca-la numa economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século XVII. Por que se falou da sexualidade, o que se disse? Quais os efeitos de poder induzidos pelo que se dizia? Quais as relações entre esses discursos, esses efeitos de poder e os prazeres nos quais se investiam? Que saber se formava a partir daí? Em suma, trata-se de determinar em seu funcionamento em suas razões de ser o regime de poder – saber – prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana. (FOUCAULT, 1988, p. 16).

A obra, então, define os instrumentos de análise e vê a relação sexualidade/poder de forma mais geral, não sob uma ótica do poder repressivo e negativo, o que Foucault refuta, mas, ao contrário, liberando-se de uma certa representação de poder jurídico-discursiva (ibid., p. 80), cujos modos de dominação se reduziriam à obediência ao enunciado da lei. Como, portanto, Foucault definiria/compreenderia o poder ao qual se refere? Ele apresenta certas proposições para sintetizar as características daquilo que ele considera como *poder*. Podemos notar ainda extensões dessas reflexões em outros textos, especialmente os localizados em *Microfísica do poder (2015b)*.

A primeira proposição feita por Foucault depreende que o poder não é algo que se detenha, que se divida, que se dê, mas que se exerce, e a partir de numerosos pontos. De acordo com Foucault (2015b, p. 12), não podemos vislumbrar o poder como algo global e unitário, tampouco uma coisa. Mais do que isso, afirma que o poder vem de baixo. Assim, o filósofo confrontava a ideia inicial de que o Estado, e seus aparelhos, fosse o detentor maior do poder. Ele explica que busca “[...] ver como, na vida cotidiana, nas relações entre os sexos, nas famílias, entre os doentes mentais e as pessoas sensatas, entre os doentes e os médicos, enfim, em tudo isso, há inflação de poder.” (FOUCAULT, 2012, p. 228). Deleuze (2013, p.35) complementa essa visão foucaultiana de poder e esclarece que o próprio Estado é resultado de outras relações de poder que se exercem em níveis diferentes.

Assim, no entendimento foucaultiano, o poder não se origina de um único lugar, nem funciona em relações homogêneas. Não haveria, de forma rígida, a

dualidade dominador/dominado. Por esse motivo, ele também se afasta daquele poder que se exerceria em função da luta de classes. Sobre isso, Deleuze (2013) sintetiza que:

[...] Este novo funcionalismo, esta análise funcional certamente não nega a existência das classes e suas lutas, mas as insere num quadro completamente diferente, com outras paisagens, outros personagens, outros procedimentos, diferentes desses com os quais nos acostumou a história tradicional, inclusive a marxista [...]. Em suma, o poder não tem homogeneidade; define-se por singularidade, pelos pontos singulares por onde passa. (DELEUZE, 2013, p. 35).

Posteriormente, Foucault argumenta a favor de um poder que é imanente. Assim, ele não estaria em uma relação de diferença, nem superior nem inferior, a outras relações em diferentes processos, mas “efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios” (FOUCAULT, 1988, p.90) com uma função diretamente produtora. Em seguida, comenta como as relações de poder são intencionais, mas, ao mesmo tempo, não subjetivas: “não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos” (ibid., p.90), o que não significa que elas sejam produto da escolha ou decisão tomada por um único sujeito, mas a partir de dispositivos conjuntos.

Outra característica importante apresentada por ele traz a resistência como um fator interno em relação ao poder, pois, em suas palavras, onde há poder há resistência. Assim como as relações de poder, a resistência não é una e central, de modo que:

elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. (ibid., p.91)

Ao atrelar as práticas discursivas às relações de poder, Foucault explica que é exatamente no discurso que há a articulação entre saber e poder. Neste momento, referia-se à cronologia das técnicas de controle da sexualidade que surgiam no fim do século XVIII e que se distanciavam das anteriores ligadas ao meio eclesiástico/religioso: “[...] Através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia do sexo não somente uma questão leiga, mas negócio de Estado” (ibid., p.110), no entanto, inicialmente, somente as classes sociais mais altas foram privilegiadas, especialmente as mulheres, crianças e adolescentes, que eram imbuídos de conservar a descendência sadia da família. As camadas mais populares também

foram submetidas, mais tarde, a o que Foucault chamou de dispositivo de sexualidade, como sendo esse conjunto de práticas que disciplinava o corpo e psiquiatrizava o sexo. Foucault considera o desenvolvimento do controle judiciário e médico das perversões o marco da difusão do dispositivo de sexualidade em todos os níveis sociais, porém ainda com atuações diferentes a depender dos locais e dos instrumentos utilizados para tanto.

O autor afirma que não houve uma política sexual unitária (ibid., p.115), sendo a burguesia responsável pelo alto preço político que seu corpo ganhava naquele momento. A disciplina desses corpos era sutil, imperceptível por eles mesmos, já que não apresentava um caráter repressivo. Foucault abordava, nesta ocasião, os últimos momentos do poder disciplinar e a transição para o que chamou de biopoder.

Ele, ao responder a estudantes de Los Angeles, em maio de 1975, explica suas intenções ao discutir, em tantas obras, a questão do poder:

[...] Gostaria de observar a maneira como diferentes mecanismos de poder funcionam em nossa sociedade, entre nós, no interior e fora de nós. Gostaria de saber de que maneira nossos corpos, nossas condutas do dia a dia, nossos comportamentos sexuais, nosso desejo, nossos discursos científicos e teóricos se ligam a muitos sistemas de poder que são, eles próprios, ligados entre si. (FOUCAULT, 2012, p. 252).

Assim, compreender como nós, sujeitos, estamos expostos e submetidos a mecanismos de poder é uma das grandes empreitadas de Foucault e, além disso, como nós nos inserimos nestes movimentos de domínio/dominação contínuos durante nossa existência.

Foucault apresenta a sociedade disciplinar mais detalhadamente a partir do processo de reorganização dos hospitais marítimos e militares europeus durante o século XVIII, em textos da obra *Microfísica do poder*, publicada no ano de 1979. Ele denomina o poder disciplinar de tecnologia política, de técnica de exercício de poder cujos princípios fundamentais só foram elaborados neste século, mas que já existia de forma mais fragmentada, como nos mosteiros, nas grandes empresas escravistas localizadas nas antigas colônias europeias etc. (FOUCAULT, 2015b, p.179-180).

O filósofo explica que, apesar de não ser reconhecido como tal, este tipo de exercício de poder foi uma das grandes invenções do século XVIII. O que se pôde perceber de diferente neste período, como no exército e na escola, foi, em primeiro lugar, uma distribuição espacial dos indivíduos. Assim a disciplina foi responsável

pela individualização dos espaços; a partir de análises classificatórias e combinatórias, inseria os corpos em espaços cada vez mais particulares.

Além disso, a disciplina priorizava o processo e não resultado de uma ação. Ainda citando o exército, Foucault (2015b, p. 181) afirma que a partir do século XVIII desenvolveu-se uma arte do corpo humano, no sentido de observar os gestos dos soldados e verificar qual destes apresentava mais eficácia, mais rapidez, mais vantagens, diferente do que acontecia até o século anterior, quando se ensinavam os soldados a lutar e só se desejava que fossem melhores que seu adversário. Assim, a gestão disciplinar dos corpos já era racionalizada e começava a mostrar bons resultados, como as vitórias de Frederico da Prússia, lembradas pelo autor, asseguradas pelo *Regulamento da infantaria prussiana*.

Uma terceira característica desse tipo de poder consiste na vigilância constante e ininterrupta dos indivíduos. Neste momento surgem, no exército, os graus e patentes e os sistemas de inspeção, para que todos sejam observados, em todos os escalões da instituição, e em todos os momentos da vida militar (ibid., p. 182). Além disso, Foucault finaliza esta etapa da descrição do poder disciplinar destacando o registro contínuo das atividades dos indivíduos. Nenhum detalhe poderia ser descartado nesse movimento, de baixo para cima, de vigilância e observação. Em suas palavras, a disciplina é, em suma:

o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. É o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder. (Foucault, 2015b, p. 182)

Voltando ao caso dos hospitais, o autor inicia uma sequência de exemplos de técnicas de poder disciplinar que incidiram nestes locais e que fizeram dele, a partir de então, um dos meios pelos quais o indivíduo pôde emergir como objeto do saber e da prática médicos.

Ao final do século XVIII, o hospital tem seu espaço e sua localização racionalmente planejados. A sua localização fora, então, pensada de modo que estivesse ajustada às características sanitárias da cidade, especialmente para que não continuasse a “ser uma região sombria, obscura, confusa em pleno coração da cidade, para onde as pessoas afluem no momento da morte [...]” (ibid., p. 184). Em

seu aspecto interno, o hospital sofreu mudanças na repartição interna de seus espaços. Individualizou-se o doente, o leito. Estudos foram feitos a fim de projetar a circulação do ar em salas coletivas e de controlar a temperatura ambiente. Assim, a estrutura espacial do hospital passou a ser “um meio de intervenção sobre o doente” (ibid., p. 185), e aquele hospital ligeiramente excludente não existia mais, de modo que nenhum doente podia ser rejeitado.

Outra grande mudança ocorrida no interior dos hospitais acarretou em uma transformação do seu sistema de poder. Os religiosos, que desempenhavam as funções básicas do hospital, perdiam seus postos para os médicos, que, inicialmente, só eram chamados ao hospital em casos de doentes graves, o que não acontecia regularmente. Na segunda metade do século XVIII, o médico passou a residir no hospital para ficar à disposição dos doentes e tornou-se o principal responsável pela organização hospitalar. Surgiam, neste período, os regulamentos hospitalares, que ditavam a colocação de cada pessoa no espaço do hospital, dentre enfermeiros, assistentes, alunos etc., e a função de cada um.

Foucault finaliza a descrição dessas transformações comentando o papel dos registros hospitalares que eram cada vez mais comuns nas últimas décadas deste século. Constituiu-se um campo documental, no qual eram utilizadas técnicas de identificação dos pacientes – aqui surgiam as etiquetas que hoje são colocadas em nossos punhos para nossa identificação no atendimento hospitalar -, de registros que acumulavam diversas informações, tais como:

registro geral das entradas e saídas em que se anota o nome do doente, o diagnóstico do médico que o recebeu, a sala em que se encontra e, depois, se morreu ou saiu curado; registro de cada sala feito pela enfermeira-chefe; registro da farmácia em que se diz as receitas e para que doentes foram despachadas, registro do médico que manda anotar, durante a visita, as receitas e o tratamento prescritos, o diagnóstico etc. (ibid., p. 187-188 )

Todas estas informações contribuíram para a formação do saber médico, que, até então, só se encontravam nos grandes tratados clássicos da medicina, passam a figurar um registro hospitalar vivo e ativo. Em decorrência de todas estas mudanças, a clínica aparece enquanto “organização do hospital como lugar de formação e transmissão de saber.”(ibid., p. 188), assim como a medicina se molda no sentido de se interessar pelo indivíduo e pela população, de modo paralelo, uma vez que “os indivíduos e a população são dados simultaneamente como objeto de

saber e alvos de intervenção da medicina” (ibid., p. 189) dos últimos anos do século XVIII.

Tendo exposto todas estas conjecturas e análises foucaultianas, chega o momento no qual podemos descrever o funcionamento da *sociedade disciplinar*, como sendo aquela na qual

centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: *anátomo-política do corpo humano*. (FOUCAULT, 1988, p.131)

As disciplinas agem sobre o corpo por meio de dispositivos e aparelhos. Elas não são instituições e tampouco um aparelho de Estado, mas atuam entre eles. Como vimos, na análise empreitada por Foucault, os dispositivos produzem e geram costumes, vivências e práticas. Ele tentou, de todo modo, mostrar, por exemplo, em *História da Sexualidade 1*, de que maneira se articulam “os dispositivos de poder diretamente ao corpo, a funções, a processos fisiológicos, sensações, prazeres;” (ibid., p. 142) à medida que se desenvolvem as tecnologias modernas de poder cujo alvo é a vida. Já em *Microfísica do Poder*, analisa como funcionava no exército, na escola e no hospital, no século XVIII, “uma maneira de gerir os homens” (FOUCAULT, 2015b, p. 180) capaz de dominar suas multiplicidades, de aumentar sua força de trabalho e de aprimorá-los, de adestrá-los.

A sociedade disciplinar seria, então, historicamente, equivalente à sociedade moderna, pois suas características condizem ao século XVIII, “de forma ainda mais geral, podemos dizer que toda a primeira fase de acumulação capitalista (na Europa e em outras partes) foi conduzida sob esse paradigma de poder” (HARDT; NEGRI, 2001, p.42), período no qual as disciplinas atuavam sobre a vida dos indivíduos e das populações, os fixou nas cadeias produtivas, nos regulamentos institucionais, os enquadraram de acordo com seus aparelhos e técnicas; indicavam uma gestão controladora dos corpos no sentido de criar, modificar um determinado tipo de indivíduo a fim de fomentar e extrair seu potencial produtivo e tentar neutralizar sua atuação na política.

Encerramos este capítulo concluindo que o método arqueogenealógico, mostrado no decorrer deste capítulo, será capaz de abarcar o discurso e o que foi efetivamente dito nos enunciados propostos em nosso *corpus*. Vimos que a

arqueologia analisa as condições que possibilitam a emergência de determinado discurso, enquanto a genealogia reflete sobre como a circulação desses discursos são controlados pelas relações de poder ou, ainda, constitui-se de uma “análise histórica das condições políticas de possibilidades de discursos” (MACHADO, 2006, p. 167). Além disso, reafirmamos que, na AD, método e teoria não se separam, de modo que as categorias de análise são, ao mesmo tempo, teóricas e analíticas.

O poder disciplinar também foi abordado neste capítulo. É importante ressaltar seu caráter regulador, atuando por meio de instituições que agem sobre o corpo individualizado, regulado e sempre vigiado. Um exemplo que podemos elencar consiste na constante vigilância à que os grandes corredores urbanos metropolitanos vêm sendo submetidos. Nesse sentido, destacamos o fato de a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) de São Luís (Maranhão) ter anunciado, em fins do ano 2017, a instalação de um sistema de câmeras que irá operar nas principais avenidas da cidade (figura 1). Por meio da Central de Controle de Operações, os fotossensores podem monitorar em tempo real os principais corredores de transporte. Segundo o secretário municipal de trânsito e transporte, Canindé Barros, são duas as finalidades: “organizar o tráfego e reforçar a segurança no trânsito a fim de diminuir o índice de acidentes” (SMTT – São Luís, 2017).

Figura 1: Sistema de Monitoramento Eletrônico do trânsito



Fonte: Agência de Notícias – Prefeitura de São Luís, 2018

Retomando o Panóptico de Bentham, considerado por Foucault (2013) como o modelo perfeito de aparelho disciplinar, pois permite que todos sejam observados,

vigiados em todos os momentos que ali passarem, notamos como, hoje, talvez mais do que nunca, estamos inseridos na ordem da disciplina.

Figura 2: Postagem em rede social sobre o novo sistema de monitoramento



Fonte: *Instagram*, 2018

Com esse sistema de monitoramento, ou de vigilância, todas as infrações cometidas pelos motoristas poderão ser autuadas, assim como qualquer comportamento que esteja fora da lei. Na figura 2 vemos como esse sistema foi recebido pelas páginas de humor locais dispostas nas redes sociais. A postagem sugere que São Luís seria o lugar mais vigiado do Brasil por meio das lentes do novo sistema, mesmo quando comparada ao reality show *Big Brother Brasil*, produzido e exibido pela Rede Globo de Televisão, no qual os participantes são confinados e vigiados por mais de 30 câmeras, têm suas vidas expostas para telespectadores e usuários de internet de todo o mundo.

Seguiremos, no capítulo posterior, discutindo o funcionamento das relações de poder. Agora, com o olhar mais voltado para um tipo de poder que age sobre o corpo-espécie, que atua dentro de uma biopolítica.

# Capítulo II

---

## A SOCIEDADE CORPOCÊNTRICA

---

Na sociedade contemporânea, o corpo vem se configurando como centro de questões em variados campos de estudo. Esse corpocentrismo <sup>2</sup>pode ser analisado por diferentes perspectivas e a que propomos em nosso segundo capítulo parte de noções foucaultianas que, ao longo da obra do autor, constituem o projeto genealógico do poder.

Buscamos compreender, portanto, como se estabelecem as relações de biopoder dentro do espaço da cidade, que também sofre, juntamente com o corpo, os efeitos destas relações. Assim, neste capítulo abordaremos o funcionamento das relações de biopoder inseridos numa biopolítica que regem o a inscrição do corpo nos espaços que recebem as academias ao ar livre.

### 2.1 Saber, biopoder e governamentalidade

*O poder, longe de impedir o saber, o produz.*  
Michel Foucault (2105b)

Vimos no capítulo anterior que a disciplina foi uma das formas de exercício do poder que se manifestava por meio do controle do corpo, a partir do século XVII. De acordo com esta ótica, o corpo era considerado uma máquina, cujas forças e aptidões deviam ser exploradas e ampliadas pela vida social e suas necessidades. Sua atuação foi marcada pela individualização dos corpos e, com isso, gerou um tipo específico de saber: as ciências do homem (MACHADO, 2009). Tornando-se produção do que lhe é externo, o homem rompe seu estado de indivíduo e passa a ser considerado sujeito, sobre quem recai o saber.

Esse sujeito é visto, em meados do século XVIII, como uma posição a ser ocupada, o que envolve uma série de relações, sejam econômicas, sociais e, principalmente de poder. O sujeito de ação está inserido em um paradigma no qual toda relação de poder incide sobre um saber, e vice-versa.

---

<sup>2</sup> Analogia aos paradigmas teocêntricos e antropocêntricos, buscamos caracterizar a sociedade vigente como aquela em o corpo é o aspecto central.

[...] poder e saber estão diretamente implicados; toda relação de poder requer um campo de saber. Desta maneira, o saber é produzido em relações de poder múltiplas. [...] O saber transforma os corpos em objetos de saber e produz mecanismos para promover-lhes a sujeição. (FERNANDES, 2012, p. 61).

Assim, por meio do que denominou *tecnologia da política do corpo*, Foucault explica que os saberes se sobrepõem à violência e à ideologia quando do controle das forças do corpo (FERNANDES, 2012), assumindo a importância dos discursos, que são os responsáveis pela difusão desses saberes e, por isso, pela própria constituição dos sujeitos. O filósofo consegue abstrair a importância desta característica do poder: se ele fosse apenas repressor, se agisse somente com meios e fins negativos, seria muito frágil, pois, no lugar de impedir o saber, o poder o produz (FOUCAULT, 2015b, 239).

A relação saber-poder nunca ficou tão forte, e tão evidente, como na era do biopoder. Esta forma de exercício do poder começa a atuar sobre os corpos, como muito didaticamente explica Foucault (2001):

[...] se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *contrôles reguladores: uma biopolítica da população*. (FOUCAULT, 2001, p. 131).

De modo a se interligar às primeiras práticas disciplinares, o biopoder centrou-se na vida e acabou por inserir o fator biológico na política, passando a se ocupar do corpo vivo. Não há, portanto, uma substituição da tecnologia de poder disciplinar, mas é nela que o biopoder se aplica e, a partir dela, aponta para o corpo. Enquanto a disciplina procura gerir as multiplicidades reduzidas aos indivíduos, no sentido de vigiá-los, treiná-los, utilizá-los e puni-los, o biopoder se dirige aos corpos tratando-os como massa global, sujeitos aos processos da vida, como morte e nascimento, saúde e doença, entre outros (FOUCAULT, 1989).

Além disso, essa transição representou a inserção dos fenômenos da vida do ser humano na história. Assim, as pesquisas científicas, a medicina, a sociologia e muitos campos do saber se voltam para a qualidade da vida do homem-espécie, os controles de sua longevidade e morte. A ciência do Estado, portanto, tomou como

objeto a vida do homem, incidindo, simultaneamente, sobre o corpo e sobre a população (BARACUHY; PEREIRA, 2001, p. 319).

Se, antes de toda esta mudança, a ciência médica voltava-se para os doentes e para a doença, o que ocorreu a partir deste período foi uma crescente “medicalização do Estado, das cidades e da população. A vida em seu conjunto passa a ser objeto de preocupação do Estado, por meio da intervenção médica.” (MARTINS; PEIXOTO JÚNIOR, 2009, p. 2). Vemos que isto pode ser considerado a raiz do que mais tarde Foucault (2008) denominou biopoder e o descreve como um

[...] conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Neste período, o homem começava a se enxergar como uma espécie viva no mundo e os processos aos quais a vida era submetida entravam nos domínios do saber e poder. A soberania, através da qual o soberano tinha o poder de fazer morrer e deixar viver, tem sua essência suprimida por outra na qual o “direito de morte tenderá a se deslocar, ou pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos” (FOUCAULT, 2001, p. 128). Desta feita, a era do biopoder caracteriza-se, sobretudo, por agir “no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população.”, (ibid., p. 129).

Tal cenário representa, agora, não a lei e sua aplicação, mas a regulação, vigilância constante: nasce a sociedade de controle. Este termo foi inicialmente utilizado por Deleuze (2013) para definir uma realidade na qual há confinamento sem muros, há limites sem que se estabeleçam fronteiras. Igualmente, Hardt e Negri (2001) a descrevem da seguinte maneira:

[...] aquela (que se desenvolve nos limite da modernidade e se abre para a pós-modernidade) na qual mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 42)

O termo *democrático* se adequa muito bem aos modos de atuação do biopoder. Ele age sobre a população de maneira a alcançar e transformar hábitos, saberes, posturas e práticas rotineiras, antes considerados ideais, mas que passam

a ser ultrapassados sem que ela se dê conta deste processo. Na origem dessa fluidez do poder, Foucault (2008) argumenta que está a mudança nos modos de governar, caracterizando, assim, a *arte de governar* como marco geral no desvio do olhar do Estado para a população.

A literatura que discute a problemática do governo mostra toda a progressão do que se entendia por *governar* e como suas características sofreram alterações ao longo do século XVI até o século XVIII. No entanto, Foucault (2008) suprime todo esse período ao descrever os modos de governar. Primeiramente, em tom de crítica, explicita a obra *O príncipe*, de Maquiavel, como representante do fim de uma era, numa linha em que a preocupação maior do governo seria a segurança do próprio príncipe e de seu território, muito próximo de “um tratado de habilidade do príncipe em conservar seu principado” (ibid., p. 123). E isso, para o autor, ainda não era possuir a arte de governar.

Indo de encontro ao pensamento maquiaveliano, o filósofo apresenta *O espelho político, contendo diversas maneiras de governar*, escrito por Guillaume de La Perrière. A partir dessa obra, Foucault delinea observações importantes, dentre elas a conclusão de que as práticas de governo são múltiplas, sendo o Estado apenas uma das modalidades (ibid., p. 124), mas, por outro lado, “[...] há, [...] ao mesmo tempo, pluralidade das formas de governo e imanência das práticas de governo em relação ao Estado” (ibid., p.124 ). Ou seja, há muitas formas de governo, mas todas elas ocorrem no interior do Estado, como o pai governa sua família, os professores, seus alunos, e assim por diante.

Outra consideração importante é relativa à continuidade ascendente e descendente. A primeira consiste em exigir de quem deseja governar o Estado que saiba governar, inicialmente, a si mesmo, depois a família e, só assim, conseguirá governar o Estado. A segunda, de forma inversa, prevê que um estado bem governado faz dos homens bons governadores de suas famílias e bens (ibid., p. 126).

Ainda comparando La Perrière a Maquiavel, Foucault (2008) assinala que, para este, o governo tinha como objeto o território e as pessoas que ocupavam esse território. Por outro lado, para La Perrière, “a definição de governo não se refere de maneira nenhuma ao território: governam-se coisas.” (ibid., p. 128).

Quer dizer também que essas coisas de que o governo deve se encarregar, diz La Perrière, são os homens, mas em suas relações, em seus vínculos,

em suas imbricações com essas coisas, que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequidão, sua fecundidade. São os homens em suas relações com estas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as suas maneiras de fazer ou de pensar. (ibid., p. 128)

A partir dessa perspectiva, notamos que o território é apenas um dos elementos dos quais se ocupa essa forma de poder descrita por La Perrière. O foco seria, exatamente, o homem e suas relações, indo de encontro à soberania, cujo objetivo é obediência à lei. A finalidade do governo se difere da soberania especialmente neste ponto, uma vez que este não se utiliza de leis, mas as transforma em táticas a serem exploradas ao máximo para se dispor das coisas (ibid., p. 132). Eram os primeiros passos, antes do século XVIII, para que a arte de governar se compusesse.

A emergência do problema da população foi, então, a abertura para a arte de governar. A expansão demográfica e a mudança de paradigma da economia para além da família são os pontos mais importantes para esse desbloqueio. Foucault (2008) ainda explica que a percepção dos problemas da população, por meio das estatísticas, por exemplo, mostra a realidade da população, de sua importância para o estabelecimento e o bom exercício do governo, além de distanciar o modelo de governo baseado na família definitivamente. E isso gerou consequências:

Portanto, ela [a família] não é mais um modelo; é um segmento, segmento simplesmente privilegiado porque, quando se quiser obter alguma coisa da população quanto ao comportamento sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente de passar. (ibid., p. 139)

Assim, o que era modelo passa a ser mais um instrumento, de grande valia, por sinal, para o governo da população. Além de instrumento, passa a ser, ainda, meta final desta nova forma de governar, que tem por fim “melhorar a sorte das populações” (ibid., p.140). Para a arte de governar, portanto, a família é alvo e meio de controle do bom governo.

Pensar o governo da população, no entanto, não significa dizer que a disciplina, e até mesmo a soberania, foram extintas. Foucault explica que não cabem substituições, mas “trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem a população como seu alvo principal” (ibid., p.143). A arte de governar permite que o Estado se governamentalize, que tenha consciência de

seu poder e da possibilidade de se potencializar cada vez mais. A isso, Foucault (2008) deu o nome de governamentalidade:

[...] por esta palavra, 'governamentalidade', entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, as análises e reflexões, os cálculos, as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora, muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (ibid., p. 143)

Essa racionalidade política é que hoje garante a existência do Estado. Pois, a partir de suas táticas e previsões, consegue tomar decisões importantes cujos resultados podem interferir diretamente em sua razão de ser. A população, portanto, é o ponto crucial e de ligação entre biopoder e governamentalidade. O saber é o outro pilar que sustenta essa relação. A produção de saberes vai designar onde e como o governo pode e deve intervir para governar os sujeitos para que tenham uma vida melhor e, conseqüentemente, para que produzam e consumam mais.

É importante compreender que, segundo Foucault (1988), o biopoder atua seguindo duas ramificações distintas, mas complementares e interligadas por feixes de relações: a primeira, formada a partir do século XVII, consiste em uma anatomopolítica do corpo humano e foca o adestramento do que seria o corpo-máquina, buscando ampliar suas capacidades e multiplicar sua produtividade. Esta face do biopoder esteve efetivamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo, uma vez que este “só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos, no aparelho de produção” (ibid., p. 132). A segunda, que parece surgir na metade do século XVIII, incide por meio de intervenções reguladoras, sendo uma biopolítica da população (FOUCAULT, 1988).

Temos, a partir destes dois polos, portanto, duas séries distintas: “a série corpo–organismo–disciplina–instituições; e a série população–processos biológicos–mecanismos regulamentadores.” (Foucault, 1999, p. 210), que por sua vez, darão ensejo a uma organodisciplina da instituição e, por outro lado, a biorregulamentação pelo Estado. Isso não significa dizer, no entanto, que estes dois conjuntos de mecanismos distintos atuem na mesma dimensão (ibid., p. 210). Ainda assim, se cruzam em favor de um poder cuja função máxima é investir sobre a vida e evitar a morte.

A transformação nas relações de poder trouxeram-nos, também, conseqüências. Uma delas foi a “proliferação das tecnologias políticas” (ibid.), o que

fez iniciar todo um processo de investimento sobre o corpo, sua saúde, sua forma de viver, e até de morrer. A educação em saúde, por exemplo, prova, diariamente, que a vida é um evento político. As campanhas alertando quanto a doenças, hábitos alimentares e prática de educação física, esta última a ser discutida posteriormente, estão cada vez mais capilares e “a saúde, exaltada como valor supremo, tornou-se uma preocupação de todas as idades; ao mesmo tempo em que a prática médica se estende por todos os domínios da vida.” (FURTADO; SZAPIRO, 2012, p. 812). Foucault explica que essa relação está inserida em

[...] um jogo incessante entre as técnicas de poder e o objeto destas que foi pouco a pouco recortando no real, como campo de realidade, a população e seus fenômenos específicos. É a partir da constituição da população como correlato das técnicas de poder que pudemos ver abrir-se toda uma série de domínios de objetos para saberes possíveis. (FOUCAULT, 2008, p. 102)

De mesmo modo, os saberes recortaram, constantemente, objetos que fizeram a população um correlacionado dos mais modernos mecanismos de poder. Assim, a vida, a reprodução, as doenças, são cruciais para o desenvolvimento do processo econômico e, por consequência, são sujeitos ao controle político. O homem, a partir do século XIX, mais precisamente, tornou-se “uma figura da população” (ibid., p. 103), assim, a arte de governar se exerce por meio de biopolíticas.

Veremos a seguir como esse controle político age quando é pensado, inclusive, na disciplinarização do espaço que o homem, enquanto imagem da população, frequenta e o produz diariamente.

## **2.2 A prática biopolítica e o espaço na contemporaneidade**

Submetido a um regime de poder disciplinar, cujos métodos de controle agem minuciosamente sobre as operações do corpo, tornando-os dóceis e úteis, o corpo era vigiado através de toda a estrutura social. Na era do biopoder, esse corpo, além de vigiado, é normatizado. A norma incide sobre o corpo-espécie e sobre o corpo-população, abrangendo, assim, toda a sociedade.

Iniciamos este tópico abordando a norma no sentido de entender que ela se aplica aos corpos, para disciplinar, e à população, para regulamentar (FOUCAULT, 1999, p. 212). A lei já não figura em sua completude, em relação ao poder soberano,

uma vez que as instituições judiciárias se agregam aos aparelhos cujas finalidades são, especialmente, reguladoras. Dessa maneira, Foucault (1988) explica que não foi o direito à vida que mudou esse quadro político-governamental, mas a própria vida tornou-se objeto político e voltou-se contra o sistema para que, mesmo que utopicamente, não fosse mais sujeita a ele.

Nesse contexto, no qual corpo e população são alvos, simultaneamente, das relações de poder, encaminhamos nossas reflexões para a biopolítica. Ela, que se utiliza das tecnologias do poder como mecanismo para chegar ao corpo, pode ser definida como:

[...] a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... (FOUCAULT, 2008a, p. 431)

Assim, a biopolítica é a prática do biopoder institucionalizada, uma vez que ela atenta para os problemas que envolvem a vida e tudo o mais que pode melhorar e prolongar a estada do homem no mundo. O sexo, como descreve o mesmo autor, foi, no século XIX, dissecado em todos os seus níveis, sobretudo pelo fato de ele representar a porta de entrada para a vida do corpo e, simultaneamente, da espécie (FOUCAULT, 1988, p. 137). Compreendendo a sexualidade como um meio para que atuem as tecnologias políticas do corpo, Foucault afirma que

[...] vêmo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização, [...]. De um pólo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações. (FOUCAULT, 1988, p. 137)

Esta analítica da sexualidade forneceu à sociedade uma série de mudanças nas ciências como um todo, no modo como o sexo poderia ser visto a partir de então e, além disso, permitiu que as técnicas de poder investissem sobre o corpo com um fundo regulador e controlador.

As tecnologias políticas do corpo têm, ainda, uma relação constitutiva com o nascimento do que Foucault (2015b) chamou de Medicina Social. Segundo ele, a formação da Ciência do Estado, na Alemanha, no século XVIII, foi a primeira etapa para a que a Medicina Social se estabelecesse. Para ele, a Ciência do Estado reunia saberes sobre o próprio Estado e agrupava estratégias para que o Estado pudesse

extrair e acumular conhecimentos que assegurasse seu funcionamento Foucault (2015b, p. 145). Assim, a preocupação com o funcionamento do Estado tornou necessária e possível uma “consciência discursiva do funcionamento estatal da sociedade” (idem, p. 146).

Ainda que, nas sociedades mercantilistas e cameralistas, como França, Inglaterra e Prússia, durante o século XVII, a população já fosse problema do Estado, ela ainda não era alvo de intervenção para garantia de saúde. Nesse contexto, as estatísticas de nascimento e morte serviam somente para calcular a força ativa de suas respectivas populações. Foi na Alemanha, em meados do século XVIII, que se desenvolveu “uma prática médica efetivamente centrada na melhoria do nível de saúde da população” (ibid., p. 148): a polícia médica.

A *Medizinichepolizei* consistia em um sistema mais completo de captação e observação de dados que refletiam as condições de morbidade da população, além de figurarem como um fenômeno de normalização da prática e do saber médicos, elevando a medicina e o médico a primeiro objeto de normalização dentro da polícia médica, onde os médicos tinham suas atividades controladas por uma organização administrativa. (ibid., p. 148). Ao mesmo tempo, na França, eram normalizadas as atividades militares e, em seguida, os professores.

O autor destaca que esses fenômenos acabaram por dar forma a uma medicina de Estado, cujo objeto não é a força produtiva dos corpos, mas a força estatal: “há uma espécie de solidariedade econômico-política nessa preocupação da medicina de Estado. Seria, portanto, falso ligar isso ao cuidado imediato de obter uma força de trabalho disponível e válida.” (ibid., p. 151). A máxima estatização da medicina alemã foi um fenômeno cujas consequências se estenderam por longo período, servindo de modelo para o surgimento de outras técnicas de controle da saúde da população.

A segunda via para o desenvolvimento da Medicina Social foi o surgimento do que ele denominou Medicina Urbana, que teve como cenário a França do fim do século XVIII. Diferente da medicina alemã, a medicina urbana era aplicada a pequenas comunidades e mais criteriosa nas observações e práticas por ela estabelecidas. Da necessidade de compor a cidade em sua unidade e de organizar o corpo urbano de forma mais coerente e homogênea, ela se compôs e tinha três objetivos básicos. O primeiro consistia em analisar as “regiões de amontoamento, de confusão e de perigo no espaço urbano” (ibid., p. 159) e agir sobre eles. Assim,

lugares como o cemitério, que representavam risco de transmitir doenças, eram estrategicamente localizados na cidade. Foucault (2015b) cita os casos da lepra, com seu sistema de exclusão, e da peste, com seu sistema de quarentena, para melhor compreensão da distribuição espacial neste contexto. Segundo ele, a medicina urbana representa um aperfeiçoamento dos métodos medievais de quarentena, por meio da higiene pública (ibid., p. 157).

A segunda finalidade seria controlar a circulação da água e do ar dentro da cidade, de onde surgiu a necessidade de se construírem avenidas longas e espaçosas, com ajuda de diversos profissionais, entre eles, o químico, para garantir o bom arejamento dos corredores urbanos. E, por fim, estudar a organização e distribuição dos elementos essenciais para a vida comum da/na cidade.

A medicina urbana estabeleceu pontos muito importantes para a medicalização da cidade. O autor explica que a partir dela, a “prática médica se põe diretamente em contato com ciências extramédicas” (ibid., p. 162), como a química, o que, por sua vez, permitiu a inclusão da medicina na ordem do discurso e do saber científico. Além disso, a noção de salubridade também é cunhada através da perspectiva da medicina urbana, cujo objetivo está em ser capaz de assegurar, material e socialmente, a melhor saúde possível (ibid., p. 163).

O terceiro, e último, elemento da constituição da medicina social foi aquele apoiado na *Lei dos pobres* (ibid., p. 166). O exemplo inglês de controlar a saúde dos pobres, em vez de cuidar dela, tornou-se efetivo quando estes, em meados do século XIX, passaram a representar perigo para as classes ricas da Inglaterra. Segundo o autor, essa medicina buscava “um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas”. (ibid., p. 169). No entanto, o que restou disso tudo foi a possibilidade de organizar a medicina de acordo com o que era conveniente: uma medicina assistencial, para o pobres; uma administrativa, incumbida dos problemas gerais, como vacinação e epidemias; e a privada, cujo benefícios se dirigiam para os ricos, que tinham condições financeiras para usufruir de todos os aparatos médicos (ibid., p. 170).

Diante de toda esta descrição, compreendemos a formação da polícia médica. Ela quem permitiu, portanto, a correta disposição dos indivíduos no espaço. O espaço também entra na ordem da medicina social para que se disciplinem os corpos e regule a população e, assim, a biopolítica se inscreve:

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo. (FOUCAULT, 2008, p. 77)

O espaço enquanto *locus* de poder pode ser vislumbrado, na obra de Michel Foucault (2008), sob duas perspectivas: a primeira consiste em possibilitar a liberdade entre os espaços, propiciando a livre circulação de coisas e pessoas; a segunda, em disciplinar a população para potencializar o poder do Estado. Segundo o autor, é por meio do dispositivo de segurança que se garante o governo dos corpos, sobretudo atuando sobre o espaço.

O dispositivo, em si, pode ser definido como um conjunto heterogêneo cujos elementos são o dito e o não dito, englobando “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.” (FOUCAULT, 2015b, p. 364). Diferente da *épistémè*, que é inteiramente discursiva, o dispositivo é de natureza mais geral e é constituído por práticas discursivas e não-discursivas.

As relações de força sustentam as relações de saber e mantêm o dispositivo inscrito em um jogo de poder. Segundo Veyne (2011), o dispositivo engloba

leis, atos, falas ou práticas que constituem uma formação histórica, seja a ciência, seja o hospital, seja o amor sexual, seja o exército. O próprio discurso é imanente ao dispositivo que se modela a partir dele (...) e que o encarna na sociedade; o discurso faz a singularidade, a estranheza da época, a cor local do dispositivo. (VEYNE, 2011, p. 54).

Assim, Foucault (2014) procura as singularidades das relações de poder dispersas no cotidiano, como é o caso das que estão inscritas na discursivização das Academias ao Ar Livre, por exemplo. Compreender o dispositivo como produtor de indefinidas práticas discursivas é o objetivo do autor, que ainda afirma que o “dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder” (idem, 2015b, p. 367), sustentando e sendo sustentado por diferentes tipos de saber.

Do mesmo modo, ele demarca a essência da possível relação entre estes elementos heterogêneos e afirma que há uma espécie de jogo ou de mudanças de posição internamente, podendo, inclusive haver alteração da própria função (ibid., p. 364). O dispositivo, além disso, tem por função atender a uma urgência, a uma necessidade admitida a partir relações de poder e saber que operam em determinada conjuntura (ibid., p. 365).

Neste caminho, o que Foucault (2008) denomina dispositivo de segurança muito tem a ver com a problemática das séries indefinidas:

Série indefinida dos elementos que se deslocam: a circulação, número  $x$  de carroças, número  $x$  de passantes, número  $x$  de ladrões, número  $x$  de miasmas, etc. Série indefinida dos elementos que se produzem: tantos barcos vão atracar, tantas carroças vão chegar, etc. Série igualmente indefinida das unidades que se acumulam: quantos habitantes, quantos imóveis, etc. (FOUCAULT, 2008, p. 26).

A gestão dessas séries implica, basicamente, estimativa de probabilidades e um espaço no qual se possa criar um ambiente em função de uma série de acontecimentos possíveis. Este ambiente, para Foucault (2008) é o meio. Segundo ele,

Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tomar causa, do outro. (ibid., p. 28)

Assim, o meio é tomado como o elemento que possibilita a intervenção do poder sobre a natureza do homem: a técnica política deve se dirigir ao meio se a sua finalidade é chegar à população. É a multiplicidade que interessa ao dispositivo de segurança, não mais o conjunto de indivíduos como sujeitos nem tampouco os corpos capazes de desempenho (ibid., p. 28).

Podemos nos ater, assim, a um exemplo em que a biopolítica atravessa e modifica o espaço em função de alcançar e normalizar a população. Revisitamos sobre a realocação, em 2017, dos feirantes que ocupavam as calçadas da Avenida São Marçal, no bairro do João Paulo, em São Luís. Segundo o responsável pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento, Ivaldo Rodrigues, a operação visava a desobstruir o espaço público com a retirada das barracas desorganizadas e das mercadorias dispostas no chão que se amontoavam irregularmente nas margens da avenida (O Imparcial, 2017). Os ambulantes foram direcionados para a Rua Projetada, onde podiam vender seus produtos na chamada feira da madrugada, permitida até às seis horas da manhã. Notamos que a disciplina deste espaço preconiza duas vertentes, pelo menos: a do trânsito, uma vez que impede a passagem dos pedestres na calçada ocupada indevidamente; e a da higiene, que entende que a disposição dos alimentos vendidos naquele local não

contribui para a preservação de suas condições mínimas para consumo. O secretário ainda cita a política de disciplinamento do sistema de comercialização de feiras e mercados. Assim, a transformação destas condições atravessa o espaço com a visível finalidade de atingir a multiplicidade, a população, incluindo o sujeito pedestre, o sujeito consumidor e o sujeito feirante.

Buscando a noção de dispositivo de segurança, vemos como, na prática, ele se desenvolve e se aplica neste exemplo. O espaço público, sobretudo o compreendido “como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade” (SERPA, 2007, p. 09) passa a vigorar como instrumento e fim da prática biopolítica.

Bauman (2001) reflete sobre a questão do espaço no que denomina modernidade líquida e afirma que a separação entre espaço e tempo da prática da vida e até mesmo entre si determina, também, uma sociedade pós-panóptica, na qual “o poder se tornou verdadeiramente *extraterritorial*” (BAUMAN, 2001, p. 18), superando um espaço “sólido e impassível, pesado e inerte” (ibid., p. 16).

Neste caminho, as intervenções que o espaço sofre acabam por dar sentidos e definir uma cidade. Veremos a seguir como podemos considerar a identidade da cidade, especialmente a produzida pela mídia, enquanto resultado de práticas discursivas e não-discursivas.

### **2.3 Identidades (pós)modernas e a mídia**

O fenômeno da globalização trouxe mudanças irreversíveis para a vida do sujeito. Quem ele é, quem pode ser, quem não quer ser. A hierarquia das identidades sucumbiu na era moderna. O que antes, na sociedade tradicional, indicava um homem centrado, fixo e racional, independente do que lhe conviesse, foi substituído pela heterogeneidade em si mesmo, pós-modernidade que implicava uma pluralidade.

Esse período é essencial para entender que a noção de identidade, ao lado da de sujeito, dialoga essencialmente com o tipo de sociedade que se apresenta em cada contexto. Segundo Bauman (2005. p.51), “houve um tempo em que a identidade humana de uma pessoa era determinada fundamentalmente pelo papel produtivo desempenhado na divisão do trabalho social”. A destruição do velho para

a criação do novo implicou em uma transição a partir do humanismo e renascimento, que se distanciavam da proposta da igualdade dos homens perante Deus. A subjetividade, a esta altura, mostrava o homem enquanto sujeito, como vimos anteriormente.

É exatamente a subjetividade que abre os caminhos para a problemática da identidade. Essa “destruição criativa” (HARVEY, 1994) permite que a sociedade industrial passe a acumular e criar conhecimento além das fábricas, transferindo a atenção para a revolução tecnológica em ascensão.

Simplificando, modernidade é sinônimo de sociedade ou civilização industrial. Mais detalhadamente, está associada a: a) um conjunto de atitudes perante o mundo, como a ideia de que o mundo é passível de transformação pela intervenção humana; b) um complexo de instituições econômicas, em especial a produção industrial e a economia de mercado; c) toda uma gama de instituições políticas, como o Estado nacional e democracia de massa. Graças sobretudo a essas características, a modernidade é muitíssimo mais dinâmica do que qualquer tipo de ordem social preexistente. É uma sociedade – mais precisamente, um complexo de instituições – que, à diferença de todas as culturas anteriores, vive no futuro e não no passado. (GIDDENS; PIERSON, 2000, p. 73)

Assim, o dinamismo é que vai caracterizar a modernidade, interferindo nos hábitos, costumes já cristalizados e, do mesmo modo, apresentando influências globalizantes (GIDDENS, 2002, p. 9). O mesmo autor explica que mudanças no aspecto mais íntimo da vida de cada um estão em relação direta com mudanças globais, o que acaba por estabelecer a subjetividade em meio a “conexões sociais de grande amplitude” (ibid., p. 36).

Depois de fixadas as subjetividades, tem-se agora, na alta modernidade, a “a acelerada ‘liquefação’ das estruturas e instituições sociais” (BAUMAN, 2005, p. 57), momento em que a solidez da modernidade transforma-se em fluidez. As relações humanas, antes individualistas, mas totalizantes, agora incidem sobre as minorias, sejam raciais, sexuais ou culturais. Assim, Hall (2006) explica que “as identidades modernas estão sendo descentradas, isto é, deslocadas ou fragmentadas” (HALL, 2006, p. 08), no que chama de modernidade tardia.

Neste sentido, Hall (2006) afirma que a identidade integralizada, fixa e coerente não passa de uma fantasia e o sujeito pós-moderno assume “identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente” (ibid., p. 13). O sujeito, portanto, não o homem, passa a ser cada vez mais efêmero, assim como é essencialmente constituído pela rede global na

qual está inserido. A cidade também pode, evidentemente, ser produzida em um contexto de liquidez. Vislumbrando a cidade enquanto espaço produzido por sujeitos, precisamos concebê-la como fragmentada, exposta a todas as práticas, sendo discursivas ou não, e, por isso, também múltipla.

Segundo Lefebvre (2008), “a própria cidade é uma obra” (p.12) por ser constituída de “sentidos, de valor de uso, por aqueles que nela habitam” (ibid., p. 12). Ao lembrarmos das obras pelas quais tem passado a cidade de São Luís, a serem descritas no próximo capítulo, vemo-la sendo construída e ressignificada por meio dos espaço públicos reformados e, principalmente, pelo que é dito sobre eles.

A mídia tem grande responsabilidade nessa investida da significação de qualquer sujeito. Ela cria o real, situa as possibilidades do vir-a-ser e evidencia as relações de poder que porventura operam determinado objeto. Nos dias atuais, a identidade da cidade caminha, paralelamente, a o que SÁNCHEZ (2016) denomina *city marketing*: um instrumento de exposição das cidades, como produtos, no processo da globalização.

Como se fosse um campeonato esportivo, no qual só se entra avaliando cuidadosamente os adversários e as chances de vencer, os governos locais procuram ‘colocar suas cidades no mapa do mundo’, uma alegoria que indica a intenção de lança-las, e de torná-las visíveis e competitivas na escala mundial. Termos [...] que até pouco eram restritos ao âmbito empresarial, hoje são recorrentes no discurso dos administradores locais. (SÁNCHEZ, 2016, p. 305).

Nesse sentido, a cidade-produto passa a ser cada vez mais planejada, anunciada e vendida. Tudo isto por duas razões: a primeira, segundo Sánchez (2016), visa à internacionalização da cidade, constituindo-se enquanto “fábrica de imagens de marca da cidade” (SÁNCHEZ, 2016, p. 298); a segunda caminha em busca de efeitos internos, no sentido de adquirir adesão da sociedade ao modelo de gestão aplicado pelos governos locais.

As políticas de promoção da imagem da cidade veem na mídia um espaço de infinitas possibilidades e se valem disso para alcançarem seus objetivos. Nasce a *cidade-espetáculo* cuja característica é a centralidade que o urbanismo adquire neste contexto.

O espaço é transformado em cenário no qual tudo é objeto de consumo estético e contemplativo. Nesse sentido, a cidade que está no centro da cena, a cidade tornada sujeito, que em determinadas circunstâncias transforma os próprios cidadãos em meros figurantes, atores secundários de seu roteiro (SÁNCHEZ, 2016, p. 314).

O espetáculo da/na/sobre a cidade é favorecido por já estar inserido em uma sociedade que espetaculariza toda a vida social uma vez que “A sociedade que repousa sobre a indústria moderna não é fortuitamente ou superficialmente espetacular, ela é fundamentalmente espetaculista” (DEBORD, 1997, p. 18). Desse modo, a mídia torna-se uma ferramenta utilizada para a construção de identidades.

A mídia e a produção de sentidos constituem relação que se converge em controle social. O aparato midiático figura, portanto, como portador e, especialmente, criador da realidade e não apenas uma representação desta. Assim, o poder de definir a realidade faz da mídia um catalisador dos discursos que circulam e pairam em determinada sociedade. Voltando o olhar para nosso problema e, sobretudo, para o que propomos investigar, é possível vislumbrar a mídia como um ponto central na dinâmica do controle dos corpos, na produção de valores e sentidos no que tange ao contexto da cidade de São Luís.

É necessário, no entanto, delimitarmos a que mídia nos referimos. Dentro desse imenso universo midiático, podemos restringir nosso campo de análise para a) os textos jornalísticos que abordam as AAL, presentes em páginas na internet, já que eles trabalham tanto como espelho do que acontece na sociedade em geral, como também refletem as tramas dos discursos, que por sua vez constituem-se em meio a relações de poder que cerceiam a prática discursiva; b) o que chamamos de texto da prefeitura, também dispostos em páginas na internet, são matérias que descrevem as ações da prefeitura na cidade. Ambos são de produção local, mas ganham proporções imensuráveis já que são visíveis a qualquer leitor que tenha acesso à internet. E este fato é o que justifica terem sido escolhidos para compor o *corpus*, considerando que produzem sentido para a cidade em uma escala que ultrapassa suas barreiras territoriais.

Além deste trabalho, no âmbito das pesquisas do Grupo de Pesquisas em Linguagem e Discurso – GPELD, vinculado à Universidade Federal do Maranhão, as identidades conferidas à cidade de São Luís foram e continuam sendo temas de inúmeras pesquisas que analisam discursos midiáticos sobre a cidade. As coordenadoras do projeto, Profa. Dra. Mônica Cruz e Profa. Dra. Ilza Cutrim, orientam e produzem pesquisas que visam a investigar os sentidos tecidos à cidade: a) nas redes discursivas que abordam a diversidade na mídia (CRUZ, 2016); b) nos discursos que constroem o Guaraná Jesus como marca de identidade local (CRUZ; SILVA, 2016); c) nos discursos midiáticos em comemoração ao quarto centenário da

capital maranhense (LAVRA, 2016); d) a partir de discursos dos habitantes no que tange à mobilidade urbana (SANTOS; CUTRIM, 2016); entre outras.

Observamos que as dimensões e a complexidade que caracterizam a pós-modernidade recaem sobre os sujeitos à medida que as identidades tornam-se cada vez mais instáveis (KELLNER, 2001). As mídias digitais inseridas na rede mundial de internet refletem a velocidade com que a vida comum vem se desenvolvendo. A capital maranhense, neste contexto, representa sujeitos cujas identidades implodem na mídia e se externam em diferentes sentidos. Procuramos, agora, verificar como os discursos que abordam as AAL configuram identidades para a cidade de São Luís. No capítulo que se inicia logo adiante, analisamos os *corpora* e, inicialmente, propomos um breve percurso histórico das academias no Brasil.

## Capítulo III

---

### ACADEMIAS AO AR LIVRE, BIOPOLÍTICA E IDENTIDADES PARA SÃO LUÍS

---

Neste capítulo analítico, propomos verificar como, na esfera dos textos jornalísticos e dos da prefeitura, as discursividades sobre as Academias ao Ar Livre (AAL) têm gerido o corpo e, também, construído identidades para a cidade de São Luís. Neste sentido, mobilizaremos conceitos e métodos já explicados anteriormente para chegarmos à nossa problemática e conseguirmos alcançar nossos objetivos.

Entendendo as AAL como um dispositivo da saúde inerente ao início do século XXI, é necessário fazer um mergulho histórico a fim de perceber as condições de possibilidade de surgimento das AAL nas praças e espaços públicos da cidade de São Luís neste momento. Por isso, inicialmente, propomos uma genealogia das AAL, no tópico a seguir.

#### 3.1 AAL em São Luís: um olhar genealógico

Como vimos, o método genealógico propõe “marcar a singularidade dos acontecimentos” (FOUCAULT, 2015b, p.55) de modo a se opor à pesquisa da origem dos fatos, dos objetos. Desta feita, iniciamos nosso percurso genealógico a partir de um acontecimento histórico - a 30ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada em 1978, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Estes eventos, que ocorrem anualmente, desde 1947, reúnem os países-membros da OMS com o desígnio de debater temas emergentes da saúde mundial. A OMS, do inglês *World Health Organization* (WHO), é uma entidade mundial que influencia, monitora e analisa as políticas de saúde. Selecionamos esta edição da Assembleia sediada em Alma-Ata, na República do Cazaquistão, porque nela foi formalizada a Declaração sobre Cuidados Primários em Saúde, incluída no projeto geral denominado *Saúde para Todos no Ano 2000*, em nível global (BRASIL, 2002).

É certo que, desde os anos 60 da mesma década, já havia um debate centrado na promoção da saúde, além do controle e tratamento de enfermidades em diferentes partes do mundo. No entanto, a carta alcançou maior destaque na

Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, ocorrida em 1986, com a promulgação da Carta de Ottawa, e vem se aprimorando com as variadas declarações internacionais periodicamente estabelecidas nas conferências realizadas sobre o tema.

O objetivo principal da carta consiste em intimar o maior número de órgãos e entidades possível para prestar cuidados à saúde, especialmente nos países em desenvolvimento. Seu primeiro item descreve que:

A Conferência enfatiza que a saúde - estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade - é um direito humano fundamental, e que a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde. (DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA, 1978).

Podemos perceber que a questão da saúde passa a ser um problema de todos os setores da vida social e que precisaria de maior dedicação de todos, uma vez que a saúde vinha sofrendo mudanças em seu paradigma e se transformou no maior recurso e pré-requisito para o desenvolvimento social, econômico e pessoal. A saúde tornava-se politicamente importante e, assim, tomava forma o pacto mundial pela saúde.

Já nos anos 2000, especificamente em 2004, foi aprovada a *Global Strategy on Diet, Physical Activity and Health (Estratégia Global em dieta, atividade física e saúde)*, um documento que apresenta propostas para o controle e o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), entre as principais estão a obesidade, diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares e alguns tipos específicos de câncer. A partir desse documento, foram estabelecidas ações em nível local, nacional e mundial a serem empreendidas.

Unhealthy diets and physical inactivity are thus among the leading causes of the major noncommunicable diseases, including cardiovascular disease, type 2 diabetes and certain types of cancer, and contribute substantially to the global burden of disease, death and disability. Other diseases related to diet and physical inactivity, such as dental caries and osteoporosis, are widespread causes of morbidity. (WHO, 2004).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> As dietas pouco saudáveis e a inatividade física estão, portanto, entre as principais causas das principais doenças não transmissíveis, incluindo doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2 e certos tipos de câncer, e contribuem substancialmente para o fardo global da doença, morte e deficiência. Outras doenças relacionadas à dieta e à inatividade física, como cáries dentárias e osteoporose, são causas generalizadas de morbidade. (Tradução nossa).

Ele explica que dietas não-saudáveis e a falta da prática de atividades físicas estão entre as principais causas das DCNTs. Por isso, propõe aos membros que criem, apliquem e ampliem ações a favor da promoção da saúde, que estabeleçam condições para uma boa alimentação e nutrição, assim como encorajem e possibilitem a prática regular de atividades físicas, por meio de políticas públicas que atendam todas as classes sociais, especialmente as mais baixas, e através da informatização e instrumentalização dos profissionais da saúde e de outras áreas da sociedade que possam contribuir neste sentido (WHO, 2004).

Retomando as linhas teóricas foucaultianas, podemos vislumbrar essa corrida pela promoção a saúde como uma prática biopolítica que surge para intermediar as relações de biopoder. Vemos, portanto, a promoção da saúde, enquanto prática biopolítica, induzindo setores que ultrapassam o da saúde a se responsabilizarem pela vida humana.

Vemos, no Brasil, uma movimentação que promete aplicar no país as medidas indicadas pela *Estratégia Global em dieta, atividade física e saúde*. O conjunto de compromissos sanitários e de saúde assumidos pelo Ministério da saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), compõe o *Pacto pela saúde 2006*, aprovado e divulgado pela portaria GM/399, em 22 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2006), de modo que os principais objetivos a serem cumpridos no ano de 2006 eram:

SAÚDE DO IDOSO: Implantar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, buscando a atenção integral.

CÂNCER DE COLO DE ÚTERO E DE MAMA: Contribuir para a redução da mortalidade por câncer de colo do útero e de mama.

MORTALIDADE INFANTIL E MATERNA: Reduzir a mortalidade materna, infantil neonatal, infantil por doença diarreica e por pneumonias.

DOENÇAS EMERGENTES E ENDEMIAS, COM ÊNFASE NA DENGUE, HANSÊNÍASE, TUBERCULOSE, MALÁRIA E INFLUENZA Fortalecer a capacidade de resposta do sistema de saúde às doenças emergentes e endemias.

PROMOÇÃO DA SAÚDE: Elaborar e implantar a Política Nacional de Promoção da Saúde, com ênfase na adoção de hábitos saudáveis por parte da população brasileira, de forma a internalizar a responsabilidade individual da prática de atividade física regular alimentação saudável e combate ao tabagismo. (BRASIL, 2006a).

Este último item apresentado como prioridade no programa é o que nos interessa neste momento. A *Política Nacional de Promoção da Saúde* (PNAP) foi aprovada pela Portaria nº 687, de 30 de março de 2006 (BRASIL, 2006b), mesmo tendo sido pensada desde 1999, por meio do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD), através do qual se criou o projeto *Promoção da Saúde*,

*um novo modelo de atenção*. O período que sucedeu foi um momento de fragmentação das ações, o que acabou adiando para 2006 sua implementação (BRASIL, 2005).

Ideologicamente, o PNAP aparece como um programa divisor de águas dentro das políticas de saúde pública nacionais, pois ele passa a reconhecer uma perspectiva ampliada de saúde, pela qual se concebe a saúde não mais como problema individual e fragmentado, mas como uma questão de ordem coletiva, especialmente quando pensada após o movimento da Reforma Sanitária brasileira e das cartas de Promoção da Saúde já citadas (BRASIL, 2006b).

Desta maneira, convoca a todos, incluindo os dirigentes, das esferas federal, estadual e municipal, para compartilharem da responsabilidade pela melhoria da qualidade de vida a partir da melhoria dos serviços em saúde,

A saúde, como produção social de determinação múltipla e complexa, exige a participação ativa de todos os sujeitos envolvidos em sua produção – usuários, movimentos sociais, trabalhadores da Saúde, gestores do setor sanitário e de outros setores –, na análise e na formulação de ações que visem à melhoria da qualidade de vida. O paradigma promocional vem colocar a necessidade de que o processo de produção do conhecimento e das práticas no campo da Saúde e, mais ainda, no campo das políticas públicas faça-se por meio da construção e da gestão compartilhadas. (BRASIL, 2006b).

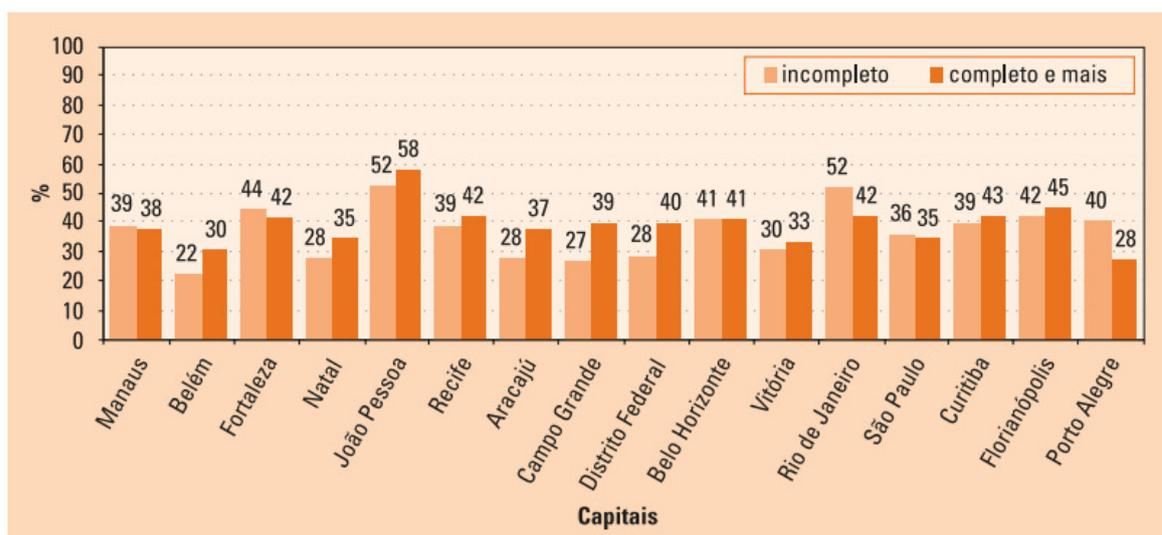
Um fator importante que ocorreu antes desta virada da saúde foi a estruturação e o início da operacionalização do *Sistema Nacional de Vigilância* específico para as doenças não transmissíveis, entre 2003 e 2004. O sistema constava de “capacitação das equipes de estados e municípios, com o estabelecimento de atividades, de problemas, definição de indicadores para monitoramento e de metodologias apropriadas às realidades regionais e locais.” (BRASIL, 2005, p. 34). A partir de então, tinha-se um mapa do Brasil no que tange aos fatores condicionadores das DCNT, entre eles hipertensão arterial e diabetes, consumo de tabaco, excesso de peso, dieta e sedentarismo. Focando o que é importante para este momento da pesquisa, o gráfico abaixo (gráfico 1) mostra como o sedentarismo, entre os anos de 2002 e 2003 figurava como causa das DCNT nas principais capitais brasileiras<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Infelizmente a pesquisa não justifica a escolha das cidades participantes do Inquérito.

O gráfico mostra, por cidade e por escolaridade, que a prática de atividade física<sup>5</sup> não se dá de forma homogênea entre as variáveis. As capitais com menor incidência de praticantes de atividades físicas foram, respectivamente, João Pessoa e Rio de Janeiro.

Gráfico 1 – Percentual de indivíduos insuficientemente ativos, na população de estudo de 15 a 69 anos, por escolaridade, em 15 capitais brasileiras e DF, em anos recentes (2002 ou 2003)



Fonte: Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Doenças e Agravos não Transmissíveis, Ministério da Saúde, 2003, In BRASIL (2005).

As estatísticas e medições dos processos e fenômenos da vida humana, como vimos, figuram como instrumento para a prática biopolítica (FOUCAULT, 2008), mas, apesar de essa contabilização demonstrar que muitas cidades são constituídas por um número relativamente alto de habitantes sedentários, ainda não foi neste período que a promoção da atividade física foi visada pelo Ministério da Saúde no Brasil, considerando esta uma via possível para a efetivação do biopoder.

Mesmo considerando a importância do Sistema Nacional de Vigilância, é prudente e necessário citar a razão econômica de se avaliar as condições físicas da população e buscar meios para melhorar os índices de sedentarismo entre os brasileiros. Nessa perspectiva, o SUS contabilizou os gastos com ações,

<sup>5</sup>“Os percentuais referem-se aos indivíduos considerados insuficientemente ativos, que são a somatória dos irregularmente ativos (A - os que atingem pelo menos um dos critérios da recomendação: (a) Frequência: 5 dias na semana ou (b) Duração: 150 minutos por semana; e B - aqueles que não atingiram nenhum dos critérios da recomendação (frequência ou duração)) e dos sedentários (Indivíduos que não realizam atividade física por pelo menos 10 minutos contínuos por semana). Segundo a metodologia adotada nesta pesquisa, estes dois grupos em conjunto formam o grupo dos insuficientemente ativos” (BRASIL, 2005)

procedimentos e serviços de saúde envolvidos no combate às DCNT no ano de 2002 (tabela 1).

Tabela 1: Estimativas de gastos do SUS com DCNT em 2002

Gastos SUS	R\$	%	R\$/hab
Estimativas Gastos Amulatoriais	3.824.175.399,40	35,0	22,2
Gastos Internações	3.738.515.448,92	34,2	21,7
<b>Total Gastos DCNT</b>	<b>7.562.690.848,32</b>	<b>69,1</b>	<b>44,0</b>
Total de Gastos Ambulatoriais e Hospitalares	10.938.741.553,89	100,0	63,6

Fonte: Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Doenças e Agravos não Transmissíveis, Ministério da Saúde, 2003, In BRASIL (2005).

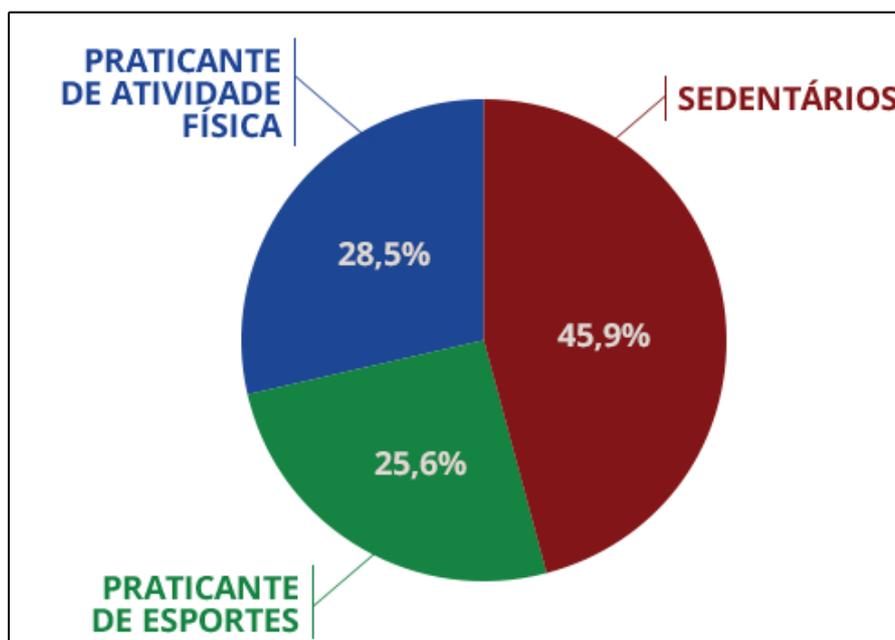
Segundo o que diz a pesquisa, por serem doenças que duram, em geral, muito tempo, as DCNT demandam grandes custos, especialmente os diretos, como as internações, gastos ambulatoriais e hospitalares em geral, como mostra a tabela acima, atingindo uma média de mais de sessenta reais por habitante, no período de um ano. Além disso, os custos indiretos também oneram os cofres públicos, como aposentadoria precoce e perda de produtividade dos doentes. Assim, o fator financeiro tornou-se uma boa razão para se investir no combate às DCNT.

Outra pesquisa, em nível de comparação, correspondente ao ano de 2013, mostra que 45,9% da população brasileira continuava sedentária, enquanto 28,5% se declarou praticante de alguma atividade física e 25,6% afirmou praticar algum tipo de esporte (gráfico 2). Especificamente na região nordeste, 46% da faixa etária compreendida entre 16 e 24 anos dos entrevistados abandonou a prática de esportes e/ou atividades físicas, e a justificativa mais frequente – 69,8% - é a falta de tempo ou prioridade para outras atividades, como estudo, trabalho e família. Além disso, é possível compreender a motivação dos praticantes por gênero e faixa etária (gráfico 3): 45,3% dos entrevistados e 50,5% das entrevistadas buscam qualidade de vida e bem-estar, enquanto a faixa etária que mais pratica esportes e/ou atividades físicas, independente do gênero, é a compreendida entre 65 a 74 anos. Essas e outras informações mostram a situação do sedentarismo no Brasil e servem como parâmetro para planejamento e efetivação de políticas públicas, inseridas numa visada biopolítica para alcançar a corpo-população. O próprio ato de coletar essas informações já demonstra o interesse pela vida que atravessa as governanças.

No entanto, a prioridade, entre os anos 2000 e 2003, foram a a)Política de Alimentação e Nutrição, que, por meio da Coordenação Geral da Política de

Alimentação e Nutrição – CGPAN, vinculada à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, implementou a Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN (BRASIL, 2005, p. 48).

Gráfico 2: Demonstrativo de sedentarismo no Brasil (2013)



Fonte: Ministério do Esporte, 2013.

Gráfico 3: Justificativa para prática de atividades esportivas e/ou físicas – Gênero e faixa etária

	 Respostas Masculinas	 Respostas Femininas	 15 a 19	 20 a 24	 25 a 34	 35 a 44	 45 a 54	 55 a 64	 65 a 74
Para melhoria no desempenho físico	41,5%	34,1%	43,7%	45,4%	38,0%	38,8%	33,5%	30,5%	22,0%
Para minha qualidade de vida e bem-estar	38,1%	44,6%	30,3%	35,9%	45,1%	40,8%	47,9%	42,8%	48,3%
Para relaxar no meu tempo livre	6,7%	6,0%	11,2%	7,0%	5,9%	6,4%	3,3%	5,0%	5,1%
Para melhoria na harmonia corporal (corpo/mente)	2,9%	3,9%	6,6%	3,5%	3,2%	2,9%	2,3%	2,3%	3,0%
Para me relacionar com os meus amigos e/ou fazer novas amizades	2,6%	1,8%	5,7%	2,9%	2,2%	1,3%	1,1%	0,6%	1,0%
Para competir com outros e comigo mesmo	0,8%	0,5%	1,1%	0,6%	0,4%	1,1%	0,6%	-	0,8%
Outros (indicação médica, prêmios, bolsas)	7,4%	9,0%	1,4%	4,8%	5,2%	8,7%	11,3%	18,8%	19,8%

Fonte: Ministério do Esporte, 2013

Além disso, foi criada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em 2000, pelo Ministério da Saúde; foi consolidada, a partir de 2002, a Rotulagem Nutricional de acordo com legislação unificada do Mercosul e, no contexto do

*Programa Fome Zero, a Vigilância Alimentar e Nutricional* se propôs a vigiar o estado nutricional nos diferentes estágios da vida da população; b) prevenção e controle do tabagismo, que por meio de ações educativas, legislativas e econômicas, sob coordenação do Instituto Nacional do Câncer, busca prevenir, especialmente em crianças e adolescentes, o uso do tabaco; estimular os fumantes a deixarem de fumar, proteger a saúde dos não-fumantes e mediar a venda e circulação pública do tabaco (ibid., p. 50). Toda esta movimentação foi perceptível na mídia e nas próprias embalagens dos cigarros. Este acontecimento, que também foi discursivo, foi problematizado em um trabalho muito produtivo intitulado *Governamentalidade, corpo e imagem: a constituição do sujeito fumante em campanhas antitabagistas nas embalagens de cigarro* (SOUSA, 2015). Ele afirma que

[...] na atualidade, o sujeito fumante é discursivizado como um corpo anormal. Ele é construído discursivamente como doente, vivendo na iminência da morte. Um corpo sexualmente impotente, de um sujeito que representa uma ameaça para toda a população, pois possibilita o adoecimento e a morte de outros indivíduos por meio do fumo passivo. (idem p. 131).

Suas conclusões demonstram, primeiramente, que o dispositivo da saúde constrói discursivamente o sujeito fumante como vilão em relação aos riscos do tabagismo passivo para a saúde de crianças e de bebês em gestação (idem, p. 130) e, posteriormente, a discursivização de um sujeito cujo corpo é sexualmente impotente. Do outro lado, temos a c) prevenção de câncer do colo do útero e mama a partir do programa *Viva Mulher!*, concebido no ano de 1996 e implementado no primeiro semestre de 1997. A ênfase recaiu sobre a detecção precoce do câncer uterino por meio do exame comumente conhecido como *papanicolau*. (BRASIL, 2005, p. 53)

Só são constatadas projeções específicas para promoção da prática de atividade física para o biênio 2006-2007, divididas em quatro grandes grupos: ações na rede básica de saúde e na comunidade, ações de aconselhamento/divulgação, ações de intersetorialidade e mobilização de parceiros e ações de monitoramento e avaliação. (BRASIL, 2006b). A partir daqui, vemos o Ministério da Saúde refletir sobre a necessidade de investir nessas ações e, por meio da Portaria Nº 2.608 / GM de 28 de dezembro de 2005, define repasse de recursos financeiros para incentivar estruturação e implementação de ações para estimular e orientar a prática de ações voltadas para a alimentação saudável e a prática de atividades físicas por meio do

programa de *Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis*, de responsabilidade das Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais de Saúde das capitais, sendo distribuídas de acordo com índice populacional de cada cidade.

As Academias ao Ar Livre foram inicialmente denominadas Academias da Terceira Idade, pelos chineses, por volta de 1998, e foram instaladas em parques e praças públicos. No Brasil, a cidade de Maringá, no estado do Paraná, foi a pioneira na instalação desses equipamentos em espaços públicos em 2006 (PREFEITURA DE MARINGÁ, 2016). Parte das academias foi adquirida por meio de parcerias com empresas privadas e, em 2013, foi instalada a primeira academia para jovens (UNIMED, 2013).

O primeiro programa voltado para a instalação das AAL em locais públicos, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), foi o *Academia da saúde*, criado em 2011. É um dispositivo da Atenção Básica que segue os princípios e diretrizes do SUS, da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). De acordo com o segundo volume do Manual Técnico do Programa Academia da Saúde (2014, p.8), o principal objetivo era “contribuir para a promoção da saúde, produção do cuidado e de modos de vida saudáveis” e ele surgiu a partir de experiências “na área da saúde que tinham como foco o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, ocorrendo principalmente no nível municipal.” (idem, p. 10). A partir deste programa, muitas capitais e outras grandes cidades brasileiras receberam espaços com infraestrutura física e institucional com projetos e polos de prática de atividade física, contando com ações participativas de gestores públicos e equipes multiprofissionais. Foram organizados, para isso, três volumes de manuais técnicos voltados aos gestores para que suas ações fossem uniformes e que seguissem os padrões propostos pelo Programa.

No entanto, não há informações de que este programa tenha sido implementado na cidade de São Luís. A partir de 2015, as AAL começam a aparecer nas praças e espaços públicos da cidade, especialmente após ações de reforma e revitalização dos mesmos. Apesar de as AAL, instaladas nesta cidade, serem originadas de iniciativas isoladas da administração municipal, não podemos desconsiderar que elas surgiram no mesmo contexto biopolítico em que as outras estão inseridas.

As AAL são planejadas e instaladas por meio do Instituto Municipal de Paisagem Urbana (IMPUR) e da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação

(Semurh) de São Luís. É possível perceber, a partir disso, como as micro relações de poder apontadas por Foucault (1988, 2015b) partem e agem a partir diferentes polos, uma vez que, em nível nacional, as AAL são de responsabilidades de órgão diretamente relacionados à saúde e/ou esporte e não à paisagem urbana, por exemplo. Vemos funcionar muito claramente as relações biopolíticas da já descrita sociedade de controle, considerando que, a partir deste exemplo das AAL, “pode-se dizer que a relação cada vez mais intensa de mútua implicação de todas as forças sociais que o capitalismo buscou durante todo o seu desenvolvimento foi plenamente realizada” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 44). Nessa perspectiva, as AAL são produtos de práticas discursivas e não discursivas imbricadas por diferentes saberes, como o médico e o urbanístico.

Desde o século XVIII vivemos em uma era na qual a arte de governar se voltou, em grande proporção, para as populações, por meio de técnicas, cálculos, análises e reflexões (FOUCAULT, 2015b) que, juntos compõem os dispositivos. Foucault (idem) nos explica que o *governo* utilizará determinados instrumentos para melhorar a qualidade e duração de vida da população, melhorar sua sorte e aumentar sua riqueza:

Campanhas, através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se deem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população etc. (FOUCAULT, 2015b, p. 423).

Assim, não podemos vislumbrar este fato, de as AAL não serem de responsabilidade de órgão da saúde e/ou esporte, como um deslocamento dos objetivos reais destas relações biopolíticas, mas sim como prova de que o poder é de fato imanente, que age transversalmente nos vários setores da vida social em função de um único alvo: o corpo da população sob seu controle.

Dessa maneira, a prefeitura de São Luís, sob a administração de Edivaldo Holanda Júnior, anuncia à população, por meio de sua agência de notícias, o *Programa de Revitalização de Praças*, coordenado pelo IMPUR, inserido no macro programa *São Luís, Cidade Jardim*, executado pela Semurh, lançado pela prefeitura em vinte de outubro de 2014.

O macroprograma se divide em oito eixos de ação: Portais da Minha Cidade, Jardim da Minha Escola, Jardim da Minha Casa, Jardim da Minha Rua, Jardim da Minha Praia, Minha Calçada, Minha Árvore e Jardim da Minha Empresa. A ideia é desenvolver ações nesses vários eixos, como a

implantação de portais nas entradas e saídas da cidade, auxiliar a criação de jardins ecológicos nas escolas e incentivar a jardinagem doméstica. O programa também trabalha a valorização de terras ociosas urbanas e periurbanas, com planejamento, conservação e manutenção da paisagem nas praças, avenidas, parques, canteiros, entre outros espaços públicos abertos da cidade. (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2014)

O Programa chama atenção por fazer referência a um modelo de cidade pensado por Ebenezer Howard, no século XIX, em seu livro *Garden-cities of tomorrow* – Cidades-jardim do amanhã - (1898). Segundo o autor, o ideal, naquele período pós-industrial, seria o desenvolvimento sustentável, buscando uma harmonia entre crescimento econômico e os problemas sociais integrados ao paisagismo da cidade. Nessa perspectiva, a cidade-jardim de Howard representaria uma utopia no sentido de tentar integrar o crescimento urbano às características do campo residindo, especialmente, na busca de sanar os problemas de insalubridade da cidade.

Por outro lado, vemos delinearem-se as primeiras ações da administração municipal no sentido de modificar o espaço público em função de compor uma ferramenta para o controle do corpo-população. Nesse programa, o pronome possessivo *minha* é um elemento discursivo que precisa ser pensado como um dispositivo que busca criar efeitos de pertencimento entre os moradores e a cidade, o que se reafirma quando analisamos o texto da Prefeitura mais adiante .

Estas áreas contempladas pelas ações de revitalização recebem serviços de pintura, novas jardinagem e iluminação, bancos, *playgrounds* e as AAL (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2014) Entre o final de 2015 e o segundo semestre de 2017, foram inaugurados cerca de 40 espaços revitalizados, entre os quais estão praças e parques. Não coube somente a páginas oficiais da Prefeitura as divulgarem, como também a jornais impressos, televisivos e digitais, blogs e páginas de redes sociais.

Pensando na configuração da cidade como um todo a fim de entender como estes espaços estão inseridos na urbe, buscamos o Plano Diretor da Cidade (2006), um documento que rege os usos do território/solo urbano e rural da cidade de São Luís, no intuito de verificar se há alguma diretriz específica prevista para o uso das praças e parques da capital maranhense. Vimos que não consta, de modo específico, nenhuma projeção para os usos das praças e parques no sentido da

prática de atividade física, somente um Plano de Reabilitação urbana que versa da seguinte maneira:

Da Reabilitação Urbana

Art. 74. A Política de Reabilitação Urbana visa dar o melhor uso em termos sociais e econômicos para as áreas que sofrem degradação social, econômica e física e possuem ativos que estão subutilizados, edifícios, solo, infra-estrutura ou espaços públicos.

Art. 75. O Plano de Reabilitação Urbana, a ser elaborado e executado para cada área a ser reabilitada, deve definir os usos adequados e coordenar diversos instrumentos públicos, incentivos, de informação e controle do desenvolvimento, para promover no setor privado investimentos coerentes com o desenvolvimento desejado para a área.

Art. 76. Além destas medidas, o Plano de Reabilitação deverá prever o ordenamento territorial e intervenções na recuperação de instalações abandonadas, operações imobiliárias, regularização fundiária, relocação de famílias, melhoria de espaços públicos, construção de equipamentos e infraestruturas, e outras medidas. (SÃO LUÍS, LEI 4669, 2006).

Sob a administração do então prefeito Tadeu Palácio, o documento assume a necessidade de ações voltadas para a melhor utilização dos espaços públicos de maneira a garantir o uso destes visando à melhor qualidade de vida da população, no entanto, não apresenta propostas contundentes para praticá-las. Este documento, ainda assim, figura como um marco regulamentador do espaço cidadão, que há muito se tornou cenário de embates políticos.

Anos depois, vemos as instalações das AAL em praças e parques reformados, que foram intensamente ressignificadas pela mídia, tornando-as ora espetáculo, ora objeto de campanha eleitoral, ora um meio de aproximar os moradores dos espaços. Esta, como sabemos, é responsável pela produção de sentidos, evocando discursos já estabilizados na sociedade de modo a rememora-los e fazendo surgir, a partir deles, novos sentidos.

Veremos a seguir como esse processo se sucedeu nas esferas do texto jornalístico e, posteriormente, no texto da prefeitura.

### **3.2 AAL, São Luís e o discurso jornalístico**

Nosso objetivo é analisar o discurso midiático, mais especificamente, os publicados em jornais locais de São Luís, neste subtópico. Assim, devemos vislumbrá-los como um elemento regente de todos os outros dispositivos, pois por eles passam a maioria dos acontecimentos que compõem a “história do presente” (GREGOLIN, 2007, p. 16). De acordo com Gregolin (2007, p. 16), as mídias operam

como mediadoras entre seus leitores e a realidade. Portanto, elas não nos oferecem somente a realidade, mas a constroem, a representam às suas maneiras.

Segundo Piovezani (2004), atualmente a mídia cumpre um papel fundamental de objetivar e naturalizar o mundo (PIOVEZANI, 2004, p. 147), e ela tem operado, segundo o autor, de acordo com as características da sociedade de controle, na qual há a “abertura e continuidade das instituições” (ibidem, p. 148), de modo que a mídia não se limita mais a transmitir informações e/ou conhecimentos, mas atua exercendo papéis que derivam das já estabelecidas instituições. Inseridos neste universo, os textos presentes nos jornais também apresentam características que os tornam essenciais na construção de sentidos sobre/na sociedade. Entendemos que os enunciados presentes nestes textos são produzidos de acordo com uma ordem, que dita o que pode ser dito, e que não deixam de ser efeitos das relações dos diferentes micro poderes.

Iniciamos nossas análises com uma matéria (1) publicada em quinze de junho de 2015 nas versões impressa e digital do jornal *O Estado do Maranhão*, no caderno *Cidades* (figura 3). Vemos que seu título, *Parque do Bom Menino é opção de lazer em SL*, mostra o tema principal a ser abordado pelo texto verbal, com o apoio da imagem que vem na parte superior da matéria.

Dando início à descrição da imagem, cuja legenda é *Crianças e adultos utilizam equipamentos instalados no Parque do Bom Menino, no centro de São Luís*, temos alguns aparelhos de ginástica que compõem a academia ao ar livre instalada no parque recém-revitalizado. O clima no local parece ser agradável, com algumas sombras visíveis na área proporcionadas pela presença de árvores ao redor dos aparelhos e ao longo da extensão do parque.

Notamos também a presença de algumas pessoas, entre crianças e adultos: da esquerda para a direita, temos uma menina que parece estar acompanhada pelo adulto que está ao seu lado, ambos estão sentados nos aparelhos; em seguida, uma mulher, que parece sentar para descansar, de acordo com a disposição das pernas sobre o aparelho, enquanto conversa com um homem, que apoia os braços no mesmo aparelho; ao fundo, temos outra mulher, desta vez usando o aparelho para se exercitar, ao lado de algumas crianças que parecem brincar com o aparelho. O enunciativo dessa imagem mostra que o lugar pode ser frequentado por diferentes públicos, exibindo, ainda, uma paisagem que remete à tranquilidade e liberdade em uma área livre e arborizada.

No texto verbal, o subtítulo explica que este “Espaço público é um dos poucos na capital que a população pode usar para prática de atividades físicas e de lazer” (O ESTADO DO MARANHÃO, 2015, p. 6).

Figura 3: Matéria sobre os usos do Parque do Bom Menino



**Parque do Bom Menino é opção de lazer em SL**

Espaço público é um dos poucos na capital que a população pode usar para prática de atividades físicas e de lazer

**Moças**

**País atual** Lei de Zonamento, o Parque do Bom Menino encontra-se dentro da Zona de Preservação Histórica, formada por áreas tombadas pelo Patrimônio Histórico Federal e Estadual, além do Aterro do Sacanga.

**País e filhos, namorados e amigos** são alguns dos personagens que têm visitado o Parque do Bom Menino, além dos praticantes de atividades físicas. O espaço, que é muito procurado por adeptos de caminhada e corrida, é mais uma opção para quem quer relaxar. Com toda a arborização em sua área, o parque se destaca no cenário de São Luís.

O Parque do Bom Menino foi inaugurado em 31 de janeiro de 1970. Construído durante a administração do então governador do Maranhão, José Sarney, o projeto contemplava uma série de opções para a população. Hoje, 45 anos depois, o parque é mais do que uma alternativa para os praticantes de atividade física. Em meio aos avanços da cidade, a correria das pessoas que trabalham na região e o trânsito muitas vezes caótico do Centro são uma referência para alguns visitantes.

Hoje, são 9.557 m<sup>2</sup> de área total que contam com estações de alongamento, pista de cooper de concreto, ginásio poliesportivo, quadras poliesportivas e academia ao ar livre. Tudo isso cercado por árvores frondosas que oferecem sombra em boa parte do dia. Por isso, muitos buscam a tranquilidade do lugar.

**Visitantes** - Quem costuma visitar o parque é o funcionário público José Garcia. Desde 1996, ele frequenta o espaço. No início, só visitava o parque para namorar. Mas hoje o motivo é bem diferente. Sempre que deixa a esposa no trabalho nas tardes de sábado, ele leva os filhos Graziela (9), Anderson (3) e Beatriz (2) para brincar no Parque do Bom Menino enquanto ele aproveita para se exercitar nos aparelhos da academia ao ar livre.

“As crianças ficam muito presas em casa por causa de toda essa violência na cidade. Então, trago eles para brincar um pouco. Essa é uma área boa para quem sabe aproveitar. O esporte é vida e aqui se pratica de graça, ao ar livre. Se você for a uma academia, vai sair caríssimo e você ainda tem que se exercitar no meio daquele ar-condicionado. Aqui é um lugar onde a gente consegue renovar as energias de forma mais saudável. É bom para os meus filhos e para mim também”, afirmou José Garcia.

Além de famílias, o parque atrai muitos casais. Washington Reis e Kaliny Barros são um deles. De acordo com os dois, não são muitos os espaços públicos na cidade tão arborizados e com estrutura semelhantes ao Parque do Bom Menino. Por isso, os encontros do casal acontecem no espaço sempre que os dois têm algum tempo livre.

“Outro casal que também frequenta o lugar é Paula Sousa e Mauricio Macedo. O militar, que mora próximo ao parque, já frequenta o local regularmente para praticar cooper. No último fim de semana, a ida ao parque foi na companhia da namorada, com quem mantém um relacionamento há três anos. “Aqui tem um clima confortável, calmo e tem segurança”, disse.

**CLUBE DO ASSINANTE**  
**O ESTADO**  
Assinante do Estado  
**3215-5055**  
Central de Assinantes  
**3215-5123**

**VIU SÓ O TAMANHO DO DESCONTO DA ACADEMIA KENKO FITNESS?**

É um desconto para a sua boa forma!

Assine o Estado e faça parte do Clube do Assinante e ganhe descontos em mais de 100 estabelecimentos comerciais. Acesse, assine e faça parte!

[oestadoma.com.br/clube](http://oestadoma.com.br/clube)

**kenko** Fitness  
Mais saúde para sua vida  
**(98) 3248-1034**

» 50% de desconto nas avaliações físicas para os 50 (cinquenta) primeiros alunos no plano de musculação. Os descontos são pessoais e intransferíveis.

**O ESTADO**  
O JORNAL DE CADERNOS

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão, 2015, p. 6

Já no texto verbal principal, vemos que o jornal inicia abordando o parque como um cenário de destaque, especialmente por sua área arborizada e por proporcionar um espaço favorável aos praticantes de atividade física. Em seguida, a matéria apresenta um percurso histórico do parque, desde sua fundação aos dias atuais, como vemos neste parágrafo:

O Parque do Bom Menino foi inaugurado em 31 de janeiro de 1970. **Construído durante a administração do então governador do Maranhão, José Sarney, o projeto contemplava uma série de opções para a população. Hoje, 45 anos depois, o parque é mais do que uma alternativa para os praticantes de atividade física. Em meio aos avanços da cidade, a correria das pessoas que trabalham na região e o trânsito muitas vezes caótico do Centro são uma referência para alguns visitantes. Hoje,**

são 9.557 m<sup>2</sup> de área total que contam com estações de alongamento, pista de *cooper* de concreto, ginásio poliesportivo, quadras poliesportivas e academia ao ar livre. Tudo isso cercado por árvores frondosas que oferecem sombra em boa parte do dia. Por isso, muitos buscam a tranquilidade do logradouro. (ibid., p. 6, grifos nossos)

Nota-se que esse parágrafo, assim como o subtítulo, traz ressonâncias discursivas das relações políticas da cidade ao destacar quem construiu o local (José Sarney), o qual é também um dos proprietários do jornal *O Estado* e principal opositor político da Prefeitura nessa época. Nessas breves linhas, é instaurada uma memória do político José Sarney como um político visionário, que já na década de 1970 observava a importância desses espaços de lazer na cidade. É só a partir dessa memória que o enunciador passa a dar as características do Parque do Bom Menino na atualidade, cuja imagem é construída como um refúgio para os moradores dos bairros adjacentes. Dizemos refúgio em dois sentidos: em primeiro lugar, um refúgio que liberta do estresse em meio à rotina de quem mora nos arredores e ao trânsito da grande avenida que circunda toda a extensão de uma das laterais do parque, onde fica localizada sua entrada. Assim, o parque é exibido segundo uma imagem de “paraíso social, incólume às tensões e ao estresse da vida cotidiana” (SERPA, 2007, p. 85). Aqui, cabe ressaltar que ao falar do caos do trânsito ouvimos diálogos do enunciador do jornal com a incapacidade da administração municipal de gerenciar melhor as questões do trânsito na cidade, naquele momento. Em segundo, um refúgio no sentido de ser o único espaço na redondeza que admite a prática de diferentes atividades físicas, representada pela novidade que eram os aparelhos da academia ao ar livre.

Vemos, no mesmo trecho, a construção de uma cidade que de um lado cresce por meio de alguns avanços, como a instalação das AAL e de outro lado uma cidade que tenta se urbanizar em meio a problemas, estes sendo representados pelo caos do trânsito. Além disso, um texto apresentado ao lado da reportagem também chama a atenção do leitor: uma propaganda de uma academia de ginástica, oferecendo 50% de desconto no pagamento da academia para assinantes do jornal. Como uma alternativa para aqueles que não se sentem atraídos pela academia ao ar livre exibida na matéria, a Academia Kenko Fitness oferece serviços para garantir boa forma e momentos de relaxamento, itens comprovados pelas pessoas que aparecem na imagem da propaganda, satisfeitas e com o corpo aparentemente em boa forma. Essas pessoas, entretanto, têm forma corporal bem diferente daquelas que aparecem no texto sobre a AAL do Parque do Bom Menino, as quais exibem

corpos menos malhados. Notamos nesse arranjo das imagens uma luta discursiva não apenas entre diferentes poderes políticos do Estado, mas uma luta entre os sistemas público e privado, os quais se voltam de forma distinta para questões relativas à qualidade de vida. A rede discursiva construída pela disposição de ambos os textos reflete, assim, a ordem na qual o discurso está inserido, o da saúde e bem-estar, além de representar vantagem comercial para o jornal-empresa, que encontrou neste contexto uma oportunidade para lucrar, ao ceder espaço estratégico para propaganda de uma academia privada.

Por outro lado, não podemos ignorar o fato de as AAL estarem situadas dentro do Parque e não em outro lugar. Pensando nisso, por meio das reflexões de Jacobs (2011), podemos explicar algumas características dos Parques de bairro sob um viés urbanístico/espacial que, de certa maneira, influenciam no modo como as AAL são percebidas e utilizadas. Ela explica, inicialmente, que é muito comum considerar estes espaços como “dádiva conferida à população carente das cidades” (JACOBS, 2011, p. 97), mas, ao contrário disso, a autora propõe considerar estes locais como carentes da “dádiva da vida e da aprovação conferida a *eles*” (p.97). Em outras palavras, o Parque não teria, por si só, vida nem utilidade, necessitando da participação das pessoas para que tenha ou sucesso ou fracasso. Sob a perspectiva das relações de poder, é possível vislumbrar essa relação dos parques com os frequentadores como um efeito das práticas de biopoder, nas quais o fracasso deste parque pode ser entendido como uma representação da resistência da população a este poder, ou seja, o fato de a população não frequentar o parque seria uma forma de ela escapar, de desviar-se da mira do biopoder.

No decorrer de suas reflexões, Jacobs (2011) lista quatro diferentes traços dos projetos dos parques que parecem ser decisivos para a sua aceitação por parte da população, no sentido de atrair o maior número e maior variedade de pessoas, de horários e propósitos de usos: a *complexidade*, a *centralidade*, a *insolação* e a *delimitação espacial*. Destes quatro, somente um traço não é interessante para o nosso trabalho – a *centralidade*. O primeiro deles, a *complexidade*, está relacionado à “multiplicidade de motivos que as pessoas têm para frequentar os parques de bairros” (ibid., p. 112) e, segundo ela, as diferentes atividades que podem ser realizadas neste espaço são decisivas para estimular as pessoas a os frequentarem:

Uma pessoa vai ao parque por diferentes motivos e em horários diferentes: às vezes para descansar, às vezes para jogar ou assistir a um jogo, às

vezes para ler ou trabalhar, às vezes para se mostrar, às vezes para se apaixonar, às vezes para atender a um compromisso, às vezes para apreciar a agitação da cidade num lugar sossegado, às vezes na esperança de encontrar conhecidos, às vezes para ter um pouquinho de contato com a natureza, às vezes para manter uma criança ocupada, às vezes só para ver o que ele tem de bom e quase sempre para se entreter com a presença de outras pessoas. (ibid., p.112-113)

Estas considerações iniciais apontadas por Jacobs (2011) se confirmam quando a matéria apresenta exemplos de frequentadores do parque. O primeiro deles é o funcionário público José Garcia que, segundo o texto (O ESTADO DO MARANHÃO, 2015, p. 6), frequenta o parque desde o ano de 1996. De acordo com o entrevistado, antes ele ia ao parque somente para namorar, mas agora vai para se exercitar na academia, enquanto seus filhos – Graziela, Anderson e Beatriz, com nove, três e dois anos de idade, respectivamente – brincam, nas tardes de sábado, no período em que sua esposa está trabalhando. O entrevistado/frequentador do parque explica que:

‘As crianças ficam muito presas em casa por causa de toda essa violência na cidade. Então, trago eles para brincar um pouco. Essa é uma área boa para quem sabe aproveitar. O esporte é vida e aqui se pratica de graça, ao ar livre. Se você for a uma academia, vai sair caríssimo e você ainda tem que se exercitar no meio daquele ar-condicionado. Aqui é um lugar onde a gente consegue renovar as energias de forma mais saudável. É bom para os meus filhos e para mim também’. (ibid., p. 6).

Na fala de José Garcia, podemos refletir sobre muitas questões além da funcionalidade que ele agrega ao parque. A primeira delas é quanto à gratuidade do espaço, tão admirada por ele. Quando compara a uma academia de ginástica privada, afirma que o valor poderia ser altíssimo, enquanto no parque lhe é permitido o usufruto gratuito. No entanto, sabemos que o valor da construção e da manutenção deste parque já foi e continua sendo paga por todos nós contribuintes, e não é um valor desprezível. Vemos o discurso político sendo reconfigurado pelo sujeito que vê a prestação do serviço público por parte dos administradores como uma dívida, como um presente, e não como uma obrigação para com os habitantes da cidade.

Em segundo lugar, vemos a construção discursiva que o jornal faz do parque como um refúgio, e também como um dispositivo de segurança, num terceiro sentido, que protege as pessoas, especialmente as crianças, da violência da cidade. Quando enfatizamos o contexto das crianças, podemos abordar esta fala do frequentador sob duas óticas diferentes: livrá-las da violência enquanto vítimas, já que na rua elas correm riscos de sofrerem diversos tipos de violência, como

assaltos, furtos, sequestros; e evitar que elas se envolvam com o submundo do crime, como o tráfico de drogas, que vem recrutando cada vez mais jovens e adolescentes para atuarem na movimentação de produtos ilícitos. Assim, as funções atribuídas ao parque superam as expectativas da prática de atividade física ou do ato de passear, o que também representa mais um motivo para se frequentar o parque, de acordo com o traço da *complexidade* (JACOBS, 2011). Essa multifuncionalidade agregada ao parque é uma tática que perpassa os enunciados presentes na matéria e notamos que estes compõem o discurso de que as AAL estão gerindo os corpos a partir de sua inserção neste local e não em outro. Nessa dimensão, a mídia atua como um dispositivo de poder ou de biopoder por pulverizar, via informação, a relevância que esses espaços têm para a cidade e os cidadãos, agindo como mediadora entre esses dois polos.

Na mesma direção, a fala do casal Washington Reis e Kaliny Barros, apresentada posteriormente, mostra que, sempre que têm tempo livre, eles se encontram no Parque do Bom Menino. O que prova que, de fato, as pessoas também vão ao parque para namorar, mas aí também é possível ver o trabalho de um poder que mantém sob seu olhar os sujeitos, que passam a ser vigiados e vigilantes de outros sujeitos dentro dessas áreas “livres”. O mesmo acontece com Paula Sousa e Maurício Macedo, casal de namorados cujo relacionamento já dura três anos: ele, militar, costuma ir ao parque para praticar *cooper*, assim como aproveitar o espaço na companhia da namorada. (O ESTADO DO MARANHÃO, 2015, p. 6).

Podemos ainda associar a fala de José Garcia à segunda característica atribuída aos parques por Jacobs (2011), que é a *insolação*. Segundo o autor, o “sol faz parte do cenário para as pessoas, claro que sob uma sombra no verão” (JACOBS, 2011, p. 115). Assim, as áreas ao ar livre, expostas à luz do sol, ou a sombras, são atraentes. Podemos notar, na fala do primeiro entrevistado disposta mais a cima, que uma das vantagens do parque é de ter a academia em uma área livre, onde se pode respirar um ar mais natural em vez de estar enquadrado em um prédio, respirando um ar produzido artificialmente pelos aparelhos condicionadores de ar.

Além disso, o primeiro casal também destaca o fato de não haver muitos “espaços públicos na cidade tão arejados e com estrutura semelhante ao Parque do Bom Menino.” (O ESTADO DO MARANHÃO, 2015, p. 6), uma voz que pode ter sido

escolhida para representar outras. É possível observar um domínio de memória nesse enunciado, no qual esta voz selecionada pelos jornalistas e editores da matéria fala por muitas e interage com outras vozes. Vimos que o sujeito, para a AD não é o indivíduo que toma posse da palavra naquele instante, mas é quem ocupa determinado lugar na função enunciativa (FOUCAULT, 2015a). O sujeito, portanto, desse dizer, não seria José Garcia, ou apenas ele, mas um espaço ocupado por sujeitos que sentem falta de mais espaços arejados, mais parques com AAL, mais áreas verde espalhadas pela cidade. Já a memória do enunciado consiste na relação deste com outros já ditos, e podemos contemplar um exemplo no próprio título da matéria (O ESTADO DO MARANHÃO, 2015, p. 6), que também critica a falta de outros espaços como o Parque do Bom Menino (obra do governo Sarney), na cidade.

O último traço é a *delimitação espacial*, a qual determina que o tamanho e a localização do parque influenciam diretamente na reação das pessoas frente aos usos previstos do mesmo. Assim, ele explica que os parques podem não ser atraentes quando se localizam “exatamente nos locais onde as pessoas não passam e provavelmente nunca vão passar.” (JACOBS, 2011, p. 116). Partindo deste ponto, podemos, também, atribuir o sucesso do Parque do Bom Menino à sua localização, uma vez que todos os entrevistados se mostram satisfeitos com a localização do parque. E os enunciados da matéria também enfatizam que a localização do Parque pode ser visto como um diferencial, já que está situado na parte central da cidade. Entretanto, essa informação silencia outras, como o fato de ser esse um lugar da cidade que tem alta rotatividade de veículos, o que pode gerar uma sobrecarga de poluentes na atmosfera.

Ao pensarmos a relação do texto verbal com o não verbal, compreendemos que este também significa na trama do discurso, pois também materializam discursos em funcionamento na história (FERNANDES, 2012, p. 44). Podemos notar que a imagem opera como uma prova de tudo o que foi dito pelo texto verbal, especialmente pelos entrevistados, já que na imagem aparecem crianças e adultos, casais, todos convivendo no mesmo espaço e o aproveitando para os mais diferentes fins, além de mostrar um clima ameno proporcionado pelas sombras das árvores. Este cenário dialoga com o que Serpa (2007) comenta acerca dos parques quando este afirma que eles estão na moda, pelo fato de, na atualidade, produzir-se “o consenso de que o parque público contribui para melhorar a qualidade da vida

urbana e oferece aos habitantes das cidades espaços recreativos e de lazer [...]” (SERPA, 2007, p. 82).

Descrever todas essas características conferidas ao Parque do Bom Menino pelo texto publicado no jornal *O Estado do Maranhão* (2015) nos leva a perceber a Academia ao Ar Livre como sendo um dispositivo mais complexo que ela parece ser quando pensada de forma isolada. É necessário que a vejamos, neste caso, como um equipamento inserido em um espaço, em um contexto, em um paradigma, para, a partir daí, entender que ela funciona como um mecanismo de controle sobre a vida e simultaneamente como elemento de *marketing* político, pois ela é projetada como manifestação concreta de um poder político que se ocupa das vidas de seus “súditos”. Por meio do conjunto de elementos discursivos, entre textos verbal e não-verbal, a mobilização de memórias, a própria seleção das falas (e) dos entrevistados, a população massificada é levada, convencida, a usar as AAL a fim de ter sua vida otimizada a partir do usufruto destes aparelhos. Importante ainda salientar que um dos efeitos desses equipamentos na cidade é o de levar a crer que todos os moradores da cidade podem ter acesso a um estilo de vida de classe média (SÁNCHEZ, 2016).

Por outro lado, a matéria (2) publicada no jornal *O Imparcial*, no dia seis de março do ano de 2016, no caderno *Urbano*, em sua página online, noticia a inauguração de uma praça revitalizada pela administração municipal, como mostra o título da matéria: *Praça é inaugurada no bairro Habitacional Turu* (figura 4).

O texto não verbal, composto por uma imagem que ocupa a parte superior central da matéria, ilustra o momento da inauguração do espaço, inclusive com fogos de artifícios. O texto verbal principal inicia destacando o prefeito Edivaldo Holanda Júnior - no texto, somente prefeito Edivaldo - na entrega da praça aos moradores, que, segundo o texto (O IMPARCIAL, 2016), apareceram em grande número para prestigiar o que soou muito com um evento, como podemos perceber, também, na segunda imagem da matéria, disposta abaixo (figura 5). A espetacularização da cidade por meio dos enunciados revela uma dimensão mercadológica criada pelo texto, envolvendo cidadão e cidade, cujas relações se estreitam entre “sociedade de consumo e uma nova concepção de cidadania, o cidadão é confundido com consumidor e, por sua vez, a cidade é confundida com o mercado” (SÁNCHEZ, 2016, p.311).

Figura 4: Inauguração da praça Irmã Gabriela Torselli<sup>6</sup>, Habitacional Turu



Fonte: Jornal *O Imparcial*, 2016, s/p

Figura 5: Inauguração da praça Irmã Gabriella Torselli, Habitacional Turu



Fonte: Jornal *O Imparcial*, 2016

Em seguida, nas palavras do próprio prefeito, temos a descrição do momento da inauguração da praça:

Este é mais um **local revitalizado** pela Prefeitura de São Luís, fico feliz de ver vocês aqui desfrutando do nosso espaço público de diversão, de prática de atividade física, propício para a reunião com a família e amigos, tudo feito com muito carinho por nós e que agora vocês possam cuidar com zelo. (O IMPARCIAL, 2016, s/p. grifo nosso)

<sup>6</sup> A grafia de *Torselli* varia ao longo da matéria, podendo ser encontrada como *Torcelli*.

Assim, a matéria segue explicando as melhorias que a nova praça recebeu, comparando-a com o que existia no mesmo local antes da revitalização: um local inutilizado e abandonado e não contava com nenhuma infraestrutura de esporte e lazer, agora, após as mudanças, muitos serviços foram realizados, como pinturas, construção de canteiros com plantios, recuperação do calçamento e da iluminação e instalação dos aparelhos da academia ao ar livre.

Podemos fazer uma leitura da fala do prefeito a partir de uma discussão muito frutífera sobre os usos do espaço público no momento histórico em que nos encontramos. Lima (2007) comenta que este debate é alimentado à medida que revisitamos a “problemática dos habitantes da cidade que se fecha, cada dia mais, no seu universo privado, em detrimento do público [...]” (LIMA, 2007, p. 20), o que ocorre em consequência a uma série de fatores, como o medo da violência e a própria inversão de valores no que tange à apreciação da rua, da praça e do bairro como um todo (LIMA, 2007). Essa troca do público pelo privado, da praça pela televisão, da rua pelos *shoppings centers* é muito bem descrita por Souza (2006 *apud* LIMA 2007, p. 19) como cidade-prisão:

A cidade-prisão [...], sociopoliticamente fragmentada, na qual, crescentemente, a pobreza grassa, a violência se alastra, territórios ilegais se superpõem ao território formalmente controlado pelo Estado (ou pela “face oficial” do Estado): os territórios dominados por traficantes de drogas. No extremo oposto do espectro socioeconômico, territórios de autoproteção da classe média e da burguesia (“condomínios exclusivos” e, menos fortemente, ou mais porosamente, *shopping centers*) também se multiplicam. (SOUZA, 2006 *apud* LIMA 2007, p. 19).

Neste sentido, podemos ver um movimento inverso nestas ações de revitalizações de praças por parte da administração municipal. Isto se confirma em dois diferentes momentos: o primeiro, na fala de Edivaldo, quando afirma que a partir dali, será responsabilidade da comunidade cuidar da praça com zelo, criando uma relação de dependência da praça aos cuidados dos frequentadores. Segundo Orlandi (2011), “o corpo dos sujeitos está atado ao corpo da cidade e estes são significados por essa ligação” (ORLANDI, 2011, p. 695) e, por este viés, vemos a relação que é estabelecida entre a comunidade e a praça no fio do discurso, instaurado na fala do prefeito Edivaldo Holanda Júnior. Relação essa que reside na apropriação dos cuidados com aquele espaço para si, a partir dali, cada frequentador/morador seria responsável pelo zelo da praça como é responsável pelo próprio corpo, pela própria vida.

O segundo momento se dá quando observamos a fala de uma das moradoras residentes próximo à praça:

A dona de casa Helena Silva aprovou a iniciativa. “Eu achei ótima a entrega desta praça reformada, fica muito bom para nós, para nossas crianças. Eu moro aqui perto e agora vou trazer meus filhos para brincar aqui. É um local também para os jovens e os idosos frequentarem, bater um papo, interagir, aproveitarem a academia ao ar livre”, assinalou. (O IMPARCIAL, 2016, s/p).

A praça, neste contexto, funciona como uma arma contra a redução do espaço público nas condições em que se encontra a cidade. A academia ao ar livre é, reconhecidamente, um elemento catalisador desse apelo em nome da praça, em nome da rua, do espaço público. Essa convocação se procedeu de modo ainda mais forte por dois motivos, o primeiro encontramos na explicação do nome dado à praça:

Representando a irmã Gabriella Torcelle, homenageada de que deu nome à praça pelos serviços comunitários ao bairro, dona Conceição de Maria agradeceu em nome da família a deferência concedida. “É um reconhecimento de toda a ajuda, bondade, e serviços voluntários prestados por Gabriella durante décadas aqui. Ficamos felizes, assim então, por fazerem dela uma memória viva”, declarou. (O IMPARCIAL, 2016, s/p).

Assim, há uma relação de afetividade com a praça criada pelo vínculo à irmã Gabriella, que passa a ser uma representante dos moradores e, por este motivo, recebe a homenagem. O segundo motivo está na própria localização da praça, que fica dentro do bairro. Assim, as pessoas não precisam se deslocar de suas casas para terem acesso à praça, como vimos na fala da Helena Silva, mostrada acima, crianças, jovens e idosos podem aproveitar o espaço por morarem próximos a ele. O discurso de valorização da comunidade, do bairro, do retorno ao convívio nas praças tem sido regular nestes tempos em que a cidade tem seu espaço público reduzido, ou pelo menos evitado, por muitos fatores já comentados anteriormente.

Pensar nestes dois motivos que elencamos nos remete ao que Foucault (1988) nos fala sobre a relação do poder com a resistência e nos alerta, ainda, que:

[...] A análise dos mecanismos de poder não tende a mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e sempre vencedor. Trata-se, ao contrário, de demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataques de uns e de outros. (FOUCAULT, 2015b, p. 341-342).

Ao contemplarmos essa entrega que a prefeitura faz da praça à população identificamos uma tentativa de construir discursivamente o sentimento de pertencimento àquele espaço e a tudo o que ele significa, a fim de se evitar a resistência a esta prática resultante da atuação do biopoder.

A matéria prossegue e o texto lista uma série de praças que já foram reformadas e as que ainda vão receber os tais serviços. Aproveita para enfatizar o empenho da prefeitura em intervir “em vários bairros da cidade com reforma de praças e construção de espaço que favorecem a convivência e a prática de esporte e lazer” (O IMPARCIAL, 2016, s/p). Além disso, cita todas as autoridades presentes na solenidade de inauguração, como vereadores, secretários e ex-secretários, e dá voz a dois deles: ao deputado Weverton Rocha, líder do PDT na câmara federal, segundo o texto, e ao vereador Ivaldo Rodrigues, vice-líder do governo que é um político conhecido por atuar em prol dos interesses deste e de outros bairros adjacentes, inclusive tendo residência em um bairro vizinho ao qual recebeu a praça:

Após o descerramento da placa de inauguração, o deputado Weverton Rocha, líder do PDT na Câmara Federal, destacou o empenho do poder público municipal em valorizar os espaços públicos e a parceria da comunidade nesse trabalho. “O povo sabe quem trabalha, quem é sério, em face de toda a crise vivida no país, a exemplo do Rio Grande do Sul onde o pagamento dos servidores foi parcelado, aqui o prefeito Edivaldo além de permanecer em dia com o funcionalismo, ainda faz da cidade um canteiro de obras.

O vice-líder do governo, vereador Ivaldo Rodrigues, ressaltou que a restauração da praça era uma reivindicação que se estendia ao longo dos anos. “Estou muito alegre de ver essa luta da comunidade sendo atendida e concretizada graças o prefeito Edivaldo. É dia de comemorar!”, disse Ivaldo Rodrigues. (O IMPARCIAL, 2016, s/p).

O teor de ação política é bem evidente na matéria, especialmente a partir deste ponto, uma vez que é visível a ênfase que se dá à competência da administração municipal por conseguir realizar reformas de tantas praças e espaços públicos, mesmo com a crise econômica e política que atinge os estados do Brasil, como o do Rio Grande do Sul, citado pelo deputado Weverton Rocha, naquele momento. Podemos, a partir disso, observar a reforma das praças e, sobretudo, a instalação das AAL, como uma atitude política-eleitoral, pensando na visibilidade que o Prefeito e sua base aliada poderiam ter naquele ano de 2016, ano das eleições municipais, nas quais Edivaldo Holanda Júnior conseguiu a reeleição. Este cenário pode ser imaginado como uma corrida eleitoral, na qual os candidatos

tinham de mostrar seus projetos, sobretudo quem já ocupava o cargo, no caso de Edivaldo, e utilizar a esfera pública para levar a população (eleitores), a aderir a seu plano de governo. Nesse âmbito, as intervenções urbanas funcionam como poderoso dispositivo de promoção das ações políticas.

Quando lançamos um olhar comparativo para as duas matérias, podemos notar grandes diferenças nos enunciados provenientes de cada uma, mas o discurso que rege e atravessa a ambas é o mesmo. Uma via para explicar estas diferenças seria o fato de cada um dos jornais estar inserido em uma ordem do dizer: O Estado do Maranhão – matéria 1 – é reconhecidamente o representante da oposição ao governo municipal, enquanto O Imparcial, notoriamente, apoia a candidatura do então prefeito Edivaldo Holanda Júnior. Faria (2007) comenta, quanto a isso, que a imprensa sofre por sua “estrutura oligopolista e a concentração da propriedade dos conglomerados multimídia. No caso brasileiro, tais aparatos estão sob o controle de reduzidos grupos econômicos (de origem familiar ou vinculados a políticos)” (FARIA, 2007, p. 177). Portanto, compreendemos que estas duas materialidades falam de um lugar, ecoam vozes que não são aleatórias, e tampouco estão livres das relações de poder que processam o dia-a-dia jornalístico.

Se voltarmos ao texto da matéria 1, veremos que ele não cita os nomes nem da prefeitura de São Luís, nem do prefeito, mas relembra aos leitores que o Parque do Bom Menino foi construído durante a administração estadual do então Governador José Sarney, em 1970, que desponta a família opositora ao então prefeito de São Luís. Ademais, o subtítulo da matéria figura como uma crítica aos administradores ao afirmar, em um local de destaque, que o Parque é um dos poucos espaços na capital que oferece espaço adequado para prática de atividade e de lazer.

Acontece exatamente o contrário na matéria 2, que cita a administração municipal como responsável pelas obras, cita o nome do prefeito e de sua base aliada que estava presente na solenidade de inauguração da praça e, principalmente, abre espaço para as falas do prefeito, do vice líder do governo e do deputado federal. A imagem disposta no início da matéria do jornal O Imparcial, reafirma o tom de espetáculo dado à reforma e entrega da praça, com fogos de artifício, balões e placa de inauguração, que deixa marcado para a posteridade quem foi o responsável pela obra.

Entendemos que o discurso que regem ambas as matérias é o mesmo, uma vez que as duas buscam informar à população, cada uma a seu modo, que há um espaço público que permite a prática de atividades físicas por meio do uso dos aparelhos de academia ao ar livre, que é gratuito, que está localizado próximo das suas residências, que apresenta um clima arejado e pode ser um ponto de encontro de famílias, casais, amigos etc. As duas, portanto, trabalham pela manutenção da verdade de nossa época, na qual o corpo é regido pelas relações de poder sob a justificativa de torná-lo disciplinado e, antes de tudo, produtivo. Vimos também que, de acordo com o que Foucault (1988) nos explica, estas relações são estabelecidas fora de uma dimensão repressiva ou violenta, o que também é visível quando um olhar mais direcionado é lançado sobre as duas matérias.

A reorganização do espaço também está em questão. A urbanização transforma esses espaços transitórios, ou heterotópicos (FOUCAULT, 1984), em representações da cidade ideal, na qual lançamentos incessantes das novidades, entendendo a instalação das AAL enquanto tal, têm como função diferenciá-las, primeiramente, de produtos diferentes que também estão circulação na urbe a fim de conquistar a adesão social e, em segundo plano, destacar essas “obras e serviços visíveis, sobretudo os que tenham caráter monumental e simbólico” (SÁNCHEZ, 2016, p. 311) em detrimento de obras (não) feitas pela gestão anterior.

Nas entrelinhas dessas relações de poder, estão os significados produzidos para a cidade, que se insere na ordem da biopolítica quando consideramos que as instalações das academias ao ar livre a tornam uma capital moderna e, mais importante que isso, uma capital saudável, cujos habitantes estão atentos às necessidades do corpo. Além disso, promovem um espaço urbanizado, planejado para que se ultrapasse o aspecto contemplativo do morador/frequentador e o torne parte e, antes de tudo, dono do espaço.

O discurso difundido pelo discurso jornalístico, representado aqui pelo *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, contribui, atua na construção do verdadeiro de nossa época, já que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral de verdade’” (FOUCAULT, 2015b, p. 52). De acordo com Deleuze (1992 *apud* BARACUHY; PEREIRA, 2013), a sociedade midiática é uma sociedade de controle, na qual há intensificação do controle de forma bastante sutil e rarefeita. Nos deparamos, na dispersão dos enunciados encontrados em ambas as matérias, com

a regularidade discursiva que consiste na busca de garantir esse controle contínuo sobre o corpo.

### **3.3 O discurso da Prefeitura de São Luís e a produção de identidades**

Verificar como as AAL foram discursivizadas nos textos publicados pelos canais oficiais da Prefeitura de São Luís é um passo importante para a resolução de nossa problemática. O recorte do *corpus* foi processado de maneira que uma matéria foi selecionada, denominada por nós como texto da prefeitura. Ele foi publicado em uma página da Prefeitura de São Luís, na *internet*, e selecionado, dentre muitas, por evidenciar o discurso da Prefeitura da cidade enquanto instituição responsável pelas melhorias feitas nas praças e espaços públicos, dando espaço para múltiplas vozes reafirmarem isso ao longo do texto.

Gostaríamos de lembrar, antes de tudo, que a atuação do biopoder tem de ser analisada em suas especificidades. Devemos considerar que:

A questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelhos de Estado. O poder é mais complicado, mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado. Não se pode entender o desenvolvimento das forças produtivas próprias ao capitalismo, nem imaginar seu desenvolvimento tecnológico sem a existência, concomitante, dos aparelhos de poder. (FOUCAULT, 2015, p. 334-335).

Assim, pensar o texto selecionado como representativo do discurso da prefeitura municipal de São Luís sobre o tema aqui abordado nos leva a o que Foucault nos propõe quanto às características do poder, e da maneira como este é analisado. Por essa via, vemos que as relações de biopoder estão estritamente ligadas às transformações do espaço da cidade. Conforme Foucault (1984), o espaço subjetiviza. e nesse sentido, as mudanças pelas quais as praças passaram durante o programa de revitalização são um caminho para resignificar os próprios sujeitos, suas mentes e corpos. Além disso, a imagem que se produz da cidade nestas discursividades confere a ela subjetivações que derivam dessa forma de organizar o espaço e de como são conferidas a ele novas funções, que é o que acontece com a instalação das AAL nesses locais.

Iniciamos nosso percurso analítico deste subtópico com a matéria selecionada. Ela está sitiada na página da Agência de Notícias, onde também se

encontram outras dezenas de notícias divulgando inaugurações de praças e espaços revitalizados, entre outras ações da Prefeitura. Atualizada pela última vez em dezessete de dezembro do ano de 2015, a matéria, cujo título é *Prefeitura entrega à população duas praças no bairro da Camboa*, aborda a inauguração de duas praças no bairro Camboa: a Praça da Camboa e a Praça Carlos Chaib, localizadas no canteiro central da Avenida José Sarney (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS – PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2015).

Figura 6: Entrega das Praças pela Prefeitura, no bairro Camboa



Fonte: Agência de notícias – Prefeitura de São Luís, 2015

O ato de entrega da praça (figura 6) contou com a presença do prefeito Edivaldo Holanda Júnior, sua esposa Camila Holanda, auxiliares, secretários, entre os quais o secretário municipal de Urbanismo e Habitação, Diogo Lima, vereadores, o representante da construtora responsável pela execução das obras nas praças, Thiago Carvalho, a família de Carlos Chaib, cujo nome foi dado a uma das praças, e os moradores do bairro (ibid., 2015). Podemos observar como eles parecem fraternos e contentes com o descerramento da placa de inauguração de uma das praças.

O início do texto verbal da matéria expõe o seguinte:

O prefeito Edivaldo entregou, na manhã desta quinta-feira (17), mais dois espaços públicos construídos para proporcionar o bem-estar da população ludovicense: as praças da Camboa e Carlos Chaib, construídas em dois trechos distintos do canteiro central da Avenida José Sarney, na Camboa. Acompanhado da primeira-dama, Camila Holanda, de auxiliares e lideranças políticas comunitárias locais, o prefeito descerrou as placas de

inauguração das praças, disponibilizando à comunidade um novo ambiente para o lazer dos moradores.

Na inauguração, o prefeito Edivaldo destacou **a funcionalidade** e a importância da reestruturação dos novos espaços. "Agora a população pode contar com um ambiente agradável e saudável para o seu lazer e bem-estar. E é isso o que queremos: proporcionar qualidade de vida aos moradores. Estamos transformando muitos espaços degradados e esquecidos da cidade em locais onde as pessoas possam conviver, praticar atividade física e passear com seus filhos. Fazemos isso porque entendemos que o bairro é o espaço onde as pessoas vivem, por isso estamos desenvolvendo diversos projetos de reestruturação e revitalização de logradouros públicos para proporcionarmos à comunidade **novos espaços de convivência**", disse o prefeito Edivaldo. (ibid., 2015, grifos nossos).

Vemos que a ênfase do título da matéria dada à ação da prefeitura, no texto é repassada para a figura do prefeito Edivaldo. Por meio deste discurso, os regimes de verdade vão se perpetuando, garantindo um controle do espaço e, conseqüentemente, do corpo da população por meio dessas praças reformadas. Quando pensamos na transformação de "muitos espaço degradados e esquecidos da comunidade" (ibid., 2015) proposta pela prefeitura, nos remetemos ao que Orlandi (2011) nos fornece sobre a relação do corpo da cidade com o corpo do sujeito. Nesse âmbito, se o corpo da cidade estava degradado e esquecido, segundo o prefeito Edivaldo, isso significa dizer que o corpo do sujeito também o estava. Os *novos espaços de convivência* voltam-se, desta maneira, não somente para o paisagismo do espaço público, mas buscam garantir melhor qualidade de vida para os moradores e frequentadores dos espaços, agregando novas funções às praças, sendo as AAL tratadas como um dos diferenciais a elevarem esses projetos de reestruturação.

Também é importante destacar na fala do prefeito "Estamos transformando muitos espaços degradados e esquecidos da cidade em locais onde as pessoas possam conviver, praticar atividade física e passear com seus filhos", o caráter heterotópico (FOUCAULT, 1984) das praças revitalizadas, já que terá uma sobreposição de funções.

Em seguida, a matéria disponibiliza uma imagem (figura 7) da academia ao ar livre sendo utilizada por dois moradores, enquanto outras pessoas observam. Dentre elas, o prefeito Edivaldo, que demonstra no rosto uma expressão de orgulho enquanto olha para uma moradora, que também sorri, utilizando um dos aparelhos da academia.

Figura 7: Moradores utilizando aparelhos da academia ao ar livre, Camboa, São Luís-MA



Fonte: AGÊNCIA DE NOTÍCIAS – PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2015

Vemos na mesma imagem que o espaço onde foram instalados os aparelhos está envolto por um alambrado, que serve para demarcar ou separar este espaço dos demais dispostos ao longo da praça. A organização espacial, conforme já dito, é mais uma maneira de regular o corpo, pois, a distribuição deste espaço significa o controle dos corpos que o ocupam, como aconteceu com o hospital, que teve seus espaços internos e sua localização racionalmente planejados de modo a considerar uma série de fatores que permitissem e melhor conduzissem o disciplinamento dos corpos (FOUCAULT, 2015b).

Posteriormente, a matéria explica as duas etapas do processo de construção de ambas as praças. A primeira, da praça Camboa, e a segunda, da praça Chaib.

A reforma dos espaços foi realizada em duas etapas, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh). A Praça da Camboa, que compreende uma área de 2.311,52m<sup>2</sup>, conta com canteiros ajardinados em toda a sua extensão, bancos, rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida, lixeiras e uma academia ao ar livre, onde foram disponibilizados diversos equipamentos para a prática de atividades físicas e esportivas, como multi-exercitador, simuladores de cavalgada, de esqui, de caminhada e de remo; surf com pressão de pernas, rotação dupla diagonal e diagonal com vertical.

Já a Praça Carlos Chaib, o segundo espaço restaurado no canteiro central da Camboa, com uma área de 3.540,70m<sup>2</sup>, tem agora playground, novas calçadas para o passeio público, rampas de acesso, canteiros, academia ao ar livre, além de lixeiras.

Os espaços também ganharam nova iluminação, em toda sua extensão, com a instalação de 23 novos postes, trabalho executado pela Secretaria

Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp), por meio da CiteLuz. (ibid., 2015)

Notamos que esta parte do texto descreve detalhes mais técnicos dos espaços transformados. Dentre estas especificações, estão o tamanho da área das praças e todas as melhorias que elas receberam. Note-se que, aqui, são dados os nomes dos aparelhos da academia e logo em seguida aos parágrafos descritivos, há uma imagem da academia, com os aparelhos e uma placa que geralmente contém as respectivas instruções de uso e dicas para alongamento do corpo (figura 8). Lembramos, a esta altura, que os textos jornalísticos outrora analisados não enfatizaram estes dois elementos como o fez a Prefeitura em sua página, demonstrando, assim, uma descrição mais detalhada das AAL e de suas funções.

Quando vemos essa imagem, ampliamos nossos olhares rumo às redes discursivas que circundam o acontecimento da inauguração das praças em São Luís. As placas de instruções instaladas nestes espaços nos remetem a um contra discurso que também circulou nas mídias, especialmente os que configuram uma posição político-ideológica oposta à da Prefeitura, e mostravam os riscos aos quais a população estava exposta ao utilizar os aparelhos da academia ao ar livre por não terem auxílio de nenhum profissional que orientasse o uso adequado e seguro dos aparelhos.

Figura 8: Academia ao ar livre na praça



Fonte: Ibid., 2015

As reportagens denunciavam os flagrantes de pessoas vestidas inadequadamente para a prática de atividades físicas, que utilizavam incorretamente

os aparelhos, especialmente quando se tratava da postura e dos movimentos corporais, a não hidratação do corpo entre outros. A prefeitura de São Luís chegou a se pronunciar quanto a isso e explicou que as placas estavam fixadas visivelmente em todos os espaços que dispunham das academias e nelas constavam as instruções necessárias. Além disso, alegou que não seriam necessários profissionais, como educadores físicos, para auxiliar o uso dos aparelhos uma vez que uso deles não comprometia a saúde do corpo, por não exigirem força nem movimentos que representassem riscos à saúde.

Voltando ao texto da matéria, vemos também que as praças receberam serviços que permitem a pessoas com mobilidade reduzida o acesso aos espaços. Contemplando este detalhe por um viés discursivo, veremos que a atenção dada a estas pessoas reflete um jogo de poderes que opera o controle do corpo, não só daqueles considerados saudáveis, mas inclusive aqueles que apresentem alguma limitação, por meio da disposição de rampas de acesso.

Posteriormente, a matéria traz a fala do secretário municipal de Urbanismo e Habitação, Diogo Lima, que explica a importância da obra para a comunidade. Segundo ele, há muito tempo se reivindicava alguma atitude dos governantes para melhorar aquele espaço, o que, para ele, atesta a eficiência do prefeito, pois depois de tanto tempo, só nesta gestão, o problema dos canteiros centrais, que costumavam ser ocupados por carroças, lixo e mato, estava sendo resolvido. Assim, esta seria “a verdadeira mudança promovida por uma gestão que valoriza o cidadão, o local onde ele vive e que leva os serviços públicos aos que mais precisam” (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS – PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2015). Vemos, novamente, os enunciados dos representantes da prefeitura dialogarem com o que nos afirma Orlandi (2011): “a ingerência sobre o urbano é a ingerência sobre os sujeitos” (ORLANDI, 2011, p. 695), em outras palavras, compreendemos que o tempo que a população ficou sem as praças, e sem as AAL, seus corpos estavam parcialmente livres da gerência do biopoder, especialmente os que atuam nesta dimensão biopolítica. Os corpos, a partir deste dispositivo, serão inseridos nas rédeas do biopoder, incluídos no alcance de suas práticas, atravessados pelo discurso da qualidade de vida, da saúde, da sociabilidade que se encontra na praça etc.

Em seguida, as falas de duas moradoras antigas do bairro confirmam o que as entrelinhas discursivas apontam, assim como refletem a sutileza e a aparente

ação democrática do biopoder, pois elas não veem a inauguração das praças sob uma perspectiva discursiva e enquanto corpos inseridos nas relações de biopoder, mas como um ‘presente’ da prefeitura para a comunidade:

A aposentada Izaura Rodrigues de Souza, de 71 anos, foi uma das primeiras a utilizar o simulador de caminhada da academia ao ar livre. Ela relatou que mora no bairro da Camboa há mais de 50 e que por todo esse tempo a população almejava a transformação daquele espaço em um ambiente melhor para todos. “Nós, idosos, agora temos um local para realizarmos nossas atividades físicas, perto de casa. O espaço ficou maravilhoso; era tudo o que desejávamos”, disse, alegremente, a aposentada.

Já a líder comunitária, Ivonilde Teixeira, de 44 anos, também moradora do bairro há mais de 25 anos, relatou que a transformação do espaço que servia de estacionamento de carroças e jumentos era um sonho antigo da população. “Por longos anos peregrinamos pelos gabinetes solicitando que alguma atitude fosse tomada para melhorar a utilização desse espaço. Agora, vendo as praças totalmente revitalizadas, custamos a acreditar que o sonho foi enfim realizado”, disse ela. (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS – PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2015)

Assim, a fala das duas moradoras traduz a lógica dos corpos controlados na sociedade de controle. Seus hábitos e comportamentos serão, agora, regulados e vigiados, para a manutenção das instituições disciplinares que se refinaram e, agora, já não atuam em espaços específicos, tampouco fechados e limitados fisicamente (FOUCAULT, 1988).

O nome dado a uma das praças foi em homenagem a um antigo morador, militar, músico e compositor. Carlos Chaib atuou como liderança naquela comunidade e agora sua família via o reconhecimento por sua participação ativa em prol do bem da população do bairro da Camboa. E então, questionamos: por que este nome foi escolhido para a praça e não outro? O mesmo caso aconteceu com a praça Irmã Gabriella Torselli, no bairro Habitacional Turu. Vemos que os nomes desses locais são dados a partir de uma pessoa representativa do bairro, isso ocorre, pensamos, para que a comunidade se reconheça nessa localidade, valorizando-a de maneira mais pessoal e afetiva, e não somente por ser um espaço do seu bairro.

Atentando para a voz dada às moradoras enquanto representantes do discurso da comunidade, notamos que elas demonstram estar muito satisfeitas com a inauguração do espaço e com a possibilidade de praticar atividade física ao ar livre, gratuitamente e sem precisarem se deslocar de seu bairro para isso.

O discurso da Prefeitura destaca, portanto, o envolvimento dos próprios cidadãos nos projetos de renovação das praças e como eles compram a ideia das AAL. Ele consegue criar, para e na maioria da população, um sentimento de orgulho e, especialmente, de pertencimento à cidade, contexto no qual não há espaços para descontentamentos ou contradições.

A parte final do texto apresenta as autoridades que participaram do ato de inauguração da praça e, logo em seguida, é disponibilizado um *link* para abrir a galeria de imagens da reportagem. Voltamos nosso olhar para o todo da matéria e visualizamos como a prefeitura de São Luís discursiviza as AAL por meio desta reportagem. O controle sobre o corpo através da revitalização destes espaços, como em muitos outros espalhados pela cidade, mostra a atenção da entidade para com o corpo, mas devemos considerar que “quanto maior a atenção dada ao corpo, maior é o controle sobre ele” (BARACUHY; PEREIRA, 2013, p. 325).

A governamentalidade, denominada por Foucault (2015b) como o governo de si e do outro, indica ao sujeito determinadas maneiras de pensar e agir, consideradas as mais adequadas para a sociedade. Governar a vida nesta nova forma de gerir o corpo é ditar o que é o corpo saudável e regular a população, não mais um indivíduo. Assim, nas análises empreendidas até aqui, vimos como a governamentalidade se apresenta cada vez mais consolidada no início do século XXI em São Luís, por meio dos discursos pulverizados pelas mídias sobre as AAL.

Percebemos, portanto, que a cidade passa a ser construída discursivamente pelos dizeres presentes nessas redes discursivas. Quanto a isso, Orlandi (s/d) declara que “a cidade é um espaço real de significação” (ORLANDI, s/d, p. 4). Nesta última análise, considerando a posição social e histórica do sujeito enunciador, no caso a instituição Prefeitura de São Luís, vemos uma cidade significar, ou ser significada, à medida que os enunciados vão se materializando para compor o 1) discurso da saúde, da melhor qualidade de vida, especialmente quando, na própria inauguração, exhibe os moradores já fazendo uso dos aparelhos; e 2) do melhor aproveitamento do espaço público, ao exhibir constantes comparações entre o que eram e no que se transformaram os espaços revitalizados. Assim, a São Luís idealizada pelos discursos da prefeitura é aquela em que os espaços públicos, como praças e logradouros, são inseridos na ordem da multifuncionalidade em detrimento ao aspecto estético, pois “de observadores, eles [os moradores] assumem agora a condição de usuários de espaços organizados para satisfazer suas necessidades”

(SERPA, 2007, p. 81), as necessidades do corpo em vista de manter e/ou melhorar a qualidade de vida e evitar a morte.

Nesse processo de identificação e representações, vemos a mídia atuar e dominar outras formas de circulação dos discursos. Ela cria sentidos, retoma memórias em detrimento de outras enquanto “suas formas visuais e verbais estão suplantando as formas da cultura livresca [...], suas imagens e celebridades substituem a família, a escola e a igreja como árbitros de gosto, valor e pensamento” (KELLNER, 2001, p. 27). Assim, na sociedade contemporânea, as novas experiências e os novos sentidos perpassam, necessariamente, a mídia.

Por meio das imagens das praças revitalizadas e das academias ao ar livre oferecidas por diferentes mídias, vemos que não apenas a cidade de São Luís é significada, como o poder público promove suas ações, pelo disciplinamento de corpos, produção de subjetividades e ordenamento do espaço.

## Considerações finais

---

A cidade e o corpo se relacionam, especialmente, por meio dos modos como são regulados e vigiados em prol da manutenção das relações de poder que atuam em nossa sociedade. As práticas biopolíticas incidem seus saberes sobre os corpos, assim como sobre o espaço e seus usos, através de biopoderes. A necessidade do Estado em intervir sobre o espaço para regular o corpo, por meio da instalação das AAL, surge em função de não permitir que o sujeito deixe de produzir, ou produza menos.

O biopoder, como vimos, não substituiu o poder disciplinar, mas o modificou de modo a aprimorar os procedimentos e dispositivos por este utilizados para atuar. Entender como se processam as práticas de biopoder por meio do discurso é tarefa necessária em nossa atual sociedade quando entendemos que é no que é efetivamente dito que se concretizam os desejos objetos de poder.

Os discursos presentes na mídia compõem a história política do corpo no presente. Ou seja, nela, vemos a construção da realidade sócio-histórica do corpo e testemunhamos a forma como vem sendo dirigido, regulado, controlado. Fomos conduzidos a pensar a maneira como o corpo é controlado pelos discursos que abordam as Academias ao Ar Livre instaladas em espaços públicos da cidade de São Luís. Utilizando o método arqueogenealógico pensado por Foucault (2015a; 2015b), analisamos como se dá o gerenciamento do corpo nestes discursos, além de verificar que sentidos eram discursivamente construídos para a cidade.

O primeiro capítulo procurou abordar os aspectos do discurso, como objeto da Análise do Discurso de vertente francesa. Assim, as noções-conceito propostas por Foucault (2015a) são de grande relevância para a perspectiva de discurso adotada nesta pesquisa. É neste capítulo, ainda, que vemos as características do que Foucault (2015b) considera poder e suas relações, ao traçarmos um percurso na obra do autor para delinear as considerações sobre o poder disciplinar. O capítulo seguinte foi elaborado com vistas a refletir uma nova forma de atuação do poder, o biopoder, e suas nuances. Discutimos a questão espaço e sua relação com

a biopolítica, além de esboçarmos a problemática da identidade e de sua produção pela mídia.

O último capítulo propôs, enfim, a análise das materialidades que compunham o *corpus*, verificando em textos jornalísticos e os publicados pela Prefeitura de São Luís. De modo geral, vimos que a disciplinarização dos espaços é uma forma de disciplinar os sujeitos, portanto, quando se pensa na revitalização dos espaços públicos, dentre eles parques, praças e logradouros, é necessário direcionar o olhar rumo a uma dimensão arqueogenealógica: a organização espacial é um caminho para o controle do corpo. Assim, por meio dos discursos de inauguração das praças e parques, o corpo vem sendo gerido ao ser inserido numa prática biopolítica, cujas relações de poder incidem sobre a população.

Foi possível notar que os discursos presentes nos textos jornalísticos estão inseridos em um sistema de dispersão, já que os dois jornais onde foram publicadas as matérias analisadas neste estudo não pertencem à mesma formação discursiva: um representa oposição à atual gestão enquanto o outro opera tal como aliado. Os enunciados cumprem suas funções na rede discursiva, suas singularidades concorrem para enunciar um discurso que favorece a prática de atividades físicas, especialmente nos aparelhos das Academias ao Ar Livre. Tais discursos vendem a imagem do corpo saudável e satisfeito que frequenta estes espaços, pensados nos mínimos detalhes para este fim, como a arborização, pintura e iluminação, localização e distribuição interna dos espaços.

Os efeitos de sentido produzidos pelo discurso da Prefeitura, quando da análise do texto publicado na Agência de Notícias da Prefeitura Municipal de São Luís, se inserem na mesma prática discursiva, quando apresenta os espaços revitalizados por meio de um programa da prefeitura de São Luís. O novo aqui reside, definitivamente, na ênfase que se dá ao papel da prefeitura em meio a tantos espaços reformados. Para ela, promover este tipo de ação representava, na época, uma vantagem na corrida eleitoral, considerando que o prefeito Edivaldo Holanda Júnior tentava sua reeleição. Para as relações de poder, tais ações da prefeitura nada mais são que efeitos da nova arte de governar, na qual é necessário dar atenção ao corpo e indicar a ele o que é mais adequado e saudável, a população aparece aqui como um fim e, mais ainda, como um instrumento de governo (FOUCAULT, 2015b).

Por outro lado, São Luís foi, também, ressignificada por meio dos discursos analisados. A cidade, nas redes discursivas, se configura como uma capital moderna, no sentido de acompanhar as novas tendências, e especialmente, no de perpetuar e reafirmar a verdade de nossa época, que dita que os espaços, principalmente os públicos, devem ser organizados de modo a propiciar a prática de atividade física. O eu, hoje, é o corpo, e o corpo é a cidade. A cidade que disponibiliza ao corpo espaços adequados para a manutenção de sua saúde recebe os reflexos disso instantaneamente.

Considerando que não era nosso objetivo esgotar as possibilidades de análise e de reflexão sobre o problema proposto, encerramos essa etapa do trabalho de modo a conjecturar que o caminho percorrido até aqui representa somente o início de uma trajetória longa: analisar os discursos que circulam em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

- AUTHIER-RÉVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Cad. Est. Ling., Campinas*, (19): 25-42, jul./dez.1990
- BARACUHY, Regina; PEREIRA, Tânia Augusto. A biopolítica dos corpos na sociedade de controle. In *Gragoatá*, Niterói, n. 34, p. 317-324, 1. sem. 2013.
- BARONAS, Roberto Leiser. *Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade*. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 45-62.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011
- CERTEAU, Michel: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CRUZ, Mônica da Silva. *A cidade da diversidade: identidades e diferenças na divulgação de São Luís (MA) em sites de turismo*. IN: *Anais do IV CIAD – Colóquio Internacional de Análise do Discurso – UFSCar*. São Carlos: Pedro & João Editora, 2016. p. 244-250
- \_\_\_\_\_. SILVA, Thayane Soares da. “O sabor de viver o Maranhão” no Youtube: discurso e identidades na publicidade de um refrigerante. In: *Jornal de Popularização Científica O corpo é discurso*, 2016. p. 04-11.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- FARIA, Armando Medeiros de. Imprensa e interesse público. In: DUARTE, Jorge (org.). *Comunicação Pública: estado, governo, mercado, sociedade e interesse político*. São Paulo: Atlas 2007.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo, Entremeios, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Trad. De Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade 1 - A vontade de saber*. - 14ª. ed. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ditos e Escritos*, volume IV: estratégia, poder-saber. – 3ª. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. *História da loucura: na idade clássica.* - 8ª. Ed. – São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. – 24. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber.* – 8. ed. - rio de janeiro: Forense Universitária, 2015a.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder.* Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978).* São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Outros espaços* (conferência no Círculo de Estudos Arquitetônicos. 14 de março de 1967), *Architecture, monument. continuité.* n 25. outubro de 1984. ps.46-49

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

\_\_\_\_\_; PIERSON, Christopher. *Conversas com Anthony Giddens.* Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Analisar discursos: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (ORG.) *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos.* São Carlos: Claraluz, 2006, p. 19-34.

\_\_\_\_\_. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade.* São Carlos: Claraluz, 2004, p. 45-62.

GRISSET, Antoine. *Foucault, um projecto histórico.* In: LE GOFF, Jacques et al. *A Nova História.* Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* 10a ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2006.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império.* Tradução de Berilo Vargas. – 2a. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 1994.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.* Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KOGAWA, João. Qual via para a análise do discurso?: uma entrevista com Jean-Jacques Courtine. *Alfa*, rev. linguíst. (São José Rio Preto) [online]. 2015, vol.59, n.2, pp.407-417.

LAVRA, Juliana Matos. São Luís 400 ANOS: identidade, discurso e memória na mídia. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Letras, 2016. 52f.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. - 5. Ed. - São Paulo: Centauro, 2008.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Foucault, a ciência e o saber*. – 3. ed. rev. e ampliada. – Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARTINS, L. A. M.; PEIXOTO JUNIOR, C. A. Genealogia do biopoder. *Psicologia & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 157-165, 2009

MILANEZ, Nilton. *As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa*. Tese (Doutorado), pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006. 210 f.

\_\_\_\_\_. Corpo cheiroso, corpo gostoso: unidades corporais do sujeito no discurso. Maringá: *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 31, n. 2, 2009, p. 215-222.

MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault simplesmente*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In LE GOFF, Jacques; LADURIE, Le Roy, DUBY, Georges et al. *A nova história*. Lisboa: Edições 70; São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Casa e a Rua: uma relação política e social. *Educação & Realidade*. Porto alegre, v. 36, n. 3, p. 693-703, set/dez, 2011.

\_\_\_\_\_. A desorganização cotidiana. In *Escritos: percursos sociais sentidos na cidade*. Laboratório de Estudos Urbanos NUDECRI, n. 1, s/d.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. – 7a. Ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. In: ROLNIK, Raquel; FERNANDES, Ana. *Cidades*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

SANTOS, Camila Tavares dos; CUTRIM, Ilza Galvão. Mobilidade urbana e discurso: a cidade em movimento. IN: *Anais do IV CIAD – Colóquio Internacional de Análise do Discurso – UFSCar*. São Carlos: Pedro & João Editora, 2016. p. 943-52

SARGENTINI, Vanice M. O. Arquivo e acontecimento: a construção do *corpus* discursivo em análise do discurso. IN: NAVARRO, Pedro (org). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Francisco Paulo da. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 45-62.

VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

#### Sites consultados

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA PREFEITURA DE SÃO LUÍS. *Prefeitura busca parcerias para o programa 'São Luís Cidade Jardim'*. Disponível em: <<http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/6131/>> Acesso: 24 jun 2016

\_\_\_\_\_. *Prefeitura lança programa "São Luís Cidade Jardim"*. Disponível em: <<http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/1693/>> Acesso: 23 jun 2016

\_\_\_\_\_. *Prefeitura entrega à população duas praças no bairro da Camboa*. Disponível em: <<http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/16517/>> Acesso: 03 jan 2016

BRASIL. *As Cartas da Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. *A vigilância, o controle e a prevenção das doenças crônicas não-transmissíveis : DCNT no contexto do Sistema Único de Saúde brasileiro / Brasil*. Ministério da Saúde – Brasília : Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Esportes. *Diagnóstico Nacional do Esporte: O Perfil do Sujeito Praticante ou não de Esportes e Atividades Físicas da População Brasileira / Brasil*. Ministério dos Esportes – Brasília: Diesporte, 2016. Disponível em: <[http://www.esporte.gov.br/diesporte/diesporte\\_revista\\_2016.pdf](http://www.esporte.gov.br/diesporte/diesporte_revista_2016.pdf)> Acesso em: 27 dez 2017.

\_\_\_\_\_, PORTARIA Nº 399/GM DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006. *Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto*, 2006a.

\_\_\_\_\_, PORTARIA Nº 687 30 de março de 2006. *Aprova a política de promoção da saúde*. – Ministério da Saúde, 2006b

FURTADO, Mariama; SZAPIRO, Ana. Promoção da Saúde e seu Alcance Biopolítico: o discurso sanitário da sociedade contemporânea. *Saúde Soc.* São Paulo, v.21, n.4, p.811-821, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n4/v21n4a02.pdf>> Acesso: 17 dez 2017

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO. *Parque do Bom Menino é opção de lazer em SL*. Disponível em: <<http://imirante.com/oestadoma/online/15062015/pdf/P06.PDF>> Acesso: 25 jan 2016

JORNAL O IMPARCIAL. *Cerca de 500 feirantes são realocados na feira do João Paulo*. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2017/06/cerca-de-500-feirantes-sao-realocados-na-feira-do-joao-paulo/>> Acesso: 03 ago 2017

NOTÍCIAS UNIMED. *Maringá vai ganhar sua primeira academia ao ar livre para jovens*. Disponível em: <<http://www.unimed.coop.br/-/maringa-vai-ganhar-sua-primeira-academia-ao-ar-livre-para-jovens>> Acesso: 18 nov 2017

PREFEITURA DE MARINGÁ. *Maringá ganha mais duas Academias da Terceira Idade*. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=3866931f525538&id=29922>> Acesso: 18 nov 2017

WORLD Health Organization. *Global Strategy on Diet, Physical Activity and Health*. Disponível em: <[http://www.who.int/dietphysicalactivity/strategy/eb11344/strategy\\_english\\_web.pdf](http://www.who.int/dietphysicalactivity/strategy/eb11344/strategy_english_web.pdf)> Acesso: 15 jun 2016

**ANEXOS**

## **ANEXO A**

# Depois de tragédia, frequentadores somem das praias de Panaquatira

Maioria das casas de veraneio da região fica vazia no fim de semana; os proprietários de bares na orla reclamam de queda no movimento normalmente registrado aos domingos e esperam que crime ocorrido em maio seja esquecido

Um grupo de amigos que se reúne para uma festa em uma casa à beira da praia e um final trágico: cinco mortes. O ocorrido em Panaquatira trouxe impactos que dificilmente serão superados pelas famílias envolvidas e provocou uma redução no número de visitantes nas praias do bairro no município de São José de Ribamar.

No dia 23 de maio, homens fortemente armados invadiram uma residência situada na Praia de Ponta Verde, em Panaquatira, e assassinaram o policial militar Max Müller Rodrigues Carvalho, que tentou enfrentar o grupo. Durante o confronto, além do PM foram mortos o promotor de eventos Alessandro Vieira e a estudante Ananda Brasil Meireles. Um dos assaltantes, Valbenilson Santos Lobato, foi baleado pelo policial no confronto. O outro assaltante, Jozinaldo Aires da Costa, o *Nal Panaquatira*, também morreu.

Com uma tragédia dessas proporções, o comércio tem registrado uma queda considerável no movimento de banhistas e visitantes na região. De acordo com os comerciantes da região, a questão da falta de segurança já vinha assustando frequentadores das praias. Mas o assalto do dia 23 de maio teve um grande impacto no comércio.

**Queda** - Segundo Iron Dias Nocera, dono de um restaurante na Praia de Panaquatira, o movimento caiu cerca de 60%. Ele trabalha há 15 anos no local em seu restaurante vendendo peixe fresco, móveis rústicos e com po-



Barracas na praia de Panaquatira têm ficado vazias nos fins de semana, após a tragédia ocorrida em maio



Moradores fazem coleta de lixo em Panaquatira, em manifestação em defesa do meio ambiente

ços artesanais. Estava acostumado a receber muitas pessoas de São Luís e turistas de outras cidades. "Nunca tinha acontecido al-

go assim tão violento", avaliou. O vendedor de coco gelado, Cleilson dos Santos Reis, também notou a diminuição. "Depois que

teve todas aquelas mortes, pouca gente está vindo para cá. Eu vendia 150 a 200 cocos e agora só 80. Não estou nem comprando

## Moradores realizam ação em defesa do ecossistema

Moradores de Panaquatira e bairros vizinhos, em São José de Ribamar, fizeram uma caminhada na manhã de ontem para protestar contra a poluição nas águas da região. Eles temem que, com a implantação de empreendimentos imobiliários na área, o esgoto produzido seja descartado *in natura* no mar e riachos, causando danos ambientais e sociais.

Os dois empreendimentos de loteamento e condomínio fechado estão em fase inicial de construção na área, apenas com os serviços de terraplanagem. Mas os moradores já temem os impactos que eles podem provocar no ecossistema da região.

Para mostrar que estão atentos às alterações que devem ser feitas na região, os moradores se reuniram para uma caminhada,

que seguiu pela principal avenida de acesso à praia de Panaquatira até chegar à faixa de areia. Durante o percurso, os participantes fizeram o recolhimento de lixo descartado nas margens da via e também chamaram a atenção de motoristas e a população local com cartazes e faixas.

De acordo com um dos organizadores, o funcionário público Jofafá Castro Monteiro, a preocupação da comunidade com a natureza se dá principalmente por ser dela que se tira o principal meio de subsistência na região. "A comunidade vive da pesca e a Praia de Panaquatira é a única limpa da Região Metropolitana de São Luís. Temos que preservar assim. Não somos contra a instalação dos empreendimentos, mas deve ser de forma responsável", explicou.

muito para não ficar no prejuízo. Pior que não tem nada a fazer, só esperar as pessoas esquecerem um pouco e voltar", afirmou.

Na manhã de ontem, poucas pessoas estavam nas praias da região. Alguns adultos nos bares enquanto crianças se divertiam na areia e à beira do mar. Para os poucos que estavam na praia de Panaquatira, como o funcionário público Luís Cláudio Gomes, ainda havia certo temor pelo que poderia acontecer, mas também uma vontade de aproveitar a pai-

sagem. "A gente veio cedo e vai embora cedo. Talvez ainda dê para aproveitar a praia assim", disse.

Na Praia de Ponta Verde, onde ocorreu a chacina, o movimento era ainda menor que em Panaquatira. Poucas casas de portas abertas com famílias ou grupos de amigos aproveitando o domingo de sol, alheios à insegurança no local na manhã de ontem. Se não fosse a presença desses poucos visitantes e alguns pescadores, a praia estaria deserta.



Crianças e adultos utilizam equipamentos instalados no Parque do Bom Menino, no centro de São Luís

## Parque do Bom Menino é opção de lazer em SL

Espaço público é um dos poucos na capital que a população pode usar para prática de atividades físicas e de lazer

Pais e filhos, namorados e amigos são alguns dos personagens que têm visitado o Parque do Bom Menino, além dos praticantes de atividades físicas. O espaço, que é muito procurado por adeptos de caminhada e corrida, é mais uma opção para quem quer relaxar. Com toda a arborização em sua área, o parque se destaca no cenário de São Luís.

O Parque do Bom Menino foi inaugurado em 31 de janeiro de 1970. Construído durante a administração do então governador do Maranhão, José Sarney, o projeto contemplava uma série de opções para a população. Hoje, 45 anos depois, o parque é mais do que uma alternativa para os praticantes de atividade física. Em meio aos avanços da cidade, a correria das pessoas que trabalham na região e o trânsito muitas vezes caótico do Centro são uma referência para alguns visitantes.

Hoje, são 9.557 m<sup>2</sup> de área total que contam com estações de alongamento, pista de cooper de concreto, ginásio poliesportivo, quadras poliesportivas e

academia ao ar livre. Tudo isso cercado por árvores frondosas que oferecem sombra em boa parte do dia. Por isso, muitos buscam a tranquilidade do logradouro.

**Visitantes** - Quem costuma visitar o parque é o funcionário público José Garcia. Desde 1996, ele frequenta o espaço. No início, só visitava o parque para namorar. Mas hoje o motivo é bem diferente. Sempre que deixa a esposa no trabalho nas tardes de sábado, ele leva os filhos Graziel (9), Anderson (3) e Beatriz (2) para brincar no Parque do Bom Menino enquanto ele aproveita para se exercitar nos aparelhos da academia ao ar livre.

"As crianças ficam muito presas em casa por causa de toda essa violência na cidade. Então, trago eles para brincar um pouco. Essa é uma área boa para quem sabe aproveitar. O esporte é vida e aqui se pratica de graça, ao ar livre. Se você for a uma academia, vai sair caríssimo e você ainda tem que se exercitar no meio daquele ar-condicionado. Aqui é um lugar onde a gen-

### Mais

**Pela atual** Lei de Zoneamento, o Parque do Bom Menino encontra-se dentro da Zona de Preservação Histórica, formada por áreas tombadas pelo Patrimônio Histórico Federal e Estadual, além do Aterro do Bacanga.

te consegue renovar as energias de forma mais saudável. É bom para os meus filhos e para mim também", afirmou José Garcia.

Além de famílias, o parque atrai muitos casais. Washington Reis e Kaliny Barros são um deles. De acordo com os dois, não são muitos os espaços públicos na cidade tão arejados e com estrutura semelhantes ao Parque do Bom Menino. Por isso, os encontros do casal acontecem no espaço sempre que os dois têm algum tempo livre.

Outro casal que também frequenta o lugar é Paula Sousa e Maurício Macedo. O militar, que mora próximo ao parque, já frequenta o local regularmente para praticar cooper. No último fim de semana, a ida ao parque foi na companhia da namorada, com quem mantém um relacionamento há três anos. "Aqui tem um clima confortável, calmo e tem segurança", disse.

# 50%

**VIU SÓ O TAMANHO DO DESCONTO DA ACADEMIA KENKO FITNESS?**

**É um desconto para a sua boa forma!**

Assine o Estado e faça parte do Clube do Assinante e ganhe descontos em mais de 100 estabelecimentos comerciais.

**Acesse, assine e faça parte!**

**oestadoma.com.br/clube**

**CLUBE DO ASSINANTE**

**OESTADO**

Atendimento ao Assinante:

**3215-5055**

Central de Assinaturas:

**3215-5123**



**kenko**  
Fitness

Mais saúde para sua vida

**(98) 3248-1034**

» 50% de desconto nas avaliações físicas para os 50 (cinquenta) primeiros alunos no plano de musculação. Os descontos são pessoais e intransferíveis.

**OESTADO**

O jornal que valoriza você

## **ANEXO B**



## Praça é inaugurada no bairro Habitacional Turu

1 | Captura de tela

© Data: 06 de Março de 2016 | Atualizada em 06/03/2016 - 11h51min



O prefeito Edivaldo entregou, na última sexta-feira, dia 04, a Praça Irmã Gabriella Torselli, no bairro Habitacional Turu, totalmente equipada com infraestrutura de lazer e esporte. A população compareceu em grande número para prestigiar e agradecer o benefício entregue à comunidade. De acordo com Edivaldo, o espaço representa uma nova área de lazer que proporcionará saúde e bem-estar aos moradores.

"Este é mais um local revitalizado pela Prefeitura de São Luís, fico feliz de ver vocês aqui desfrutando do novo espaço público de diversão, de prática de atividade física, propício para reunião com a família e amigos, tudo feito com muito carinho por nós e que agora vocês possam cuidar com zelo", disse o prefeito Edivaldo, bastante aplaudido pelas centenas de populares que preencheram todo o espaço da nova praça.

A Praça Irmã Gabriella Torselli está localizada na Avenida Mato Grosso, o coração do bairro Turu. O espaço anteriormente encontrava-se em estado precário, sem nenhuma infraestrutura de esporte e lazer, e tinha sido inutilizada ao longo dos anos. Além da instalação de academia de saúde, foram realizados serviços como construção de canteiros, plantio, recuperação do calçamento, pintura geral, instalação de rampas de acessibilidade e recuperação da iluminação.

#### Homenagem



Representando a Irmã Gabriella Torcelle, homenageada de que deu nome à praça pelos serviços comunitários ao bairro, dona Conceição de Maria agradeceu em nome da família a deferência concedida. "É um reconhecimento de toda a ajuda, bondade, e serviços voluntários prestados por Gabriella durante décadas aqui. Ficamos felizes, assim então, por fazerem dela uma memória viva", declarou.

A dona de casa Helena Silva aprovou a iniciativa. "Eu achei ótima a entrega desta praça reformada. Fica muito bom para nós, para nossas crianças. Eu moro aqui perto e agora vou trazer meus filhos para brincar aqui. É um local também para os jovens e os idosos frequentarem, bater um papo, interagir, aproveitarem a academia ao ar livre", assinalou.

#### Praças

A Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh), prossegue com intervenções em vários bairros da cidade com reforma de praças e construção de espaço que favorecem a convivência e a prática de esporte e lazer.

A Prefeitura já recuperou as praças do Pantheon (Centro), Praça do Circo Escola (Cidade Operária); as praças da Camboa e Carlos Chaib (Camboa); Praça José de Ribamar dos Santos Corrêa (no bairro Rio Anil); Praça da Roxinha (Ipase de Baixo); Renascer e Ruy Frazão, (Cohab); as praças Verão, Jackson Lago e das Árvores (Cohatrac) e a primeira etapa da reforma da Praça do Pescador, no Portinho. Em breve devem ser entregues a Praça do Letrado (Vinhais) e outra no Ipem Bequimão que passam por requalificação.

#### Inauguração

Também estiveram presentes na entrega da praça os deputados Weverton Rocha e Fábio Macêdo, o vereador Ivaldo Rodrigues, os secretários Antônio Araújo (Obras e Serviços Públicos), Júlio França (Desportos e Lazer), Tati Lima (Informação e Tecnologia), os ex-secretários Batista Matos e Raimundo Penha.

Após o descerramento da placa de inauguração, o deputado Weverton Rocha, líder do PDT na Câmara Federal, destacou o empenho do poder público municipal em valorizar os espaços públicos e a parceria da comunidade nesse trabalho. "O povo sabe quem trabalha, quem é sério, em face de toda a crise vivida no país, a exemplo do Rio Grande do Sul onde o pagamento dos servidores foi parcelado, aqui o prefeito Edivaldo além de permanecer em dia com o funcionalismo, ainda faz da cidade um canteiro de obras", afirmou.

O vice-líder do governo, vereador Ivaldo Rodrigues, ressaltou que a restauração da praça era uma reivindicação que se estendia ao longo dos anos. "Estou muito alegre de ver essa luta da comunidade sendo atendida e concretizada graças ao prefeito Edivaldo. É dia de comemorar!", disse Ivaldo Rodrigues.

## **ANEXO C**

(/)

Buscar...

Notícias

BUSCAR

**Notícias**

Atualizado em 17/12/2015 às 13h19

Tweeter

Compartilhar

[Whatsapp](#) (whatsapp://send?text=Prefeitura entrega à população duas praças no bairro da Camboa http://agenciasaoluís.com.br/noticia/16517)

## Prefeitura entrega à população duas praças no bairro da Camboa

Da Redação - Agência São Luís

Tamanho da Letra

[\(/midias/2015/grandes/16365\\_inauguracao\\_praca\\_camboa\\_171215\\_fotobaeta4.jpg\)](#)

Prefeito Edivaldo entrega à população duas praças no bairro da Camboa

O prefeito Edivaldo entregou, na manhã desta quinta-feira (17), mais dois espaços públicos construídos para proporcionar o bem-estar da população ludovicense: as praças da Camboa e Carlos Chaib, construídas em dois trechos distintos do canteiro central da Avenida José Sarney, na Camboa. Acompanhado da primeira-dama, Camila Holanda, de auxiliares e lideranças políticas comunitárias locais, o prefeito descerrou as placas de inauguração das praças, disponibilizando à comunidade um novo ambiente para o lazer dos moradores.

Na inauguração, o prefeito Edivaldo destacou a funcionalidade e a importância da reestruturação dos novos espaços. "Agora a população pode contar com um ambiente agradável e saudável para o seu lazer e bem-estar. E é isso o que queremos: proporcionar qualidade de vida aos moradores. Estamos transformando muitos espaços degradados e esquecidos da cidade em locais onde as pessoas possam conviver, praticar atividade física e passear com seus filhos. Fazemos isso porque entendemos que o bairro é o espaço onde as pessoas vivem, por isso estamos desenvolvendo diversos projetos de reestruturação e revitalização de logradouros públicos para proporcionarmos à comunidade novos espaços de convivência", disse o prefeito Edivaldo.



[/midias/2015/grandes/16365\\_inauguracao\\_praça\\_carlos\\_chaib\\_171215\\_fotobaeta28.jpg](#)

## LAZER

A reforma dos espaços foi realizada em duas etapas, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh). A Praça da Camboa, que compreende uma área de 2.311,52m<sup>2</sup>, conta com canteiros ajardinados em toda a sua extensão, bancos, rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida, lixeiras e uma academia ao ar livre, onde foram disponibilizados diversos equipamentos para a prática de atividades físicas e esportivas, como multi-exercitador, simuladores de cavalgada, de esqui, de caminhada e de remo; surf com pressão de pernas, rotação dupla diagonal e diagonal com vertical.



[/midias/2015/grandes/16365\\_inauguracao\\_praça\\_carlos\\_chaib\\_171215\\_fotobaeta10.jpg](#)

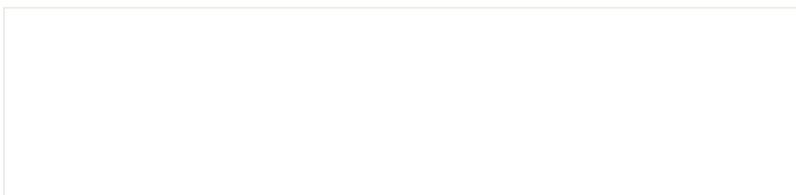
Já a Praça Carlos Chaib, o segundo espaço restaurado no canteiro central da Camboa, com uma área de 3.540,70m<sup>2</sup>, tem agora playground, novas calçadas para o passeio público, rampas de acesso, canteiros, academia ao ar livre, além de lixeiras.

Os espaços também ganharam nova iluminação, em toda a sua extensão, com a instalação de 23 novos postes, trabalho executado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp), por meio da CiteLuz.

## INAUGURAÇÃO

O secretário municipal de Urbanismo e Habitação, Diogo Lima, destacou a grandeza da obra para a comunidade que há muitos anos reivindica pelo benefício. "Além de proporcionar melhorias à qualidade de vida dos moradores, essas praças promovem uma mudança na dinâmica do bairro, que passa a usufruir dos novos espaços como nunca havia feito antes. Essa é a verdadeira mudança promovida por uma gestão que valoriza o cidadão, o local onde ele vive e que leva os serviços públicos aos que mais precisam", destacou Diogo Lima.

Moradores do bairro compareceram em grande número para acompanhar a inauguração das praças, que teve a presença de familiares do homenageado Carlos Chaib – que deu nome a um dos espaços restaurados. O militar se tornou célebre por seu espírito de liderança na comunidade e também por suas habilidades artísticas como músico e compositor.





(/midias/2015/grandes/16365\_inauguracao\_praca\_carlos\_chaib\_171215\_fotobaeta39.jpg)

A aposentada Izaura Rodrigues de Souza, de 71 anos, foi uma das primeiras a utilizar o simulador de caminhada da academia ao ar livre. Ela relatou que mora no bairro da Camboa há mais de 50 e que por todo esse tempo a população almejava a transformação daquele espaço em um ambiente melhor para todos. "Nós, idosos, agora temos um local para realizamos nossas atividades físicas perto de casa. O espaço ficou maravilhoso; era tudo o que desejávamos", disse, alegremente, a aposentada.

Já a líder comunitária, Ivonilde Teixeira, de 44 anos, também moradora do bairro há mais de 25 anos, relatou que a transformação do espaço que servia de estacionamento de carroças e jumentos era um sonho antigo da população. "Por longos anos peregrinamos pelos gabinetes solicitando que alguma atitude fosse tomada para melhorar a utilização desse espaço. Agora, vendo as praças totalmente revitalizadas, custamos a acreditar que o sonho foi, enfim, realizado", disse ela.

Também acompanharam o ato de entrega das praças os vereadores Gutemberg Araújo, Pavão Filho, Josué Pinheiro, Pedro Lucas, Ricardo Diniz, Alencar Gomes, Armando Costa, Edimar Gomes e Marlon Garcia, além dos secretários municipais Batista Matos (Comunicação), Milton Calado (Adjunto de Governo) e Severino Sales (Relações Parlamentares). Também esteve presente à inauguração dos espaços o empresário Thiago Carvalho, representante da Construtora Canopus, responsável pela execução do projeto.

[Acesse aqui a galeria de imagens desta reportagem \(http://www.agenciaaoluis.com.br/foto/16365/\)](http://www.agenciaaoluis.com.br/foto/16365/)

[Whatsapp](https://api.whatsapp.com/send?text=Prefeitura+entrega+%C3%A0+popula%C3%A7%C3%A3o+duas+pra%C3%A7as+no+bairro+da+Camboa+http://agenciaaoluis.com.br/noticia/16517) (whatsapp://send?text=Prefeitura entrega à população duas praças no bairro da Camboa http://agenciaaoluis.com.br/noticia/16517)

[Tweeter](#)

[Compartilhar](#)

## » Leia mais sobre **Urbanismo e Habitação**

Prefeitura de São Luís leva crianças dos residenciais do Minha Casa Minha Vida ao cinema

(/noticia/19041/)

Operação da Blitz Urbana retira carvoaria irregular sob ponte Bandeira Tribuzzi

(/noticia/19043/)

Prefeitura instala ocupantes do "Balança, mas não cai" no programa "Minha Casa, Minha Vida"

(/noticia/18961/)

Praça dos Ipês, construída pela Prefeitura no Angelim, é o principal ponto de lazer do bairro

(/noticia/18779/)

Prefeitura participa de solenidade de entrega de Cheques Minha Casa do Governo do Estado

(/noticia/18950/)

### Assessorias:

Escolha uma assessoria...

### + Mais acessados

[Fotos](#)

[Notícias](#)

[Vídeos](#)

Artesanato maranhense atrai visitantes e ludovicenses durante o São João de Todos  
(/foto/19016/)



(/foto/19016/)



(/foto/19005/)

'São João de Todos' garante boa estrutura e segurança para o maranhense curtir festas juninas  
(/foto/19005/)



(/foto/19002/)

Conferência Municipal de Saúde reúne representantes do poder público e da sociedade civil  
(/foto/19002/)



## CADASTRE-SE

Receba nossos informativos



## NOSSA CIDADE

A história de São Luís (<http://saoluis.ma.gov.br/pagina/47/>)



## SÃO LUÍS - CIDADE JARDIM

Vamos semear esta idéia (<http://www.agenciasaoluis.com.br/site/cidadejardim>)

(<http://www.agenciasaoluis.com.br/site/cidadejardim>)

## FOTOS



(/foto/19016/)

Artesanato maranhense atrai visitantes e ludovicenses durante o São João de Todos



(/foto/19005/)

'São João de Todos' garante boa estrutura e segurança para o maranhense curtir festas juninas



(/foto/19002/)

Conferência Municipal de Saúde reúne representantes do poder público e da sociedade civil

[veja mais ...](#)